

Manaus, Santarém, Rio Branco, Alvarães,  
Boa Vista, Macapá, Porto Velho — Cr\$ 3.390,00

cadernos do

# terceiro mundo

Cr\$ 2.600,00 — Ano VII — Nº 72

**ANGOLA EXCLUSIVO**



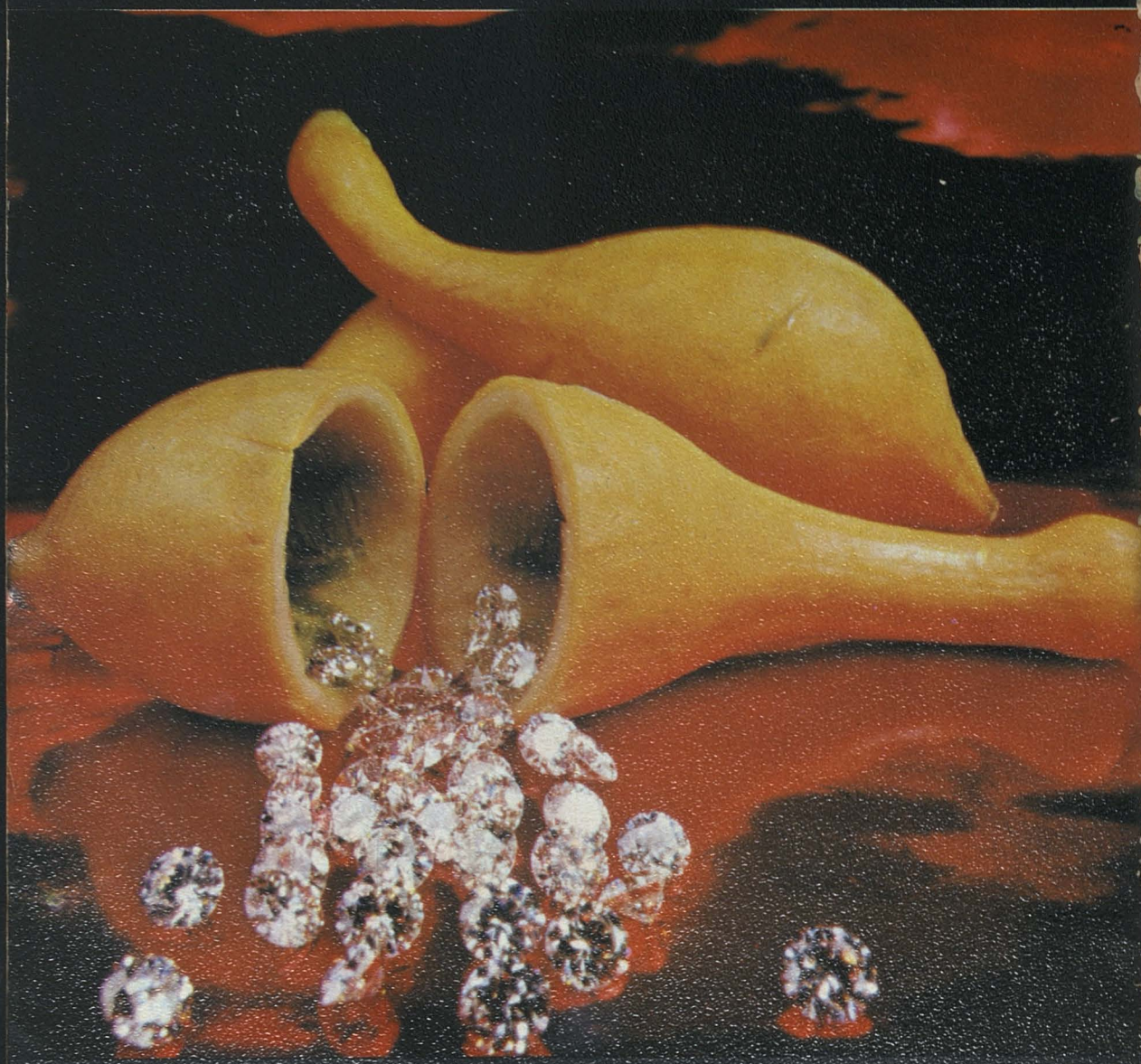
**Entrevista com o Presidente  
José Eduardo dos Santos**



# REAGAN

**CONTINUA  
O PESADELO**

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
A Serviço da Reconstrução Nacional



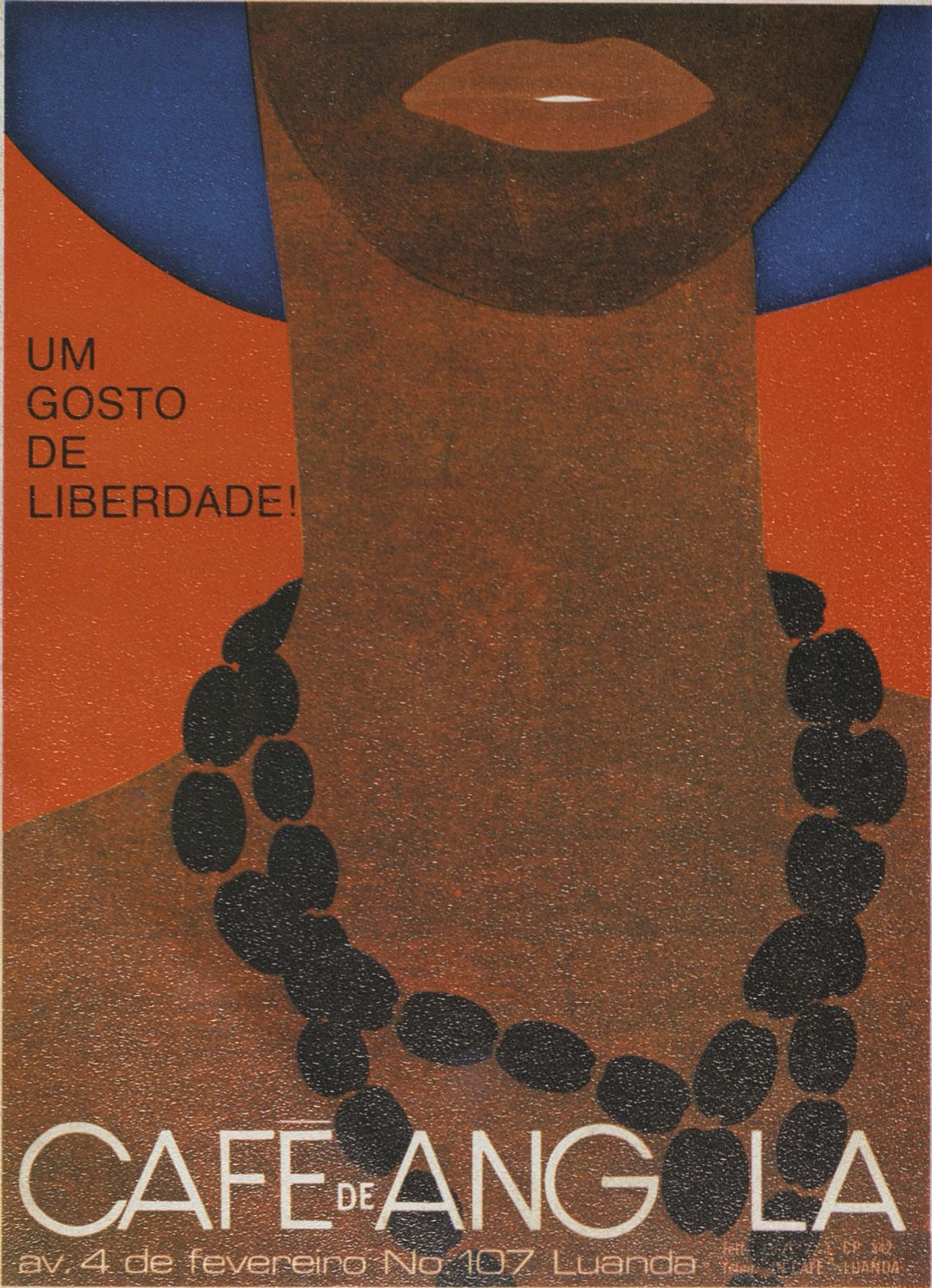
**nosso petróleo  
onde  
é necessário...**

Sociedade Nacional  
de Combustível de Angola



**ONANGOL**

rua duarte pacheco pereira, 8  
c.p. 1316 · Luanda  
telex 3148 3260



UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE!

# CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No 107 Luanda

TEL. 241 241 241 CP 242  
CAFÉ ANGOLA LUANDA

# Angola: nove anos de independência

A 11 de novembro de 1975, Angola proclamava a sua independência, num quadro militar complexo, invadida pelo norte e pelo sul. Foram, desde então, nove anos de dificuldades e desafios, não só pela herança colonial mas sobretudo porque a vitória alcançada no início de 1976, após a derrota dos sul-africanos, não foi definitiva. A guerra tem sido bem mais longa que essa efêmera paz. Por ocasião dessa data, o Presidente José Eduardo dos Santos nos concedeu uma importante entrevista exclusiva, que é o principal destaque desta edição. E, como não podia deixar de ser, a reeleição de Ronald Reagan para a Casa Branca é a nossa matéria de capa. Não pretendemos fazer um balanço desses quatro anos em que a tensão mundial subiu como nunca antes, desde a 2ª guerra. Debruçamo-nos, sim, sobre dois aspectos da administração republicana: a sua política econômica e os seus reflexos no Terceiro Mundo e a sua política externa para a América Latina — com destaque para a situação na América Central —, para a África e Ásia. As apreensões mundiais com o futuro são cada dia maiores, uma vez que o pesadelo nuclear continua, e mesmo sem chegar a esse limite dramático, se mantêm em toda a sua gravidade as ameaças de invasão à Nicarágua, de intervenção em El Salvador, de interferência no Líbano, de bloqueio às negociações para a independência da Namíbia. Os povos do Terceiro Mundo, com essa nova guinada da situação internacional no rumo do confronto, têm muito a dizer e fazer. Para que não aconteça que, ao acordarmos, o pesadelo já tenha se transformado em realidade e seja tarde demais para tentarmos mudar de sonho.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Editor Geral**  
Neiva Moreira

**Editores Associados**  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

**Conselho Editorial Internacional**  
Darcy Ribeiro - Juan Somavía  
Henry Pease García  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 72  
Novembro - 1984  
Preço de Capa: Cr\$ 2.600,00  
Nºs atrasados: ao preço do  
último exemplar

• **Edições em português**

**BRASIL**

**Diretor e Editor**  
Neiva Moreira

**Administração**  
Marinete Silva

**Secretário de Redação**  
José C. Gondim

**Arte**  
Samaral (editor de arte)  
Sonia Freitas/Miguel Efe

**Revisão**  
Cláudia Guimarães

**Documentação e Arquivo**  
Lídia Freitas  
Eunice H. Senna  
Jessie Jane V. de Souza

**Composição**  
Ronaldo Fonseca

**Depto. de Circulação,  
Assinaturas e Promoção**  
Henrique Menezes  
Inácio dos Santos  
Macário Costa

**Representantes**  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60086 - CEP 05033  
Josemar Pinheiro Silva  
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1  
65000 - São Luís (Maranhão)  
Horacio Verbitsky  
Lavalle 1282 - 1º piso  
oficinas 12 y 14  
Tel.: 358194  
Buenos Aires, Argentina  
Fernando Reyes Matta  
Casilla 16637 - Correo 9  
Providencia - Santiago, Chile  
Rafael Roncagliolo  
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

**Fotolito e Impressão**  
Ébano Gráfica e Editora Ltda.  
Rua Gal. Bruce, 799  
Tels.: 580-4476/580-4326

**Circulação em 70 países**  
editora terceiro mundo ltda.  
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106  
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR  
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ  
Registrado na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291  
C.G.C. (ME) nº 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual nº 81.341.400  
Registro no SCDP/SR/DPF  
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFI (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

**Capa: Mariano**

**ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**Editor**  
Artur Baptista

**Redação**  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Alice Nicolau  
Guiomar Belo Marques

**Documentação e Arquivo**  
Cristina Assis

**tricontinental editora ltda.**  
Calçada do Combro, 10/19  
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200  
telex 42720 CTM TE P

**Representantes**  
Angola  
Luis Henriques, CP 3593 - Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**  
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

**Editor**  
Roberto Remo

**Gerente Geral**  
Gerónimo Cardoso

**editora periodistas del tercer mundo a. c.**  
Calle California, 98A - Coyoacán  
México, 21 DF - telefone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA  
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

**(Edição Andina)**  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios:  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**  
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

**Editor**  
Fernando Molina

**Editor Consultivo**  
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

**DISTRIBUIDORES**

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Teonilobros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 801 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Semidip Pax 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4735 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Pesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Savrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARAGUA: IMELSA, Managua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr 35, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do  
**terceiro mundo**

**Nova promoção  
com mais opções  
e brindes**

**Saiu  
o guia do  
terceiro mundo**

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura, ou 1 Guia ou 3 livros da "Estante" do Terceiro Mundo"
3 assinaturas da revista com Guia	1 assinatura + 1 Guia, ou 1 Guia + 3 livros da "Estante"
3 compras de Guia	1 Guia ou 1 assinatura
3 pedidos diferenciados	1 assinatura ou 1 Guia + 2 livros da "Estante"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

**CUPOM DO BRINDE**

**Desejo receber:** A - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 24.900,00); B - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 44.000,00); D - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Profissão: .....

**Desejo receber:** A - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 24.900,00); B - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 44.000,00); D - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Profissão: .....

**Desejo receber:** A - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 24.900,00); B - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 25.000,00); C - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 44.000,00); D - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 25.000,00 + porte ao receber)

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP: ..... Profissão: .....

em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ ..... ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - Ag. Central - dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolhido(s) em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Nome: ..... Endereço: ..... Bairro: ..... Estado: ..... Cidade: ..... CEP: ..... Profissão: .....

# estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 72, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador:  não-assinante  
 já assinante  
 assinante novo:  
 estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: ..... Data: ..... / ..... / .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: ..... Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

## TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



### A MÁQUINA DE NARCISO

De Muniz Sodré

Trata-se de um livro que, sob o signo da competência semiótica, questiona produtivamente a televisão, o papel do indivíduo e o poder político. A rigor, é um "estudo das funções do narcisismo na sociedade industrial contemporânea, centrada na televisão e em outros dispositivos tecnológicos de produção de imagens ou simulacros". 147 pág. E-44 Cr\$ 7.200,00



### CONVITE À LEITURA DE GRAMSCI

Org. Pedro Celso Uchôa Cavalcante e Paolo Piccone

A presente coletânea de textos gramscianos reporta-se aos primeiros anos de sua atividade jornalística e editorial: "anos de ferro, fogo e chumbo", em plena década dos 10. O livro mostra um Gramsci que, generosamente, acredita no homem e, criticamente, questiona o conceito de cultura como saber enciclopédico, discutindo, inclusive, o que seria uma escola humanista para o proletariado. 131 pág. E-45 Cr\$ 7.500,00



### LA-LE-LI-LO-LUTA

(Um Professor Brasileiro na Guiné-Bissau) de Rogério A. Barbosa

"A escola era tudo para eles, pois até poucos anos atrás essa chance lhes era negada. E tinham que aproveitar a oportunidade. Sabiam que o país dependia deles e de seus esforços para, juntos, reconstruírem sua amada pátria". 125 pág. E-46 Cr\$ 6.500,00



6 Cartas

8 Panorama Tricontinental

17 Editorial: A chave da guerra e da paz

19 Matéria de capa – Reagan: Continua o pesadelo

- 20 Economia: Um cenário hollywoodiano esconde a dura realidade, *Maluza Stein*  
28 Um xeque-mate difícil, *Alan Nairn*  
38 Um novo lamaçal, *Eduardo Molina y Vedia*  
41 EUA/África: O neocolonialismo, *Carlos Castilho*  
45 Tribunal em Bruxelas condenou Reagan, *Hugo Neves*

América Latina

- 47 Peru: Entre as eleições e a violência, *César Arias Quincot*  
52 El Salvador: Duarte–FDR/FMLN: As perspectivas do diálogo, *Ricardo Gómez*

África

- 54 Angola: “Nosso maior êxito é a preservação da independência”, entrevista com o Presidente José Eduardo dos Santos  
60 Lesoto: Pretória aperta o cerco político

Ásia

- 63 Nova Caledônia: Os *kanak*: “Estamos prontos para o combate”

65 Livros do 3º Mundo

População

- 67 Índia: Três décadas de planejamento familiar, *Ash Narain Roy*

Comunicação

- 71 Moçambique: Os jornalistas descalços  
74 Notas

Cultura

- 76 Literatura angolana ontem e hoje, *Jofre Rocha*  
83 A Cultura angolana é africana (Especial Angop)  
84 Notas

Especial: seita Moon

- 87 Uruguai: O império imobiliário da seita Moon, *Eduardo Varela*  
91 Sun Myung Moon: Uma vida “exemplar”, *Gregorio Selser*  
96 Humor: Wasserman



O diálogo em El Salvador



O Presidente Dos Santos



O poder econômico da seita Moon

## Cartas

### Clube de Amigos

Desejamos intercambiar postais, cassetes e cédulas. Convidamos todos os leitores de *cadernos* para que nos escrevam. Enviamos listas de correspondentes do país e do exterior para os sócios e não-sócios. Favor escrever só os interessados. **La Voz de la Amistad Intercambios - C. P. 81.962 Resende - RJ - CEP: 27500 - Brasil**

### CARTA DO MÊS

#### Nordeste: continua a fome e a miséria

Nós, lavradores e agentes pastoraes, reunidos em Assembléia da Comissão Pastoral da Terra do Ceará, realizada em Canindé, nos dias 13, 14 e 15 de setembro, discutimos a situação que vivem os nordestinos depois do inverno e constatamos que a nossa situação de miséria e fome continua. Primeiro, devido à pouca produção que tivemos causada pela falta de sementes e pelo atraso na liberação dos trabalhadores no bolsão da seca. Em segundo lugar, porque as pragas destruíram as pequenas plantações feitas. Enfim, fomos obrigados a vender a produção, mesmo pequena, a baixo preço, ainda para pagar as contas feitas nos armazéns, no tempo do bolsão da seca. Enquanto, nesse período de emergência, compramos o feijão por até Cr\$ 2.500,00 o quilo, na época da colheita o vendemos a Cr\$ 200,00 o quilo para suprir outras necessidades, já que não temos emprego. O mesmo aconteceu com outros produtos, como o milho e o algodão.

Por isso, ficamos espantados com a reportagem divulgada pela Rede Globo no dia 8 de setembro de 1984, afirmando que o "Nordeste teve a maior safra de todos os tempos". Passaram uma cena que estampava máquinas debulhando milho e algodão, dando assim uma imagem falsa da vida dos nordestinos, como se todos tivessem grande fartura e a miséria não existisse. Foi mais uma maneira de tranquilizar as consciências, (...) encobrindo os erros do governo que não se preparou com sementes para o povo plantar depois de 5 anos de seca. Não podemos calar diante de tanta mentira. (...) Apelamos para todos os brasileiros que continuem a reflexão sobre a temática do Nordeste e lutemos para que ele viva melhor. **Comissão Pastoral Regional - Nordeste 1 - Fortaleza - CE - Brasil.**

### Grito de Alerta

Foi divulgado pela imprensa norte-americana que o Pentágono está financiando o desenvolvimento de uma terrível arma, mais surpreendente que a bomba atômica lançada em Hiroshima, mais sofisticada que os mais modernos mísseis. É a "bomba racial". Não se sabe o principal objetivo de seu desenvolvimento, contudo a sua utilização poderia varrer da face da terra a raça negra. A tal bomba bacteriológica estaria sendo desenvolvida a partir do conhecimento das diferenças orgânicas e metabólicas entre as raças. Então, eis um grito de alerta aos cientistas de todo o mundo, principalmente os jovens, para que desde já procurem antídotos. (...) A raça humana está sendo ameaçada por homens como o "onipotente" Reagan (...), que não têm o mínimo conhecimento científico das consequências dos instrumentos de extermínio que existem atualmente. **João Batista de Araújo Filho - João Pessoa - PB - Brasil**

### Exposições de jovem artista cabo-verdeano

Estive na cidade do Porto, em Portugal, a convite de uma cooperativa de livros que se chama Unicepe (Cooperativa de Livros dos Estudantes do Porto), "graças" aos *cadernos*, que publicou logo nas primeiras páginas do nº 52 (ed. portuguesa, abril de 1983), duas fotos dos meus trabalhos e da minha primeira exposição. Em Portugal fiz ainda três exposições: a primeira no Porto, a segunda na sede da Associação Cabo-Verdeana e a terceira, na Filatélica Luso-Brasileira. (...) No Porto, tive a oportunidade de contatar artistas e galerias de arte, bem ainda como a Escola Superior de Belas Artes, onde segundo parece, voltarei em janeiro próximo para fazer um estágio. **Mário R. de Sousa Monteiro - Cidade da Praia - Cabo Verde.**

### CUT: permuta de publicações

A Secretaria de Formação da CUT, visando manter os trabalhadores informados e com acesso às análises da realidade brasileira que estão sendo feitas por diferentes publicações, gostaria de manter uma permuta de publicações, comprometendo-se a enviar-lhes o "Jornal da CUT". Saudações sindicais. **Ana Lúcia da Silva - Secretaria de Formação da CUT São Paulo - SP - Brasil.**

### Seriedade e comprometimento

A equipe de *cadernos* tem sido atenciosa o que, na verdade, soma para a revista. Seriedade e comprometimento, essa é a tônica que claramente se percebe na leitura dos textos. Seguramente, *cadernos* será uma das publicações-referência para assuntos desse nosso Terceiro Mundo explorado e oprimido, tanto pelas elites internas, quanto pelas potências estrangeiras. **Claudio Dilda - Porto Alegre - RS - Brasil.**

### Luta pela terra

A situação agrária no Brasil se tornou um problema de polícia. A concentração das terras em mãos de poucos e a falta de compromisso de nossos governantes com a classe mais baixa vem fomentando vários e vários problemas, que vão se amontoando nas costas desse povo que sem terra, trabalho, enfim, direito de viver, busca promover a Reforma Agrária. (...) O direito a uma terra para morar se constitui para nós em uma luta contínua, povoada de empecilhos, devido ao comodismo e irresponsabilidade evidentes nos *nostros representantes*. (...)

Foi no final de março que entramos numa quadra do loteamento Itapuan, setor noroeste, na cidade de Araguaína (GO) à procura de uma terra onde pudéssemos, pelo menos parcialmente, sossegar-nos com nossos filhos e esposas. Somos em número superior a 40 pessoas, contando adultos e crianças. Construímos nossos barracos com material improvisado: madeira velha, lata, papelão, plástico, palha... É tudo o que temos. O prefeito da nossa cidade, alguns dias depois, nos intimou a comparecer à prefeitura para "conversar" sobre a questão desse terreno. Demoraram muito para nos atender e no final do encontro, nada ficou resolvido. Alguns dias depois, fomos surpreendidos quando um oficial de justiça nos chegou com a intimação e o processo de citação e manutenção de posse, aberto pela Incorporadora Itapuan, do qual nada sabíamos.

(...) Partimos então para a luta social, apelando a todos que divulguem nosso problema de moradia, para que junto conosco e outros companheiros que estão nessa mesma situação, possam mudar esse sistema do *sem terra, sem vez, sem voz*. **Comissão dos Invasores, Loteamento Itapuan, setor noroeste - Araguaína - GO - (C. P. 163) - Brasil.**

**Guia: atraso compensado**

Sou uma das leitoras que, com justa razão, reclamou do atraso no lançamento do Guia. Mas, realmente, valeu a pena, pois o material é de excelente qualidade. Encontrei nele uma referência bibliográfica que será de grande utilidade para minha tese de doutoramento em Geografia Agrária: informações sobre o Projeto Cercado. Peço desculpas por não ter tido a paciência de esperar e desejo todo sucesso para os cadernos porque têm contribuído muito para o conhecimento *real* dos problemas do Terceiro Mundo. **Vera Lucia S. Pessoa** — Uberlândia — MG — Brasil.

**Guia: quantidade e qualidade**

(...) **cadernos** é uma importante fonte de informação acerca do Terceiro Mundo e os problemas econômicos, políticos e sociais que os afligem, informações essas que não se encontram facilmente em outras revistas que costumam ter uma linguagem mais generalizada, não se aprofundando muito na realidade terceiro-mundista. Quero também parabenizar esta editora por ter lançado o Guia do Terceiro Mundo, pois realmente é muito interessante devido à quantidade e qualidade dos assuntos nele abordados, dentre os quais eu destacaria a importância da indicação de

endereços de organismos internacionais e agências de notícias de vários países. Por último, lendo **cadernos** n.º 68, me chamou atenção o fato da revista estar presente também nos Estados Unidos, conforme mostra a carta enviada pela leitora Lisa Kokin. É mais uma prova de que a revista possui adeptos no mundo todo e que interessa também às pessoas dos países industrializados. **Milton L. da Silva** — **Victor Graeff** — RS — Brasil.

**Guia: parabéns**

Cumprimento a Editora pela publicação do belíssimo Guia do Terceiro Mundo. Parabéns. **Alberto Lyra** — São Paulo — SP — Brasil.

**Intercâmbio****● Xavier Aroz**

Av. Zumalakarregi, 115, 49A  
48007 — Bilbao — Espanha

**● Wanda Luzia Ferraz**

Rua da Penha, 681 — Sorocaba — SP  
CEP: 18100 — Brasil

**● Jorge Luis C. Andrade**

C. P. 90354 — Petrópolis — RJ  
CEP: 25600 — Brasil

**● Antonio Amaral**

Av. Imperador, 45 — Vila Rio Branco  
São Paulo — SP — CEP: 03745  
Brasil

**● Luzia Aparecida Sal**

Praça da República, 392 — Vila  
Curuça — Santo André — SP  
CEP: 09000 — Brasil

**● Carlos Alberto de Castro Paes**

Rua Mario Beni, 148/apto. 04  
Itanhaém — SP — CEP: 11740  
Brasil

**● Henrique José Nunes da Mata**

C. P. 5950 — Luanda — Angola

**● João Lombaxi Sebastião**

Rua da Cela, Bloco 19, apto. A,  
r/c Bairro Nelito Soares  
Luanda — Angola

**● Ernestino Adão Francisco**

Bairro Rangel — Rua 2, casa 8  
C. P. 1536 — Luanda — Angola

**● Fernando Tomás Francisco da Cruz**

Bairro Rangel, C-17 — C. P. 1227  
Luanda — Angola

**● José Augusto Ferreira**

C. P. 1624 — Benguela — Angola

**● Luís Correia Neves**

C. P. 1195 — Benguela — Angola

**● Lulualu Mbala**

C. P. 1485 — Luanda — Angola

**● Alfredo Luís Roque**

C. P. 2155 — Luanda — Angola

**● Arnaldo Manuel Alves Bento**

C. P. 6103 — Angola

**● Orlando Manoel de Oliveira**

Rua Deolinda 50 — Santo Cristo  
Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20220  
Brasil

**● Iran Caetano**

Hospital Imaculada Conceição  
Guanhães — MG — CEP: 39740  
Brasil

**● Marcia Maria Gasparetto**

Rua Benjamin Constant, 349  
Tuparendi — RS — CEP: 98940  
Brasil

**● Sérgio Hobi**

Rua Mario Beni, 148/apto. 01  
Itanhaém — SP — CEP: 11740  
Brasil

**● Pedro F. D. de Oliveira**

Rua Tamandaré, 341 — Cristal  
Porto Alegre — RS — CEP: 90000  
Brasil

**● Jorge Carvalho**

Rua Nina Rodrigues, 15 — Vila  
Airosa — Osasco — SP — CEP: 06000  
Brasil

**● Raimundo N. Ferreira Tito**

Conjunto Mocambinho, quadra 06/  
casa 30/setor B — Teresina — PI  
CEP: 64000 — Brasil

**● Sibélius Jacino**

Rua Duque de Caxias, 454 — Centro  
Porto Alegre — RS — CEP: 90000  
Brasil

**● João Nambuesso/José**

Bairro Maculusso, zona 8  
Rua Major Marcelino Dias, 51, r/c  
Luanda — Angola

**● Madalena Gomes Alfredo**

Bairro Nelito Soares — Bloco 11,  
Rua Boco Zau, 288 — Luanda  
Angola

**● Joaquim Jacinto de Oliveira**

Rua Barbosa du Bocage, 51, r/c  
Luanda — Angola

**● Domingos João Teófilo Cambola**

C. P. 474 — Malanje — Angola

**● Manuel Chico**

C. P. 10566 — Luanda — Angola

**● S. Djundi Assaka**

C. P. 6075 — Luanda — Angola

**● Adriano Correia José**

Município de Cazenga — C. P. 1400  
a/c de Maria Domingos — C. T. T.  
Luanda — Angola

**● Tiago Garcia F. "Tshamukwenu"**

Centro de Formação de  
Telecomunicações da Enatel — Bairro  
dos C. T. T. — C. P. 1321  
Luanda — Angola

**● Sérgio Ferraz Emília**

Bairro Maculusso, Rua Marcelino  
Dias — casa 17 — r/c Esq. C. P. 5329  
Luanda — Angola

**● Fernando Torres L. Lima**

Rua São Tomé e Príncipe, 12 — 1.ª A  
2900 — Setúbal — Portugal

**● Sebastião A. Ventura de Azevedo**

C. P. 85 — Luanda — Angola

**● Dunês Domingos Taquy**

a/c sr. Sucari Gustavo — C. P. 18  
O. G. M. — Diamang — Dundo  
Lunda Norte — Angola

**● Ana Domingos Alfredo Vicente**

Bairro Maculusso, zona 8  
Rua Major Marcelino Dias, 51, r/c  
Luanda — Angola

**● Paulo Chipema Lilas Donnegal**

C. P. 242 — Saurimo  
Lunda-Sul — Angola

**● Germano Mause Dimande**

B. Jardim, Rua do Tabaco, 11/flat 5  
Maputo — Moçambique

**● Simão Fernandes da Costa**

Bairro Nelito Soares — zona 11  
Rua de Buco Zou, bloco 13/casa 343  
Luanda — Angola

**● Osvaldo José dos S. Curado**

Rua Amílcar Cabral, zona 5/129/  
3.ª andar/apto. 7 e 8 — Maianga  
Luanda — Angola

**● Paciente Afonso**

a/c de Santos Agostinho — C. P. 6505  
Luanda — Angola

## Nicarágua: a FSLN vence a batalha das eleições

□ A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) obteve 63% dos votos nas eleições realizadas no dia 4 de novembro, na primeira votação realizada no país desde 1936, quando a família Somoza assumiu o poder. Contrariando todos os prognósticos feitos por jornais norte-americanos, a abstenção foi inferior a 20%, mostrando que os nicaraguenses não aceitaram a campanha dos partidos da direita radical que classificaram o pleito como "uma farsa".

A Coordenadora Democrática, reunindo três partidos que se recusaram a participar das eleições, foi a grande derrotada, o

mesmo acontecendo com o governo norte-americano, que fez todos os esforços possíveis no sentido de classificar a votação como ilegítima. Se, por hipótese, todos os eleitores que não votaram fossem adeptos da Coordenadora, mesmo assim a FSLN teria ganho as eleições, obtendo além dos cargos de presidente e vice, mais a maioria das vagas no Congresso nicaraguense.

Logo depois de eleito presidente, o comandante Daniel Ortega anunciou que manterá os princípios básicos da revolução sandinista como o pluralismo político, a economia mista e o não-alinhamento diplomático. Como

a eleição de Ortega já era esperada, o comparecimento maciço dos votantes foi o fato político mais significativo, já que tanto a Coordenadora como a Casa Branca fizeram uma violenta campanha a favor da abstenção.

O mandato popular concedido por 63% dos eleitores tirou fundamento das alegações oposicionistas e fortaleceu a posição internacional da Nicarágua que, no entanto, ainda continua sob ameaça de invasão por tropas norte-americanas ou hondurenhas. Os partidos de centro e a oposição conservadora que participaram da campanha eleitoral alcançaram 1/3 dos votos, enquanto o Partido Comunista obteve 1,3% e o Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista alcançou apenas 0,8% dos sufrágios.

A vitória sandinista deu um novo caráter ao Diálogo Nacional, um amplo processo de intercâmbio de posições entre partidos, movimentos políticos, sindicatos e organizações religiosas. O Diálogo será mantido como uma forma de integrar diferentes setores na busca de soluções para os problemas do país, mas o caráter decisório ficará com o novo Congresso, ao contrário do que desejavam os membros da Coordenadora.

O vice Sergio Ramírez (E) e Daniel Ortega (C), os vitoriosos



## A Índia depois de Indira

□ O corpo da primeira-ministra Indira Gandhi ainda não havia sido cremado, quando todos os partidos de direita se lançaram numa violenta campanha contra o novo chefe de governo Rajiv Gandhi, de 37 anos. Eles resolveram concentrar os seus ataques na denúncia prematura da suposta incapacidade do filho de Indira para governar um país de 700 milhões de habitantes e que, além das dificuldades políticas, enfrenta a ameaça de uma guerra civil.

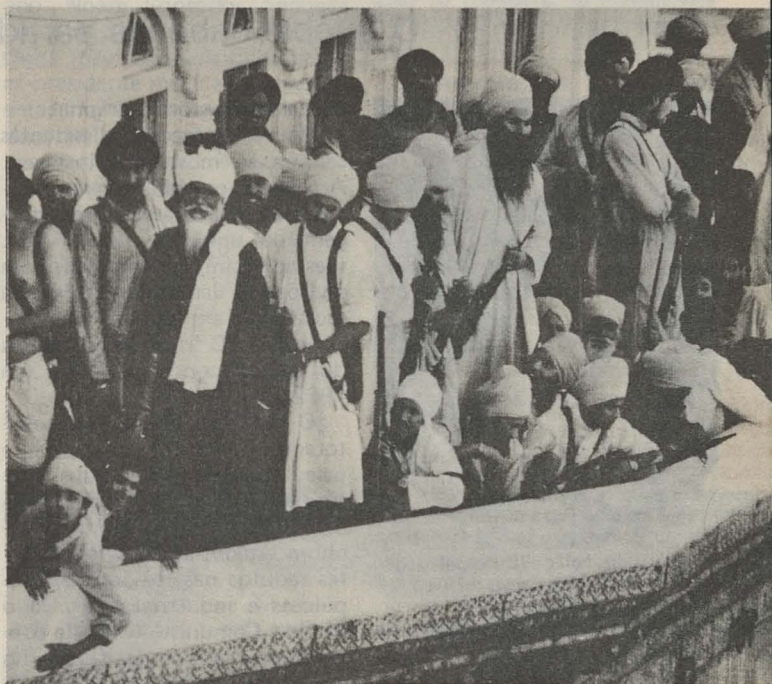
Rajiv Gandhi, um ex-piloto de aviação civil, assumiu o poder num momento crítico. No plano interno, ele passou a viver sob o fogo cerrado dos partidos de direita que pretendem voltar ao governo nas eleições gerais programadas para janeiro. Além disso, terá que lidar com uma crise envolvendo a minoria *sikh* que deseja criar um país independente, o Calistão, no norte da Índia, onde hoje está a província de Punjab. Indira Gandhi foi morta por guarda-costas de origem *sikh*, num crime que desatou uma violenta onda de represálias da parte da maioria hindu na população indiana.

A radicalização desse antagonismo provocou quase 1.500 mortes já nos dias seguintes ao assassinato da primeira-ministra. Porém, o temido banho de sangue antecipado por muitos jornais ocidentais acabou não acontecendo, pelo menos na proporção esperada, devido à intervenção rápida de Rajiv. Ele foi pessoalmente às localidades mais afetadas pelos choques entre hindus e *sikhs* para pedir calma. Houve também da parte dos partidos Janata (direita) e Janata Bharatya (extrema direita) manobras conciliatórias para impedir que a situação fugisse ao controle das autoridades militares e

colocasse também em risco as chances da direita indiana.

A manobra dos adversários do Partido do Congresso, majoritário no Parlamento mas dividido, visa destruir as chances do filho de Indira de pacificar o país num momento de grande tensão. Naturalmente, os hindus mostrariam a tendência a votar no partido de Rajiv como uma represália contra os *sikhs*. Isso acabaria com as possibilidades do Partido Janata, que esteve no poder

tranquilidade ao país no momento em que a delicada unidade indiana passa por um de seus piores testes desde a independência. O Partido Janata procura basicamente eliminar as medidas mais avançadas impostas por Indira no campo da reforma agrária, nacionalização de indústrias e principalmente na política externa, com o não-alinhamento. Mas a tarefa não é fácil, porque a crise com os *sikhs*, de alguma forma, dividiu a força da oligarquia. Os *sikhs* são muito fortes no controle da economia, apesar de serem minoritários em termos étnicos. Assim, a burguesia hindu não poderá contar com o apoio dos



A rebelião *sikh* gerou a crise que custou a vida de Indira Gandhi

entre 1977/1980 e foi derrotado por causa de suas próprias divisões internas. Hoje, a direita e a extrema direita querem desmoralizar o filho de Indira antes que ele tenha tempo para se afirmar no posto de primeiro-ministro.

Mas os primeiros atos de Rajiv surpreenderam a todos. Ele conseguiu dar um mínimo de

*sikhs* sem correr o risco de ser acusada a nível popular de traição aos ideais de Indira, e, em consequência, também dos ideais de Jawaharlal Nehru (pai de Indira) e de Mahatma Gandhi, o grande artífice da independência do país.

A nível diplomático, o novo chefe de governo da Índia tem

pela frente uma situação difícil com o Paquistão, no momento o principal aliado dos Estados Unidos na região e que deve receber em breve novos aviões norte-americanos do tipo F-16. O presidente paquistanês, Zia Ul-Haq, esteve no velório de Indira e se encontrou com Rajiv. Mas o clima de tensão continua. Na verdade, o que há por trás do problema é o desejo dos Estados Unidos de afastar a Índia da União Soviética. A Índia e a URSS assinaram um tratado de amizade e assistência recíproca.

Por sua vez, a Índia acusa o Paquistão de ajudar os rebeldes *sikhs*, através da fronteira comum na província de Punjab.

Além de procurar um mínimo de tranquilidade interna para superar o trauma nacional provocado pelo assassinato de Indira Gandhi, Rajiv tem pela frente o problema eleitoral. Se ele mantiver a data da votação terá que travar uma corrida contra o tempo, para se afirmar politicamente como fator de união nacional em menos de três meses. Se adiar a eleição, os partidos de direita

vão intensificar a campanha de obstrução, denunciando uma suposta manobra continuísta do Partido do Congresso.

Mesmo não tendo um passado político, Rajiv Gandhi mostrou nos momentos traumáticos que sucederam à morte de sua mãe, firmeza e tranquilidade nas suas decisões. Se conseguir manter a mesma posição nos próximos meses, ele conservará uma velha tradição de sua família: a de transformar derrotas quase inevitáveis em vitórias.

## O quebra-cabeças partidário



Sem Indira, o equilíbrio político na Índia ficou mais difícil

Trinta e sete anos depois da independência, o quadro político da Índia é hoje ainda bastante instável devido às sucessivas divisões pelas quais passaram os principais partidos, principalmente o Partido do Congresso, ao qual pertenceram três dos quatro primeiros-ministros desde 1947. Em 1969, a então primeira-ministra Indira Gandhi formou um grupo dentro do Partido do Congresso, o mais forte e mais numeroso, que manteve os mesmos índices de popularidade

do partido histórico original.

As várias facções dissidentes sempre se mostraram instáveis. Apenas os partidos Janata e Comunista mantiveram uma imagem de unidade interna. Mas, mesmo assim, também sofreram divisões. O Janata tem hoje uma facção de extrema direita, enquanto o PC fracionou-se depois da guerra contra a China em 1962.

O Partido Janata tem um eleitorado formado basicamente pela burguesia dos hindus, que formam 82% da população indiana. O partido não controla nenhum estado, embora tenha fortes redutos nas regiões mais populosas e industrializadas. Já o Partido Comunista Marxista controla os governos de Kerala (no sul) e Bengala Ocidental.

Pouco antes da morte de Indira Gandhi, as várias facções dissidentes do Partido do Congresso negociavam a formação de uma aliança contra a primeira-ministra, incluindo também outros pequenos partidos. Porém, o Congresso (I), que agora apóia Rajiv Gandhi, ainda é o partido mais forte individualmente.

Indira tentou reorganizar as bases partidárias através de inú-

meras viagens ao interior, principalmente na zona rural. Além das rivalidades entre partidos, a Índia enfrenta o problema da minoria tamil, que tentou formar um país independente no sul, na década de 50. A minoria tamil da Índia exigiu, recentemente, que a primeira-ministra Indira Gandhi intervisse no conflito étnico de Sri Lanka, onde os tams também estão em choque com o governo.

A situação continua tensa, o mesmo acontecendo com a fronteira entre Índia e Bangladesh. O governo indiano começou a construir barreiras ao longo da fronteira para impedir a imigração ilegal de bengaleses para a província de Assam. Bangladesh protestou violentamente.

Outra fronteira conflituosa é a do Paquistão, mas, em compensação, as relações de Nova Déli com a China e a URSS melhoraram sensivelmente nos últimos quatro anos. A reaproximação mais difícil foi com os chineses. Depois da morte de Mao Zedong, a tensão no entanto diminuiu e agora existe a possibilidade de um acordo capaz de fechar as feridas resultantes da guerra de 1962.

## Timor Leste: Conferência internacional em Lisboa

□ Patrocinada pelos governos dos cinco países africanos de expressão portuguesa, será realizada em Lisboa, na segunda quinzena de junho do próximo ano, uma Conferência Internacional para a Defesa dos Direitos do Povo de Timor-Leste.

Prevista inicialmente para se desenrolar no Rio de Janeiro, a Conferência Internacional foi marcada para a capital portuguesa por dois motivos, ambos relacionados com as eleições presidenciais no Brasil e Portugal. Se, no primeiro caso, o conturbado processo eleitoral brasileiro poderia tirar impacto à questão de Timor-Leste junto à opinião pública do país e latino-americana em geral, a realização da reunião em Portugal obedece à intenção de introduzir o tema maubere na própria campanha eleitoral da ex-potência colonial, no final do próximo ano.

Por outro lado, a Fretilin considera que o nó estratégico das negociações sobre Timor-Leste continua em Lisboa, dado o papel de potência administrante que as Nações Unidas atribuem a Portugal. A proposta do movimento de libertação maubere para negociações tripartites (Fretilin, Portugal e Indonésia) tem sido recusada pelo governo português, que mantém a sua posição de não considerar a frente de libertação como único legítimo representante do povo maubere. Diante dessa argumentação — refutada há muito pelas próprias autoridades católicas de Timor-Leste — a Fretilin convidou o governo de Mário Soares a apresentar quais seriam as outras eventuais organizações influentes no seio da população. Até agora, a proposta não obteve resposta por parte do executivo de Lisboa que tem se recusado a estabele-

cer contatos com um movimento de libertação reconhecido pelas organizações internacionais.

O Comitê Internacional Preparatório da Conferência, já constituído, procurará levar a Lisboa diversas personalidades de renome. Nesse sentido, foram endereçados convites, entre outros, a d. Hélder Câmara, arcebispo do Recife; d. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; o bispo sul-africano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz deste ano; Noam Chomsky, linguista norte-americano e defensor da causa maubere; Luis Echeverría, ex-presidente mexicano; congressistas norte-americanos que, em abril deste ano, protestaram junto ao presidente Reagan pelo apoio de Washington ao governo do general Suharto; o tenente-coronel Melo Antunes, dirigente do Movimento das Forças Armadas e ex-ministro português de Relações Exteriores; e Maria de Lurdes Pintasilgo, ex-primeira-ministra portuguesa e atual conselheira do presidente Ramalho Eanes para a questão de Timor-

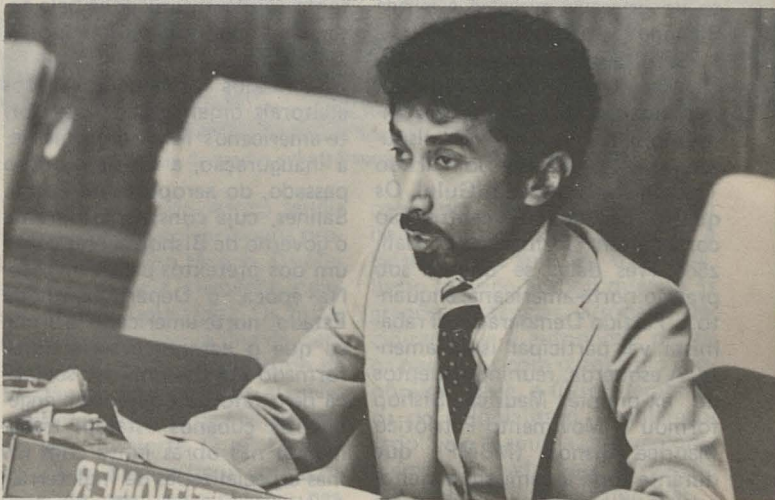
Leste, além de provável candidata à presidência da República nas eleições de 1985.

Por outro lado, diversos artistas e cantores de vários países serão convidados a dar a sua contribuição para o ato cultural que encerrará a Conferência. Nomes como Joan Baez, Chico Buarque de Holanda, Simone, Zeca Afonso, Sérgio Godinho etc., já foram contactados.

A realização da Conferência Internacional para a Defesa dos Direitos do Povo de Timor-Leste foi decidida após o adiamento (obtido por consenso entre as partes interessadas, Fretilin, Portugal e Indonésia) do debate da questão maubere na Assembléia Geral da ONU, em setembro último.

Entretanto, em Timor-Leste, os guerrilheiros das Falintil (braço armado da Fretilin) continuam enfrentando os 65 mil soldados indonésios atualmente estacionados em território maubere. Essa fase dos combates iniciou-se em agosto de 1983, quando o exército indonésio rompeu o acordo de cessar-fogo assinado em território libertado pelo comandante das forças invasoras e pelo presidente da Fretilin e comandante-em-chefe da

Mari Alkatiri: a denúncia ao mundo do "holocausto invisível"



guerrilha, Xanana Gusmão (ver cadernos, nº 68, julho de 84).

A ofensiva indonésia tem sido pessoalmente dirigida pelo chefe do estado-maior do exército de Jacarta, general Beni Murdani, fato que os observadores consideram como um reconhecimento da gravidade da situação pelo governo de Suharto. Recentemente — e pela primeira vez em nove anos de guerra — as autoridades de Jacarta reconheceram terem sofrido cerca de 20 mil baixas desde 1976. Também pela primeira vez, tem-se realizado na Indonésia cerimônias póstumas de condecorações a soldados caídos em Timor-Leste, o que signi-

fica já não ser possível a Suharto esconder, em relação à população indonésia, a realidade da guerra. Nos últimos meses, nove novos cemitérios foram abertos pelo seu exército em território maubere.

Segundo declarou a cadernos o responsável pelas Relações Exteriores da Fretilin, ministro Mari Alkatiri, o governo indonésio desencadeou no último ano uma das maiores ondas de repressão desde a invasão. Massacres de populações suspeitas de simpatia pelos guerrilheiros, proibições de semear os produtos básicos de alimentação camponesa (milho, mandioca, batata doce), interdi-

ções de circulação para fora dos limites das "aldeias estratégicas" e campos de concentração, têm agravado dramaticamente o que a própria imprensa norte-americana classifica de "holocausto invisível". Desde 7 de dezembro de 1975, data da invasão indonésia, mais de 200 mil mauberes (numa população que o último censo da época colonial avaliava em 670 mil) foram mortos pelo exército de Jacarta. De acordo com o mais recente relatório de Xanana Gusmão chegado ao exterior, de agosto de 83 a agosto de 84, foram massacradas quase seis mil pessoas. (Carlos Pinto Santos)

## Granada: Eleições sob encomenda

Os 100 mil habitantes da pequena ilha de Granada (344km<sup>2</sup> de área) escolherão no dia 3 de dezembro próximo um novo governo sob forte vigilância militar dos soldados dos Estados Unidos que, há um ano, invadiram o país. Todo o processo eleitoral foi organizado pela administração empossada pelos EUA logo após a invasão e o assassinato do primeiro-ministro Maurice Bishop.

Seis partidos concorrerão às eleições. Os políticos de direita reunidos em torno do ex-primeiro-ministro Eric Gairy vão disputar o pleito através do Partido Trabalhista Unificado (Gulp). Os quatro partidos de centro não conseguiram formar uma coalizão. Três deles se uniram sob pressão norte-americana, enquanto o Partido Democrático Trabalhista vai participar isoladamente. A esquerda, reunindo adeptos do ex-premiê Maurice Bishop formou o Movimento Patriótico Maurice Bishop (MBMP), que durante toda a campanha eleitoral foi severamente vigiado pelos

militares norte-americanos.

Os prognósticos eleitorais indicam que os grupos centristas provavelmente sairão vencedores porque contam com o apoio aberto dos EUA. Eric Gairy, cujo governo foi caracterizado pela corrupção e violência, é mal visto em Washington, enquanto os eleitores do MBMP, teoricamente mais numerosos, estão no entanto muito intimidados pela ostensiva presença militar norte-americana.

Um dos principais eventos eleitorais organizados pelos norte-americanos foi, ironicamente, a inauguração, a 25 de outubro passado, do aeroporto de Pointe Salines, cuja construção durante o governo de Bishop serviu como um dos pretextos para a invasão. Na época, o Departamento de Estado norte-americano afirmava que o aeroporto seria transformado em base militar soviética pelo fato de operários e engenheiros cubanos estarem trabalhando nas obras junto com firmas especializadas da Inglaterra.

Hoje, segundo Washington,

Pointe Salines deixou de ser "perigoso". O aeroporto entrará em operação provisória até o ano que vem, quando ficará oficialmente terminado. Mais de 19 milhões de dólares foram gastos na complementação das obras da pista e da estação de passageiros. O total gasto consumiu quase 80% de todo o dinheiro que os EUA mandaram para Granada como parte do muito divulgado plano de salvação econômica de Granada.

A prioridade dada à construção do aeroporto paralisou obras essenciais como a reconstrução do hospital psiquiátrico de Saint Georges, capital da ilha, que foi bombardeado durante a invasão. Os 130 pacientes continuam sem instalações e apenas 25 mil dólares foram gastos para impedir que eles morressem. Os prometidos empréstimos para construção de casas populares, melhoria das atividades econômicas e reequipamento de escolas foram esquecidos. Apenas os hotéis para turistas foram beneficiados com créditos, a exemplo do que aconteceu com a polícia de Granada, que recebeu 800 mil dólares do governo canadense para treinamento e compra de material.



## África: O centenário do "grande leilão"

□ No dia 15 de novembro de 1884, 15 chefes de governo da Europa mais os dos Estados Unidos e da Turquia se reuniram em Berlim para fazer o que mais tarde ficou conhecido como "o grande leilão africano". Durante quase quatro meses, os participantes da Conferência discutiram a partilha entre si da África, o último grande continente que até então permanecia fora das hegemonias coloniais. Todo o resto do planeta já havia sido "loteado", inclusive a China, que, embora sem ter sua situação definida na época, era considerada um condomínio futuro a ser dividido entre as grandes potências européias, os EUA e o Japão.

No final do século passado, a África era uma reserva de escravos e uma simples base territorial intermediária para empreendimentos comerciais no Extremo Oriente. A ocupação do litoral africano era feita sem maiores problemas por ingleses, franceses, portugueses, espanhóis e belgas que, em alguns casos, chegaram a alimentar sonhos mais ambiciosos como o da Inglaterra de unir a África do Sul ao Egito, ou ou de Portugal que pretendia ocupar uma faixa de terra que cortava o continente, indo de Angola até Moçambique. Mas, no momento em que a Itália e a Alemanha, depois de resolverem problemas de unidade interna, decidiram também entrar na corrida colonial, a situação se complicou. As rivalidades européias se transferiram também para o continente negro, que, no final do século passado, começava a despertar o interesse dos Estados Unidos por colônias no além-mar.

Foi essa situação que levou o príncipe Otto von Bismarck, en-

tão chefe do governo imperial alemão, a convocar a reunião de Berlim tentando, através de uma hábil manobra diplomática, conseguir na mesa de negociações vantagens que seus exploradores africanos não haviam tido tempo de alcançar. Em Berlim, não foram fixadas fronteiras, mas áreas de influência ou até reservas de mercado. A França, por exemplo, ganhou o Chade, mas só foi ocupá-lo efetivamente dez anos depois. A Itália recebeu sinal verde para ocupar a Abissínia (hoje Etiópia), enquanto os alemães ficaram com a África do sudoeste (hoje Namíbia).



A resistência dos zulus sul-africanos contra os colonos ingleses

A partilha da África serviu também para resolver alguns problemas no Velho Mundo. Durante a Conferência, alemães e ingleses fizeram uma troca. Os britânicos ficaram com a ilha de Zanzibar (hoje parte do território da Tanzânia), enquanto os alemães receberam as ilhas de Heligoland, no mar do Norte. O rei Leopoldo 2º da Bélgica ficou com o direito de criar uma colônia pes-

soal no Congo, associado com o jornalista e aventureiro anglo-norte-americano Henry Morton Stanley.

Quando a reunião terminou, em fevereiro de 1885, o colonialismo estava "regulamentado". Os interesses das nações africanas foram ignorados. Etnias foram divididas ao sabor dos interesses dos conquistadores brancos. Rivalidades regionais foram estimuladas em função da cobiça de exploradores europeus e, sobretudo, foi implantada a tutela política e econômica, baseada na força militar. Esse panorama vigorou até a década de 50 em todos os países africanos com exceção da Etiópia, a única nação do continente que não sofreu o colonialismo direto. Apesar da Itália ter recebido a Abissínia em Berlim, o rei Menelik

conseguiu derrotar o exército italiano, que ficou apenas com a Eritréia. Nos anos 60, o colonialismo clássico acabou quando as grandes potências européias decidiram dar a autonomia política para ficar com o domínio econômico. Hoje, a última lembrança do colonialismo "regulamentado" é a Namíbia, a ex-colônia alemã, ocupada pela África do Sul desde a 1ª guerra mundial.

## Nobel da Paz: Uma nova derrota do "apartheid"

□ Pela segunda vez na história da África do Sul, um militante na luta contra a discriminação racial ganha um prêmio Nobel da Paz. O primeiro foi Albert Luthuli, um dos pioneiros na campanha de resistência passiva contra as leis discriminatórias da minoria branca sul-africana. Luthuli ganhou o prêmio em 1960. Vinte e quatro anos depois, coube ao bispo anglicano Desmond Tutu um novo Nobel da Paz contra o *apartheid*, lembrando outra vez ao mundo que a luta de Luthuli ainda não terminou.

A escolha do Nobel significou um duro golpe para o governo racista do presidente P. W. Botha e teve profundas repercussões principalmente no momento em que um setor do *apartheid* procura vender externamente uma imagem reformista e conciliadora. Poucos dias depois do anúncio do Nobel da Paz para o bispo Tutu, as televisões do mundo in-

teiro transmitiram as imagens da ocupação de um bairro negro de Joanesburgo por quase sete mil soldados do exército sul-africano.

Para os 24 milhões de negros, o prêmio serviu como um estímulo. Para a igreja sul-africana, representou um reforço da tendência que procura desvincular cada vez mais as questões religiosas do sistema oficial. Hoje, na África do Sul, apenas um setor minoritário das igrejas protestantes ainda defende a tese de que "o *apartheid* é uma decorrência da bênção divina aos colonos brancos". Até mesmo a Aliança Mundial das Igrejas Protestantes rompeu com a seção sul-africana, dominada pelos brancos e que servia como um dos principais suportes para a ideologia *afrikaner*.

A posição anti-racista dos grupos religiosos aumentou o grau de isolamento da minoria branca adepta do racismo intransigente

e intensificou as dúvidas de muitos brancos sobre a moralidade do sistema, vigente no país desde o início da colonização no século passado. Pouco antes da premiação do bispo Tutu, o governo de Botha suspendeu a cassação dos direitos civis imposta em 1977 ao reverendo Beyers Naude, da Igreja Protestante, e que no início da década de 70 foi o primeiro pastor protestante a romper com a ideologia oficial do *apartheid*. Naude criou o Instituto Cristão, que continua banido até hoje, e mais recentemente se tornou um dos líderes da Frente Democrática Unida (UDF). (Ver matéria na página 16 desta edição).

Apesar do reconhecimento internacional à posição de Desmond Tutu, ele continua perseguido pelo governo. O bispo anglicano não pode viajar ao exterior, sem antes pedir licença oficial. Em seu passaporte, as autoridades colocaram uma bizarra categoria de nacionalidade indefinida. Nascido na África do Sul, Tutu não é considerado um cidadão do país por causa de sua raça.

## Bangladesh: Tensão às vésperas das eleições

□ Nada menos que 22 partidos políticos de Bangladesh, pertencentes a duas coalizões, afirmam que as eleições gerais do dia 8 de dezembro próximo não serão democráticas caso o general Ershad não suspenda o estado de emergência, a lei marcial e não aceite a formação de um governo provisório que restabeleça os direitos políticos fundamentais. A oposição realizou desde setembro uma campanha contra o estado de emergência através de greves e manifestações pacíficas.

No dia 27 de setembro, o governo reprimiu violentamente

uma greve organizada pelos partidos ligados tanto à Liga Awami como à coalizão liderada pelo Partido Nacional de Bangladesh (BNP). A repressão foi comandada por adeptos do partido Janadai, governista, com o apoio da polícia e militares do exército. O general Ershad se recusa a aceitar a exigência de cinco pontos fixada pela oposição, alegando que a normalização institucional do país é quase completa.

A oposição afirma no entanto que, enquanto a lei marcial estiver em vigor, a liberdade de expressão continuará tolhida no

país. Os 22 partidos, já em setembro, lançaram um manifesto ameaçando não participar da votação, o que levou o governo a anunciar que a eleição poderia ser suspensa em represália. Depois de quatro greves gerais de 24 horas nos últimos cinco meses, a mobilização popular contra as medidas de emergência tornou-se irreversível. A oposição quer também que as eleições sejam realizadas sob um governo provisório que inclua representantes da Liga Awami e do BNP.

Essa última exigência parece ser a de aceitação mais difícil para o general Ershad, o que ameaça um impasse. Observadores políticos afirmam que se a situação se agravar é quase certo que as eleições serão canceladas.

## México: A luta contra o gigantismo urbano

□ Tida como a maior cidade do mundo, a capital mexicana caminha perigosamente para o completo caos até o final do século, se não forem tomadas medidas urgentes para reduzir o gigantismo urbano, melhorar as condições de vida e paralisar o fluxo de imigração de trabalhadores rurais expulsos do campo pela miséria e pela fome. Este foi o diagnóstico de uma comissão especial nomeada pelo governo, e que acaba de propor um plano de longo prazo que tem como principal objetivo reduzir em seis milhões de pessoas a população total da cidade do México até o ano 2000.

A capital mexicana tem hoje cerca de 15 milhões de habitantes, cerca de 20% da população total do país. Até o final do século, ela deverá ter cerca de 31 milhões, se for mantido o ritmo atual de crescimento. O plano prevê que no ano 2010 o Distrito Federal não deverá ter mais de 25 milhões de habitantes e que esse total não poderá ultrapassar os 15% da população nacional. Uma das condições básicas para o sucesso do projeto é a redução da imigração rural que hoje está calculada em cerca de duas mil pessoas por dia. A média atual da densidade demográfica está avaliada em 200 indivíduos por hectare urbano.

Além de reduzir drasticamente o fluxo de trabalhadores rurais para a capital, as autoridades mexicanas pretendem dar a máxima urgência ao plano de melhorar a distribuição de áreas verdes. No momento, a taxa está muito próxima do mínimo fixado pelas Nações Unidas para uma vida saudável e que é de 2,4 metros por habitante. O plano prevê como meta nove metros de

área verde por pessoa. Cerca de um milhão de funcionários públicos e suas famílias serão deslocados para a periferia com o objetivo de descongestionar o centro da cidade.

Os estudiosos de urbanismo afirmam que a Cidade do México é o mais complexo fenômeno demográfico e econômico existente em escala mundial. Em apenas 1% do território nacional se concentram 20% da população do país. O Distrito Federal consome 40% dos recursos alimentícios do México, bem como 58% das verbas públicas e 61% da energia produzida a nível nacional. Lá estão concentrados 66% de todos os veículos em circulação no país e 58% de todos os or-

ganismos estatais.

A macrocefalia do Distrito Federal fez com que, nos últimos dez anos, a poluição ambiental aumentasse três vezes, superando os índices de Nova Iorque e Los Angeles, as cidades consideradas as mais poluídas do mundo. A contaminação do ar com detritos industriais, gases tóxicos e outros poluentes está causando a morte de 100 mil bebês por ano, além de provocar câncer, leucemia e enfisemas pulmonares em outras 500 mil pessoas a cada 12 meses.

Segundo membros da comissão governamental que elaborou o projeto de contenção do crescimento da Cidade do México, e da Aliança Ecológica Nacional (um grupo civil não-partidário), o problema do crescimento exagerado do Distrito Federal já não é mais uma questão administrativa ou de meras reformas. "É um problema de sobrevivência a médio prazo", afirmam eles.

A maior cidade do mundo tenta evitar uma catástrofe demográfica



## África do Sul: O futuro da UDF

□ Depois do êxito na campanha contra as reformas constitucionais, a Frente Democrática Unida (UDF), a maior organização de massas surgida na África do Sul nos últimos anos, mergulhou num intenso debate interno sobre o futuro do movimento. Duas tendências principais participam das discussões: um grupo pretende transformar a organização num partido político estruturado, com organização verticalizada e com uma liderança eleita, enquanto o outro setor afirma que a UDF deve manter as suas características atuais de movimento amplo, passando a concentrar os seus esforços em torno da campanha pela libertação de Nelson Mandela, o mais importante líder nacionalista negro do país, que está preso pelas autoridades racistas e condenado à prisão perpétua.

A UDF surgiu como uma estrutura política composta de mais de 500 organizações sindicais, estudantis e religiosas reunindo cerca de dois milhões de adeptos de todos os grupos étnicos, com o objetivo de servir de canalizador dos esforços contra

as reformas cosméticas introduzidas no *apartheid* pelo governo do ex-primeiro-ministro e atual presidente executivo P. W. Botha.

Essas reformas previam, basicamente, a formação de três câmaras legislativas no Parlamento (uma para os brancos, outra para os mulatos e uma terceira para os indianos). Os 24 milhões de negros, que formam 75% da população da África do Sul continuaram privados do direito de voto. As reformas foram submetidas a um plebiscito entre os brancos e depois culminaram nas eleições para preenchimento das câmaras dos mulatos e indianos.

A UDF liderou a campanha pelo boicote nas eleições entre os mulatos e indianos, conseguindo que menos de 20% dos integrantes dos dois grupos étnicos comparecessem à votação. O êxito na mobilização mostrou o grau de isolamento do governo racista que, logo após as votações em agosto e setembro, foi sacudido por uma onda de manifestações de protesto que já causou mais de 80 mortes. Os sindicatos negros, principalmente o dos mineiros, também en-

traram em choque com o governo realizando a primeira greve geral legal na história do país e que igualmente foi reprimida com violência.

Os desdobramentos políticos da campanha de boicote fortaleceram o papel da UDF, mas a rapidez com que os fatos aconteceram, antecipou o debate sobre o futuro do movimento, que atualmente é a única organização legal dos negros sul-africanos, depois que o Congresso Nacional Africano (ANC) foi posto na ilegalidade já na década de 60.

A transformação do movimento num partido político pode, segundo alguns dirigentes da UDF, precipitar a ilegalização, da mesma forma que poderá criar atritos entre setores que coincidiram na campanha contra as reformas, mas não são homogêneos em termos de projeto político, como por exemplo os movimentos religiosos, estudantis e grupos de direitos civis. Os que propõem a transformação da Frente num movimento amplo pela libertação de Nelson Mandela acreditam que o novo objetivo preservará as características atuais da organização, que poderá inclusive ampliar o número de adeptos com o desdobramento das lutas contra o racismo. (Carlos Castilho)

## Beagle: Acordo será assinado em dezembro

□ O acordo entre Argentina e Chile a propósito da questão limítrofe no canal de Beagle deverá ser oficialmente assinado pelos presidentes dos dois países, na presença do papa João Paulo 2º, nas primeiras semanas de dezembro. A data mais provável é o dia 8, a festa da Imaculada Conceição, mas se houver algum adiamento, a cerimônia poderá

acontecer no dia de Natal. Em qualquer uma das hipóteses, o encontro dos presidentes Raúl Alfonsín e Augusto Pinochet deve acontecer na fronteira entre os dois países, numa região da Cordilheira dos Andes, onde existe uma estátua do Cristo Redentor.

No dia 18 de outubro, foi anunciado em Buenos Aires e

Santiago que os embaixadores da Argentina e Chile assinaram previamente no Vaticano o acordo negociado durante dois anos pela Santa Sé, depois que os dois países quase foram à guerra em 1978 por causa da fixação de fronteiras no canal de Beagle, no extremo sul da América do Sul. O acordo concede soberania chilena sobre as ilhas Picton, Nueva e Lennox mas reconhece o princípio bioceânico defendido pela Argentina (o Atlântico para a Argentina e o Pacífico para o Chile).

# A chave da guerra e da paz

Terão fundamento as esperanças de que as negociações em El Salvador progredirão e abrirão caminho para uma solução pacífica e estável na América Central?

Apesar do grande consenso em torno da primeira e espetacular sessão de discussões realizada a 15 de outubro em La Palma entre o presidente salvadorenho Napoleón Duarte e os representantes políticos e militares da oposição armada, os obstáculos são tão numerosos que parecem insuperáveis.

É inegável que nas últimas semanas se registraram movimentos positivos na região. O barulho das armas não diminuiu, mas as conversações de La Palma constituem em si mesmas um avanço, já que houve coincidências genéricas — mas significativas — sobre a necessidade de continuar o diálogo. Também nesse sentido, a realização de eleições na Nicarágua tanto implicou uma derrota para as forças externas e internas que tentaram impedi-las ou desvirtuá-las, como o ingresso da revolução sandinista em uma nova fase de consolidação.

Os primeiros esforços de pacificação contaram com aliados importantes. Em primeiro lugar, os países vizinhos que integram o Grupo de Contadora. Apesar das suas dificuldades e contradições, esses países têm mantido um foro de discussões e de busca de fórmulas diplomáticas de acordo com os interesses da área, mesmo quando apresentam divergências não irrelevantes com as posições do governo dos Estados Unidos. O

apoio manifestado às teses de Contadora pelos ministros de Relações Exteriores da Comunidade Econômica Européia (CEE), na reunião conjunta realizada em San José da Costa Rica, introduziu um novo interlocutor na área. E esse novo protagonista questiona, ainda que implicitamente, tanto a pretensão norte-americana de se constituir no único fator de decisão na América Central, quanto a política de Washington que propicia e privilegia as ações militares para derrotar os sandinistas e preservar o sistema vigente em El Salvador.

Também na superpotência se percebem sinais animadores. Em primeiro lugar, as negociações entre governo e oposição concluídas com um acordo do Congresso norte-americano que, três semanas antes das eleições nicaraguenses, suspendeu durante cinco meses os fundos oficiais destinados por Washington a alimentar a guerra "secreta" contra o regime sandinista. O mesmo adjetivo caberia, se as palavras correspondessem às intenções, para as expressões verbais de apoio às negociações salvadorenhas e a Contadora por parte do presidente norte-americano Ronald Reagan e de figuras de destaque de seu governo.

É óbvio que, se tal respaldo fosse verdadeiro, seria suficiente para fazer cessarem as hostilidades contra a Nicarágua, encaminhar o diálogo em El Salvador e criar um clima favorável em prol de negociações que devolvam a paz à região.

Na realidade, os gestos de Reagan e seus assessores

foram determinados pela conveniência eleitoral e não há indícios de que, como seria desejável, signifiquem uma mudança de atitude. Enquanto os fatos não demonstrarem o contrário, vale raciocinar que suas manifestações de conciliação, apesar de terem facilitado objetivamente o início das negociações de La Palma, constituíram um intervalo tático de breve duração, que logo se transformará no seu oposto: a obstrução do diálogo e o recrudescimento da agressão militar contra a Nicarágua.

Não só os adversários da política reaganiana, mas até os mais neutros e isentos analistas dos acontecimentos nos Estados Unidos, coincidem em assinalar que a guinada foi transitória, aparente e meramente movida pela conveniência eleitoral. Na realidade, a súbita flexibilidade verbal do presidente norte-americano resultou pouco convincente tanto quanto sua repentina vocação para o diálogo com a União Soviética.

Esses "zig-zags" deixam claro uma realidade: devido ao seu poderio e à proximidade geográfica, os Estados Unidos têm a chave da guerra e da paz na América Central.

Sem o apoio norte-americano, o regime do clã Somoza não teria durado mais de 40 anos e, sem o respaldo de Washington, a oligarquia salvadorenha que impôs ditaduras repressivas durante mais de meio século, já teria sido derrotada.

Justamente, foi pelo caráter ditatorial daqueles governos aliados de Washington (e o mesmo se aplica à Guatemala) que a oposição democrática e pacífica se tornou inviável e a rebelião armada foi a alternativa.

Esse dilema já é antigo e os nomes de César Augusto Sandino e de Farabundo Martí testemunham uma longa e cruenta luta popular. Quando Ronald Reagan chegou à Casa Branca — e com ele os setores mais conservadores do país — se deparou com a triunfante revolução sandinista e com a ascendente guerrilha salvadorenha. O presidente girou a chave no sentido da guerra,

descartando o diálogo e a conciliação que seu antecessor havia empreendido. E a guerra se propagou.

A ofensiva dos Estados Unidos na América Central, que incluiu manobras navais em grande escala assim como terrestres em Honduras, na fronteira nicaraguense, tem sido grandiosa tanto pela utilização de meios quanto pelo sangue derramado.

E, embora essa ofensiva tenha sido bem-sucedida em termos do prolongamento da guerra, a Casa Branca não consegue ganhá-la. Apesar dos enormes prejuízos causados à economia, a Nicarágua não foi desestabilizada e os resultados eleitorais constituem uma derrota para o governo norte-americano e um fortalecimento do processo revolucionário.

Nesse mesmo sentido, a realização de negociações em El Salvador, que mostrou o presidente Duarte discutindo em pé-de-igualdade com seus adversários, implica o reconhecimento da representatividade e do poderio dos movimentos rebeldes e a mais clara admissão de que não há solução pacífica à margem deles.

Existe, portanto, o outro lado da moeda na questão da guerra e da paz. As chaves que os adversários dos Estados Unidos têm também são determinantes. Não se pode conseguir a paz sem eles, não se pode ganhar a guerra contra eles.

Passadas as eleições norte-americanas e os jogos táticos da campanha em torno da América Central, essa realidade continua de pé. Se a Casa Branca insiste em não aceitá-la, sua resposta terá que ser a intensificação bélica. Nesse caso, a questão centro-americana dominará o próximo período presidencial. As analogias são enganosas e a comparação com um novo Vietnã terminaria sendo inapropriada. Porém, a diversidade de frentes abertas na América Central, a tão pouca distância da costa norte-americana, pode derivar em um conflito tanto ou mais grave, complexo e desgastante que o do sudeste asiático. ●

**Matéria de Capa**

# REAGAN

## O PESADELO CONTINUA



Ronald Reagan ficará mais quatro anos na Casa Branca. O novo mandato foi alcançado logo no início das apurações, quando ficou configurada uma maioria esmagadora de votos para o candidato republicano. Mas, apesar de ter obtido quase 60% dos votos – a maior diferença dos últimos 20 anos nos EUA –, Ronald Reagan não conseguiu alcançar a maioria na Câmara de Representantes, o que o transformaria num

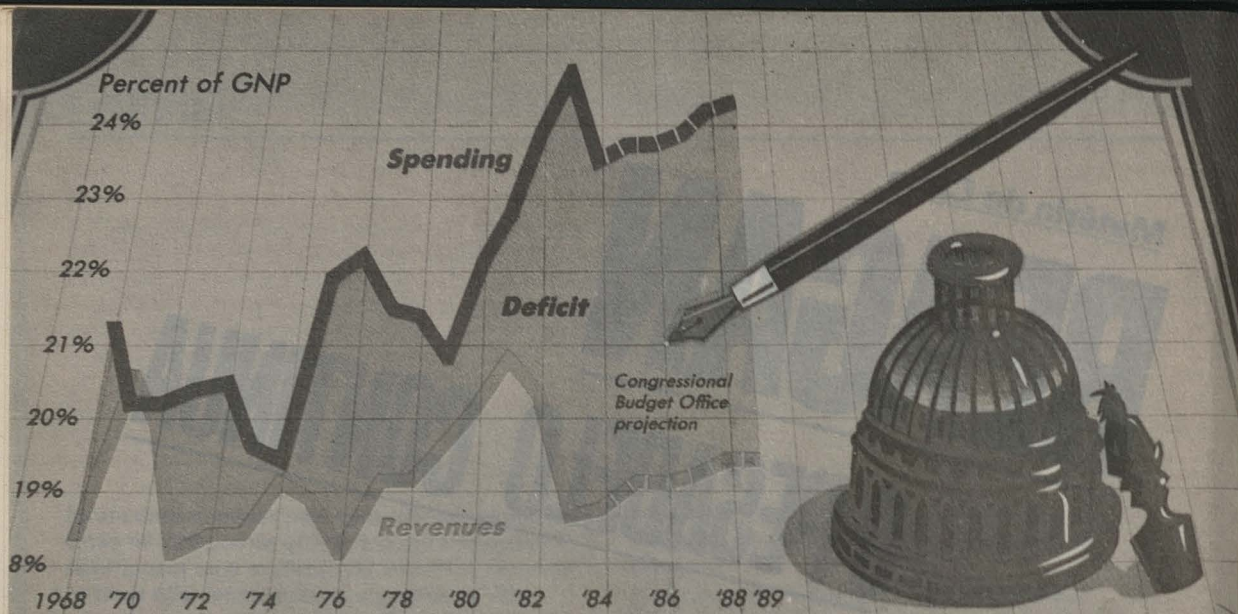
presidente com poderes quase absolutos. Adepto da confrontação militar, da corrida armamentista e do anticomunismo apaixonado, o presidente conquistou a sua segunda vitória eleitoral sem ter antecipado nada do que fará neste novo mandato. O eleitorado conservador norte-americano deu, assim, um “cheque em branco” a um político que, no resto do mundo, é apontado como o homem mais inclinado a “apertar o botão” da 3ª guerra mundial. Para os centro-americanos, a presença de Reagan na Casa Branca, por mais um quadriênio, cria novos e graves temores de agressão.

A vitória de Reagan sobre Mondale foi encarada pela maior parte dos observadores internacionais como uma consequência de certa euforia do eleitorado norte-americano com as vantagens

imediatas da política econômica da administração republicana desde 1980. Os Estados Unidos foram o único país do mundo cuja economia apresentou sinais de recuperação em meio à pior recessão mundial desde a 2ª guerra.

Mas, o preço da prosperidade norte-americana foi o aumento das dificuldades dos europeus, a dívida gigantesca dos países do Terceiro Mundo e a miséria quase total das nações mais pobres da África e da Ásia. A manutenção do clima de euforia nos meios empresariais dos Estados Unidos, principalmente dos setores ligados ao complexo industrial-militar, pode no entanto ceder lugar a uma dura decepção. É isso que muitos economistas prevêem diante do crescimento do déficit orçamentário norte-americano provocado pela corrida armamentista.

A campanha eleitoral dos republicanos foi toda ela montada em cima de um nacionalismo que beirou o chauvinismo. Foi a catarse, quase dez anos depois, da humilhação no Vietnã. A riqueza auferida às custas da miséria dos outros deu a Reagan os motivos para alimentar um ufanismo que, no entender dos especialistas, não deve durar muito tempo. Quando os artificialismos da economia cederem lugar ao realismo da convivência obrigatória com o resto do mundo, os eleitores republicanos seguramente entrarão num período de depressão. E aí, a tentação pelo desfecho nuclear será muito presente, para horror de países que pagaram pela prosperidade norte-americana e seguramente serão obrigados a pagar também pela crise do modelo monetarista e liberal da administração Reagan.



Matéria de Capa

EUA/Economia

## Um cenário hollywoodiano esconde a dura realidade

**E**m janeiro de 1981, quando Ronald Reagan começou seu primeiro mandato, a economia norte-americana encontrava-se em plena recessão. O desemprego afetava mais de 11% da força de trabalho, a inflação era de 12,3% e a famosa *prime rate* (taxa de juros cobrada pelos bancos privados aos clientes preferenciais) estava em 21,5%. A indústria, por sua vez, trabalhava com capacidade ociosa de quase 40% e o crescimento industrial era negativo (-8%). Os investimentos produtivos estavam em 142 bilhões de dólares.

Ao apresentar seu programa econômico ao Congresso, Reagan traçou um panorama desanimador da situação econômica e prometeu mudá-la com um programa que equilibrasse o orçamento fiscal. Na ocasião, ele disse ainda que adotaria medidas para eliminar a inflação, aumentar a produtividade e criar milhões de novos empregos. Para isso apregouo como necessária a redução da participação do Estado na economia a partir de quatro linhas de ação: 1) equilibrar o orçamento no prazo de dois anos; 2) reduzir a carga impositiva para es-

*O mundo paga  
pela recuperação  
norte-americana, alicerçada  
na marginalização dos  
desfavorecidos e na  
priorização da  
indústria bélica*

timular os investimentos; 3) diminuir ou eliminar os regulamentos (leis) federais sobre as atividades privadas e 4) incrementar os gastos públicos destinados à Defesa.

A plataforma republicana, divulgada em dezembro de 1979, dizia: "O mundo livre — e, na verdade, a civilização ocidental — precisa dos Estados Unidos fortes. Essa fortaleza requer uma economia próspera".

Ao fechar seu primeiro mandato, em 1984, Reagan exhibe sorridente os resultados da sua gestão. A inflação está agora em torno dos 4%. O desemprego afeta 7% dos trabalhadores. O Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu, no primeiro semestre deste ano, mais de 9%. A classe-média norte-americana diz viver melhor hoje do que há quatro anos. As pesquisas de opinião confirmam. (Ver Quadro)

Mas, como explicar então que importantes líderes políticos e financeiros dos próprios EUA, europeus e do Terceiro Mundo, acusem o governo norte-americano de estar praticando uma política fiscal branda que eleva os juros, onera todo o sis-



tema financeiro internacional e pode levar à catástrofe, não só da economia interna, mas de todo o mundo capitalista?

As respostas são muitas. Mas, tomemos as explicações dadas pelo próprio governo norte-americano. "A política econômica do presidente Reagan é coerente com seus objetivos, ou seja, a defesa dos interesses do povo dos Estados Unidos. Não há como esperar que ela se volte a favor dos povos das demais nações do universo", disse Beryl Sprinkel, subsecretário do Tesouro para Assuntos Monetários dos EUA ao responder as perguntas de jornalistas de sete países (25.09.84). Esses profissionais manifestaram a sua preocupação com a dívida externa do Terceiro Mundo e perguntaram sobre a contradição da política de Reagan que, no seu entender, ao afrouxar a tributação sobre o cidadão norte-americano provoca um elevado déficit fiscal, que eleva os juros, prejudica os endividados e estanca o comércio internacional.

Sprinkel reiterou: "Temos dificuldades em distinguir o que é bom para o norte-americano e para as regiões do mundo. Nós representamos o povo norte-americano. Reduzimos os gastos privados e esperamos que eles gastem bem esse dinheiro, reativando a economia".

## Miragens

A questão, entretanto, não é tão simples como a que apresenta Sprinkel ou o próprio Reagan (ainda que seja eficaz em termos eleitorais, fato, aliás, demonstrado nas últimas eleições). Os EUA são hoje, mais que qualquer outro, um país interdependente e, portanto, proibido de pensar em soluções individuais para sair da crise, a menos que estejam dispostos a levar o sistema capitalista à ruína.

Desde o fim da 2ª guerra mundial, Washington assumiu a liderança do bloco capitalista por razões de superioridade econômica, traduzidas então no maior avanço industrial e tecnológico, na maior produtividade e no maior poderio militar do sistema. Isso refletiu-se no dólar que passou a ser a moeda hegemônica plena (o comércio mundial se realiza majoritariamente em dólares, obrigando os bancos centrais de quase todo mundo a constituírem reservas nessa moeda). As exportações de manufaturados e os investimentos diretos norte-americanos no estrangeiro superaram os índices de qualquer outro país do sistema capitalista ocidental, considerado individualmente.

Essa hegemonia plena do dólar e, por conseguinte, dos EUA, está em declínio desde meados dos anos 60 (ver tabela). Em 1971, Richard Nixon aceitou desvalorizar o dólar porque o país apresentou — pela primeira vez em sua história — déficit comercial. Ao lado da desvalorização da moeda, Nixon decretou também uma sobretaxa

de 10% às importações. A partir daí, o declínio de Washington como centro reitor do mundo capitalista se tornou evidente. Os governos que o sucederam foram mais ou menos impotentes para recuperar a confiança interna e externa na capacidade dos EUA de liderarem o mundo e fazê-los retornar à prosperidade vivida antes. O que Reagan prometeu, na verdade, não passa de miragens.



A Bolsa de Valores de Nova Iorque, símbolo do mundo dos negócios norte-americanos

## O dólar sob ameaça

Reagan assumiu a presidência prometendo aos norte-americanos a recuperação plena da liderança a nível mundial (retorno ao *Destino Manifesto*) e, a nível interno, a volta ao bem-estar. Para a classe-média dos EUA — que, definitivamente, quase sempre decide os resultados das eleições —, ele conseguiu o fim proposto. Mas, muitos economistas, financistas e personalidades da sua própria equipe de governo não pensam assim.

Paul Volcker, presidente da FED (Banco Central dos EUA) enfatizou recentemente que o déficit fiscal (cerca de 197 bilhões de dólares este ano) está sendo crescentemente financiado por recursos externos (os altos juros pagos pelo mercado financeiro norte-americano atraem capitais do resto do mundo) e outros fatores de curto prazo. "Isso pode ser feito durante um ou dois anos, mas não para sempre", disse. Seu temor — compartilhado por analistas privados europeus e norte-americanos — é de que a crescente dependência externa do déficit ameace finalmente o dólar e desate, de novo, a inflação.

Henry Kaufman, economista chefe da corretora *Salomon Brothers*, alertou que, sem cortes imediatos e radicais no déficit fiscal dos EUA, poderá haver um aumento nos juros devido ao choque futu- ▶

## Políticas traçadas pelos países ricos

	Rambouillet (1975)	Porto Rico (1976)	Londres (1977)	Bonn (1978)
<b>Crescimento, Inflação e Emprego</b>	Para consolidar a recuperação é essencial evitar que se desatem forças inflacionárias adicionais e, além do mais, reduzir o desemprego. Não aceitaremos outra onda explosiva inflacionária.	Acreditamos que a combinação de políticas corretas possam fazer com que consigamos nossos objetivos de uma ordenada e firme expansão, redução do desemprego e renovado progresso no sentido do nosso alvo comum de eliminar o problema da inflação.	Comprometemos nossos governos a colocar metas de crescimento econômico ou políticas de estabilização que, tomadas em seu conjunto, devem ser a base de um crescimento não-inflacionário firme. Criar mais postos de trabalho e continuar combatendo a inflação.	Um programa de ações alternativas para países que enfrentam diferentes condições para assegurar um crescimento não-inflacionário contínuo. Em países cujos balanço de pagamentos e taxa de inflação não imponham restrições especiais, requer-se um incremento rápido na demanda interna. Naqueles em que os crescentes preços e custos estão criando fortes pressões, devem ser tomadas novas medidas contra a inflação.
<b>Comércio Internacional</b>	Acelerar as negociações comerciais multilaterais para conseguir o máximo nível possível de liberalização comercial em 1977.	Os países que cedem ao protecionismo comercial ficam expostos a uma deterioração de sua posição competitiva, podendo afetar o vigor das suas economias e, ao mesmo tempo, pode pôr-se em movimento uma reação em cadeia que diminua o volume do comércio mundial, prejudicando todos os participantes.	Rejeitamos o protecionismo: pode fomentar o desemprego, incrementar a inflação e minar o bem-estar de nossos povos. Daremos um novo impulso à Reunião de Tóquio das negociações comerciais multilaterais.	Reafirmamos nossa determinação para expandir o comércio internacional. Através dos nossos esforços conjuntos, manteremos e fortaleceremos o sistema comercial internacional aberto.
<b>Energia</b>	Nossos interesses comuns exigem que continuemos cooperando para reduzir nossa dependência da energia importada.	Fazer esforços para desenvolver, conservar e usar racionalmente os recursos energéticos e apoiar os objetivos nesse campo dos países em desenvolvimento.	Conservar a energia e incrementar e diversificar sua produção, reduzindo nossa dependência do petróleo. Incrementar a produção de energia nuclear para ajudar a conseguir os fins energéticos mundiais.	Apesar de algumas melhorias, nossa situação energética atual é insatisfatória. Nossos países revisarão seus programas nacionais de energia com objetivo de acelerá-los.
<b>Problemas Monetários</b>	Nossas autoridades monetárias atuarão para atenuar as condições desordenadas ou as flutuações erráticas dos mercados de câmbio.	A estabilidade necessária nas condições econômicas e financeiras subjacentes não foi ainda restaurada.	Comprometemo-nos a buscar recursos adicionais para o FMI e apoiar o vínculo entre suas práticas creditícias e a adoção de políticas de estabilização apropriadas.	A flutuação errática dos mercados cambiais vem tendo um efeito devastador na confiança, no investimento e crescimento do mundo inteiro. Nossas autoridades monetárias continuarão intervindo para atenuar as condições desordenadas dos mercados.
<b>Relações com o Terceiro Mundo</b>	O firme crescimento de nossas economias é necessário para o crescimento dos países em desenvolvimento. Faremos nossa parte, através do FMI e outros foros internacionais apropriados, para conseguir melhorias urgentes nos acordos internacionais.	Nossos esforços por uma cooperação econômica internacional devem ser considerados como complementares às políticas dos países em desenvolvimento.	A economia mundial só pode crescer de maneira firme e equitativa se os países em desenvolvimento compartilharem esse crescimento. Propomo-nos a incrementar o fluxo de ajuda e de outros recursos reais para esses países.	Nos próximos anos, os países em desenvolvimento podem contar conosco para um incremento no fluxo de assistência financeira e de outros recursos para seu desenvolvimento.
<b>Relações Leste-Oeste</b>	Buscamos um ordenamento e um produtivo incremento nas nossas relações econômicas com os países socialistas como um elemento importante no progresso da détente e do crescimento econômico mundial.	Apresiasi o contínuo crescimento do comércio Leste-Oeste e expressamos a esperança de que as relações econômicas entre o Leste e o Oeste possam revelar seu potencial total, baseado em relações comerciais e financeiras recíprocas e firmes.	Convidamos os países do Come a incrementar o fluxo de ajuda e outros recursos reais para os países em desenvolvimento.	Lamentamos profundamente o fracasso dos países do Come em assumir sua parte na assistência financeira aos países em desenvolvimento e os convidamos, uma vez mais, a fazê-lo.

\* Reproduzido de: Mário A. Vizcaino Sahagún - Mapa Económico Internacional, Departamento de Economía Internacional, Cide, México, 1982, pp. 90, 91.

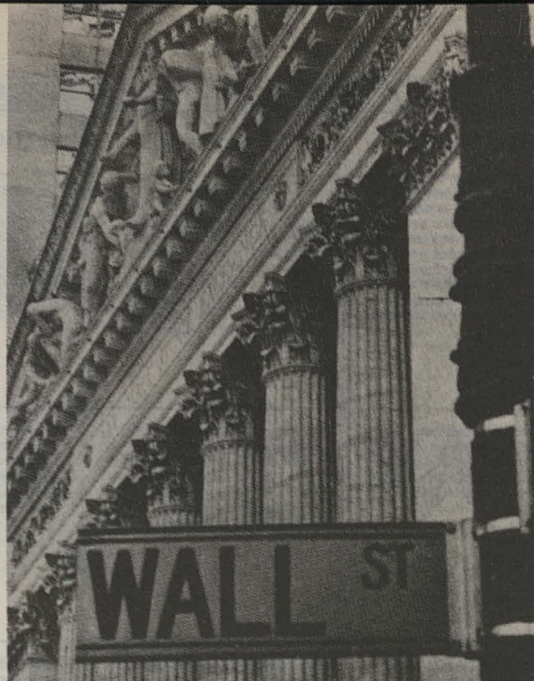
Tóquio (1979)	Veneza (1980)	Ottawa (1981)	Versailles (1982)
Os aumentos nos preços do petróleo terão sérias consequências econômicas e sociais, significam mais inflação e menos crescimento; provocarão maior desemprego, mais dificuldades no balanço de pagamentos e porão em perigo a estabilidade dos países subdesenvolvidos e industrializados.	São necessárias determinadas restrições fiscais e monetárias para quebrar as expectativas não-inflacionárias. Medidas desse tipo podem ser econômica e politicamente difíceis a curto prazo, mas são essenciais para um crescimento não-inflacionário firme (sustentado) e para aumentar o emprego, que é nossa maior meta.	Devemos continuar reduzindo a inflação se quisermos assegurar uma alta taxa de investimento e um crescimento firme, do qual depende a recuperação do emprego. Devemos levar em conta (apreciar) a necessidade de mudar as expectativas de crescimento e de renda.	O crescimento econômico e o emprego devem ser incrementados. Isto só será conseguido sobre bases firmes, se chegarmos a ter êxito em nossa luta contínua contra a inflação.
Os acordos assinados em Tóquio são uma importante conquista: nos comprometemos a uma imediata e completa implementação. Queremos fortalecer o Gatt.	Apoiamos a conclusão positiva das negociações comerciais multilaterais. Recebemos, com agrado, a participação de alguns países em desenvolvimento nas negociações e convidamos outros a participar.	Reafirmamos nosso compromisso de manter políticas comerciais liberais e a operação efetiva de um sistema comercial multilateral aberto, como o empreendido no Gatt.	A fim de promover a estabilidade e o emprego através do comércio e crescimento, resistiremos às pressões protocolares e às práticas que distorcem o comércio.
A tarefa mais urgente é reduzir o consumo de petróleo e impulsionar o desenvolvimento de fontes alternativas. Poremos limites à importação de petróleo.	Devemos romper o vínculo existente entre crescimento econômico e consumo de petróleo e nos propomos a fazê-lo nesta década.	Apoiaremos-nos fortemente nos mecanismos de mercado para acelerar o desenvolvimento e o uso de todas as nossas fontes de energia.	Não houve menção ao tema.
Continuaremos a cooperação nas políticas dos mercados de câmbio e no apoio ao FMI tanto no seu papel de vigilância quanto no do fortalecimento do sistema monetário internacional.	Reafirmamos nosso compromisso de estabilizar os mercados cambiais. O Sistema Monetário Europeu tem contribuído para esse fim.	Em um mundo de intensos fluxos de capital e grandes déficits, interessa a todos que a solidez do sistema bancário e das instituições financeiras internacionais seja mantida totalmente. Aprovamos o papel, recentemente ampliado, do FMI em financiar déficits de pagamentos em termos que fomentam ajustes necessários.	Estamos dispostos a recorrer à intervenção nos mercados cambiais para impedir condições de desordem e a fortalecer nossa cooperação com o FMI e suas tarefas de vigilância.
Reconhecemos a necessidade de incrementar os fluxos de recursos financeiros aos países em desenvolvimento, inclusive fundos públicos e privados, bilaterais e multilaterais. Um bom clima para os investimentos nos países em desenvolvimento aumentaria o fluxo de investimento estrangeiro.	Estamos profundamente preocupados pelo impacto dos aumentos dos preços do petróleo nos países em desenvolvimento que importam essa matéria-prima. Pedimos ao Banco Mundial que considere a possibilidade de estabelecer um novo fundo para assistência energética.	Continuamos dispostos a apoiar os países em desenvolvimento nos esforços que façam para promover seu desenvolvimento social e econômico.	É importante que se mantenha um alto nível de fluxos financeiros e que seu montante e eficiência sejam acrescentados, no maior grau possível, com responsabilidades compartilhadas entre todos os países capazes de dar uma contribuição.
Uma vez mais pedimos com urgência aos países do Come que ocupem seu lugar nos programas de ajuda aos países em desenvolvimento.	Os países industrializados democráticos não podem carregar sozinho a responsabilidade da ajuda aos países em desenvolvimento; deve ser compartilhada equitativamente pelos países exportadores de petróleo e pelos países comunistas industrializados.	A União Soviética e seus sócios, cujas contribuições são insuficientes, devem distribuir mais assistência ao desenvolvimento, e participar mais das exportações dos países em desenvolvimento, respeitando sua independência e não-alinhamento. Nossas relações econômicas com o Leste devem continuar sendo compatíveis com nossos objetivos políticos e de segurança.	Concordamos em prosseguir com um enfoque prudente e diversificado com respeito à URSS e Europa Oriental, coerentes com nossos interesses de segurança e políticos, inclusive com ações diretas em áreas-chaves.

ro entre a demanda de crédito público e privado. Kaufman (considerado como "o guru de Wall Street", porque suas previsões sempre fazem oscilar os mercados financeiros internacionais) defendeu um corte de 50 a 60 bilhões de dólares no déficit nos próximos 12 meses, através de duas medidas: 40% de aumento de impostos e 60% de redução de gastos governamentais. Se isso for deixado para mais adiante, alertou, o resultado poderá ser dramático.

Mas, desde o começo do seu governo, Reagan rejeitou as acusações de que o déficit orçamentário seja causa dos juros elevados. Argumentava que a maior demanda de crédito por parte do governo (para financiar a corrida armamentista<sup>1</sup>), era compensada pela menor demanda do setor privado por causa da situação recessiva (que durou até o final do terceiro ano do seu governo). Mas a economia dos EUA começou a expandir-se em fins do ano passado e os juros, em vez de baixarem, subiram (de 10,5% em agosto de 1983 passaram a 13,5% em julho último).

Quando isso ficou claro, Reagan passou a oferecer outro argumento. No discurso feito aos representantes dos bancos centrais, no início da reunião conjunta do Banco Mundial e o FMI, a 27 de setembro passado, ele afirmou que os altos juros são compensados pelo aumento das importações norte-americanas,<sup>2</sup> que favoreceria sobretudo os países endividados do Terceiro Mundo. No mesmo sentido, rejeitou que os altos juros expliquem a força do dólar. Segundo disse, o poder da moeda norte-americana se deve aos sinais de fortalecimento da economia dos EUA e ao êxito da sua política anti-inflacionária, que atrai capitais do resto do mundo.

Para explicar os altos juros, o presidente republicano alegou a existência de expectativas inflacionárias de longo prazo, incorporadas nos cálculos dos bancos e dos investidores, que incluem essas expectativas nas taxas de mercado. Para Rea-



gan, essas expectativas desaparecerão quando o mundo se convencer que a política econômica dos EUA é sólida o suficiente para evitar o financiamento inflacionário dos déficits públicos.

Acontece, no entanto, que ninguém — à exceção da classe-média que tem renda anual superior a 10 mil dólares e da indústria bélica, beneficiários atuais da política de Reagan — acredita na solidez das medidas implementadas pela atual administração. O ex-chanceler alemão Helmut Schmidt — que não pode ser acusado de partidário da URSS — afirmou que a recuperação dos EUA iria acabar quando Reagan fosse reeleito. (A afirmação foi feita em entrevista ao jornal *New York Times* que, junto com o *Washington Post*, fazem oposição ao presidente). Muitos outros analistas compartilham a sua interpretação.

Os agricultores norte-americanos queixam-se de estar vivendo o pior ano da sua história. Os pequenos bancos reclamam da política praticada pela FED que obriga-os a participar do resgate da dívida do Terceiro Mundo (que foi contraída com os grandes bancos). Os sindicatos agrupados na AFL-CIO, por sua vez, advogam pela desvalorização do dólar ante a evidência de que a redução das exportações norte-americanas já provocou a perda de mais de um milhão e 200 mil empregos. O descontentamento em diversos setores sociais e produtivos dos EUA é grande.

O mesmo acontece no resto do mundo. Todos acham que estão pagando pela recuperação da economia norte-americana, sem que isso se traduza em benefícios para o sistema em seu conjunto. Só a Alemanha Federal, por exemplo, envia aproxima-

<sup>1</sup>A corrida armamentista desencadeada por Reagan visa também obrigar a União Soviética a desviar recursos destinados aos investimentos produtivos e provocar descontentamento na população, provocando assim uma crise econômica e social. Na verdade, o recrudescimento da "guerra fria" prejudica, a curto prazo, a economia soviética em maior medida que os prejuízos que causa à economia norte-americana. Mas os problemas derivados dessa política armamentista dos EUA podem levar à ruína o sistema capitalista a curto ou longo prazo. Esse risco parece não existir para o bloco socialista.

<sup>2</sup>Carlos Viacava, diretor da Cacex, calculou que as sobretaxas compensatórias (protecionismo) exigidas pelos Estados Unidos no desembarque de exportações brasileiras causam um prejuízo anual de 1,8 bilhão de dólares. Os juros, entretanto, custam ao Brasil 55,8 bilhões adicionais ao ano. O cálculo não é diferente para nenhum outro país nas atuais circunstâncias. Variam as cifras, mas as proporções se mantêm.



O ex-chanceler alemão Helmut Schmidt afirmou que a recuperação dos EUA acabaria quando Reagan (na foto com ele) fosse reeleito. Muitos compartilham o seu ponto de vista

damente um bilhão de dólares por mês aos EUA e apenas uma quarta parte dessa cifra se dirige a investimentos produtivos (destinados à produção de bens de consumo). Esse fluxo de capitais é ainda maior no caso do Japão. As empresas *Siemens* e *Mercedes Benz*, com níveis de milhões de dólares em reservas, acham mais rentável colocar seu dinheiro em aplicações de curto prazo nos EUA do que investir em suas próprias fábricas.<sup>3</sup> O Terceiro Mundo, por sua vez, se descapitaliza, dia a dia, pelos pagamentos que faz para cobrir o serviço da sua dívida externa (só o Brasil paga sete mil dólares por minuto de juros). Os EUA, enquanto isso, deixaram de ser exportadores de mercadorias para tornarem-se importadores líquidos de capitais.

#### A outra face da moeda

Os Estados Unidos estão a ponto de converter-se no maior devedor do mundo. Segundo Mário H. Simonsen, ex-ministro da Fazenda do Brasil e atual consultor do *Citibank* (um dos 10 maiores bancos norte-americanos), os EUA serão, em 1985, devedores líquidos de capital, ou seja, suas dívidas no exterior serão mais elevadas que seus créditos. Isso não acontecia desde 1917. A dívida externa atingirá 150 bilhões de dólares e, em 1986, será o dobro da brasileira.

O déficit do balanço de pagamentos (soma de todas as transações do país no estrangeiro) no primeiro semestre deste ano alcançou 44 bilhões de dólares. Quando Reagan assumiu, o saldo era po-

sitivo. A dívida total (interna e externa) é de 1,6 trilhão de dólares. Quando Reagan assumiu, era de um trilhão.

O déficit da balança comercial (exportações menos importações de mercadorias) é atualmente de 130 bilhões de dólares. Cada bilhão de déficit nas transações comerciais representa a perda de um entre cada quatro empregos na indústria dos EUA. Só na indústria do aço, sob forte proteção há 10 anos, o desemprego já atingiu 45% da força de trabalho nos últimos quatro anos. Cem mil empregos já são considerados extintos, de forma irreversível, nesse setor. Um quarto do parque automotriz norte-americano está ocupado pela indústria japonesa.

Os investimentos produtivos (que geram bens e serviços destinados ao consumo e criam empregos) cresceram apenas 0,4% nos últimos quatro anos. É o menor crescimento registrado na história do país desde a Depressão de 1929. Os únicos investimentos expressivos atualmente são no setor de serviços, no mercado financeiro e em tecnologia militar.

Os salários reais não só recuaram no período 1975-1983, mas ainda têm que recuperar seu poder de compra de 1975. Em dezembro de 1983, os salários dos trabalhadores se situavam cerca de 2,5% abaixo do seu nível de 1975. Há 34 milhões de norte-americanos vivendo na pobreza.

“Hoje, os EUA têm a fisionomia de um país subdesenvolvido, pois têm baixa poupança interna (8% em relação ao PIB) e financiam seu déficit com créditos do resto do mundo”, disse Simonsen, de quem não dá para desconfiar de simpatias anticapitalistas. Esses indicadores — prossegue — fazem

<sup>3</sup> Ver *New York Times*, 08.07.83.



A economia dos EUA é comparada a uma "bolha a ponto de estourar"

com que muitos economistas considerem a economia norte-americana como "uma bolha a ponto de estourar", ao mesmo tempo que indicam que o dólar é, hoje, o "peso" dos EUA<sup>4</sup>.

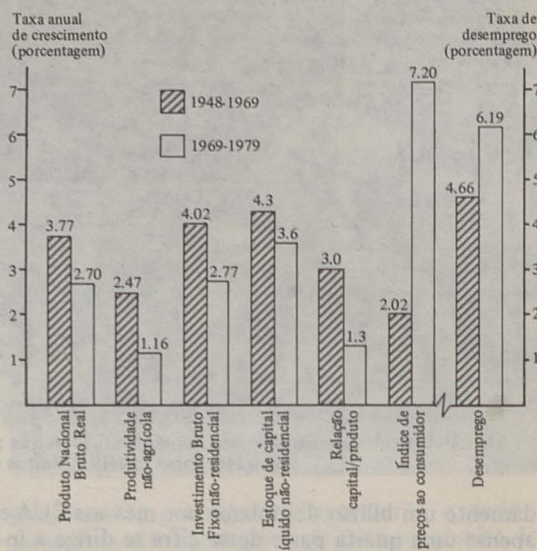
Com esse panorama econômico, já houve quem dissesse que a Casa Branca deveria estar sob a intervenção do FMI há muito tempo. Isso, porém, não vai acontecer enquanto os Estados Unidos forem — pelo poder de voto que têm na instituição devido à sua contribuição financeira majoritária — os donos do Fundo.

### O poder do Terceiro Mundo

A "política de força" adotada por Reagan faz-se sentir com mais força sobre os países do Terceiro Mundo. Porém, ironicamente, são eles que possuem o poder para romper não só com sua dependência, mas com o sistema financeiro internacional.

<sup>40</sup> número de falências multiplicou-se por oito nos últimos quatro anos, disse o *chairman* da *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), William Isaac. Segundo Isaac, existem atualmente 800 bancos em situação problemática nos EUA.

### ALGUNS INDICADORES COMPARADOS (1948-1969, 1969-1979)



Fonte: *Economic Report of the President, 1981. USGPO*

A dívida total de mais de 700 bilhões de dólares que esses países têm com o sistema capitalista teria que ser, em vez de um ponto de estrangulamento de suas economias, a chave para um verdadeiro desenvolvimento.

A explicação é simples. A maior parte da dívida da América Latina foi contraída com os bancos privados norte-americanos. Estes emprestaram dinheiro de seus depositantes. O governo federal tem que assegurar que, se um banco quebrar, o depositante não vai perder. Ou seja, o governo tem que garantir a restituição dos fundos aos depositantes, o que deve ser feito através da *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), que depende da FED e do Congresso.

### Ciclo e recessão

Nos últimos 10 anos, a economia norte-americana passou por três períodos de recessão (com duração de um, dois e dois anos respectivamente), alternados por três períodos de recuperação (de dois, um e um ano respectivamente). A tendência se manterá?

1974-1975 — Recessão (fim governo Nixon; administração Ford)

1975-1977 — Recuperação (Ford)

1978-1980 — Recessão (Carter)

ago. 1980-jul. 1981 — Recuperação (Carter. Começo administração Reagan)

ago. 1981-ago. 1983 — Recessão (Reagan)

set. 1983-ago. 1984 — Recuperação (Reagan)

set. 1984-Sinais de desaceleração (Reagan)

Mas, calcula-se que os depósitos internos e externos nos bancos norte-americanos, fora da cobertura da FDIC, totalizem 730 bilhões de dólares. Os bancos, por sua vez, não constituíram reservas suficientes para cobrir-se de eventuais moratórias. A maioria deles emprestou muito mais do que podia. A FED é, em última instância, prestamista. Mas, com a dívida que o governo dos Estados Unidos tem hoje, poderia arcar com os custos de 100 ou mais bilhões de dólares em vermelho? Os bancos estão solicitando os serviços de companhias privadas de seguros para os depósitos superiores a 100 mil dólares. Essa política, porém, tem limites, como reconhecem funcionários do próprio governo.

A questão da dívida do Terceiro Mundo é, portanto, altamente política, e o interesse maior é dos próprios países ricos. Fazer-nos acreditar o contrário (e aceitar negociações lesivas para nossos países) é parte do projeto de reconversão capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos sob o comando de Reagan. Isso é reconhecido até mesmo pelos grandes bancos. A projeção que o Banco Morgan fez para 1986 reconhece que, para superar a crise financeira, é mais importante o crescimento dos países industrializados que os ajustes (propostos pelo FMI) aos países pobres. Diz: "Ainda que os países devedores fizessem os maiores esforços para corrigir seus desequilíbrios, um crescimento mínimo nos países ricos - menor inclusive que 2% no período 83/86 - significaria que os 21 maiores devedores teriam uma dívida superior em 70% à de 1982 e nenhuma melhoria na sua posição de vulnerabilidade" (dívida externa em relação às exportações).

E o crescimento nos países ricos depende, sobretudo, da marcha da economia dos Estados Unidos, onde como já vimos, as previsões são em geral,



A questão da dívida é altamente política

pessimistas. A economia norte-americana já começou a se desaquecer e é provável uma nova recessão a partir do próximo ano (ver Quadro). Com esse panorama, continuarão os países do Terceiro Mundo à espera do "milagre das exportações" para superar seus problemas? (Maluza Stein) ●

## Os pobres ficaram mais pobres

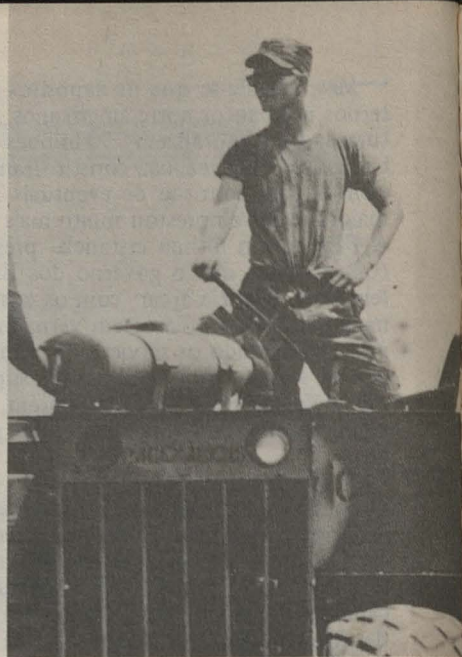
Na campanha política deste ano, Reagan repetiu a pergunta que fizera em 1979 aos norte-americanos: "Você vive melhor hoje que há quatro anos?"

Uma pesquisa feita pela revista *US News and World Report* indicou: 42% dizem viver melhor agora, 36,5% dizem que sua situação é semelhante à de quatro anos atrás e 20,5% afirmam que vivem pior.

Entre 1980-84, as famílias de classe-média obtiveram um aumento de renda de 3,5%, descontados os impostos e a inflação. Mas os 20%

mais pobres da população perderam 7,6% dos salários, enquanto os 20% mais ricos ampliaram suas rendas em 8,7%. Seis milhões de norte-americanos foram oficialmente enquadrados na faixa de cidadãos pobres desde que Reagan chegou ao poder, elevando a 35 milhões o número de pessoas nessa faixa.

A situação para os 24 milhões é ainda pior. A política de Reagan acentuou sua miséria: sua renda familiar, comparada com a de 1980, foi reduzida em 5,3%. O índice de desemprego entre eles aumentou de 14,4% para 16%. Quase 35% dos negros vivem abaixo do nível de pobreza que, nos EUA, é fixado em cinco mil dólares anuais para um solteiro e 10.178 dólares para uma família de quatro membros.



Matéria de capa

EUA/Nicarágua

## Um xeque-mate difícil\*

“Hoje, após uma década de quase total isolacionismo, quando até mesmo a sugestão de ação militar provocava denúncias de estarmos ‘planejando um novo Vietnã’, podemos voltar a pensar realisticamente no uso da força”.

Essas palavras de Mark Cancian, analista de sistemas do Pentágono, marcaram o retorno à velha tradição que, durante tantos anos, definiu as bases da política externa dos Estados Unidos. Como observou o major Maxwell O. Johnson em estudo recente, “só no período posterior à 2ª guerra mundial, os EUA empregaram a força militar como instrumento político mais de 200 vezes.”

O Vietnã tinha temporariamente quebrado essa tradição. Mas o fim da política de coexistência de Carter e o advento dos orçamentos de defesa de Reagan fizeram com que a política externa novamente fosse concebida como um jogo de xadrez geopolítico, no qual as nações do Terceiro Mundo seriam — como diz o título de um estudo feito em 1982 pelo *Army War College* — “Microestados: peões no equilíbrio estratégico mundial”.

*A situação gerada pelo intervencionismo do governo Reagan na América Central lembra a situação em Granada e na Indochina*

Essa nova busca de afirmação não era, porém, simples reprise da política imperialista do *big stick* ou da arrogância dos anos 60. O complexo período pós-Vietnã introduziu uma visão mais sofisticada das dificuldades de uma intervenção. O aparelho militar, ressuscitado, estava pronto e disposto a agir mas, desta vez, pretendia escolher cuidadosamente o alvo e preparar muito bem o terreno político e estratégico.

Os pensadores do Pentágono não alimentavam

\* Este artigo foi publicado inicialmente na revista *Nac-la Report on the Americas*, editada pela *North American Congress on Latin America*, uma organização norte-americana independente, sem fins lucrativos. O autor é jornalista em Nova Iorque, e escreveu essa matéria após ter passado três meses de pesquisa na região centro-americana. O trabalho profissional de Alan Nairn tem causado irritação em Washington desde que, em 1980, ele publicou uma detalhada exposição das relações da administração Reagan com a extrema-direita guatemalteca. Desde então, seus artigos aparecem no *New York Times*, *The Washington Post* e no *The New Republic*. Seu artigo mais recente, publicado no *The Progressive*, é um estudo de 20 anos de apoio norte-americano aos Esquadrões da Morte salvadoreños.



ilusões grandiosas de usar o poderio militar para introduzir mudanças nas forças sociais básicas; longe disso, tinham em vista objetivos mais modestos e fáceis de atingir. Um estudo do *War College*, baseado em um modelo matemático de invasão e do impacto da mesma, constatou que “a intervenção militar produz só um efeito limitado sobre o comportamento estrutural do país-alvo. (...) A capacidade de manter a ordem civil após a intervenção estrangeira não é muito grande”, embora a tarefa mais direta de eliminar inimigos e promover aliados apresente “resultados mais favoráveis”.

Lado a lado com essa crescente percepção dos possíveis percalços nos “países-alvos”, surgiu nova conscientização das restrições políticas no cenário interno. A nova situação tem confundido muita gente com notícias de concentrações de forças militares num dia e, no outro, advertências do Pentágono contra intervenções prematuras. A contradição, porém, é mais aparente que real. Os burocratas da segurança nacional norte-americana não se transformaram em pombos. Mas eles formam uma comunidade de sobreviventes da guerra do Vietnã que levam demasiadamente a sério a tarefa de planejar as operações na América Central para deixá-las a perder por precipitações. Primeiro, assinalam, é necessário consolidar o apoio político e colocar em posição, minuciosamente, os elementos de uma iniciativa vitoriosa.

O artigo de Cancian é um exemplo desse método e vale a pena citá-lo. Por um lado, ele adverte que “os meios militares são geralmente inadequados para a consecução de objetivos políticos”; na América Central, em particular, convém esgotar primeiro os meios políticos. Ao mesmo tempo, diz ele, uma vez iniciada a batalha militar, a política interna norte-americana exige que a ação seja rápida e decisiva.

“A estratégia da guerra de atrito — escreve ele — depende da capacidade de suportar dor, uma capacidade que não é muito certa nas democracias do Ocidente. (...) Geralmente, o que acontece é: apoio (ou pelo menos aceitação) inicial por parte do público, luta prolongada sem resultados aparentes, retração do apoio do público, uma batalha que parece ter sido perdida (como a de Tet ou Dien Bien Phu), uma mudança de governo e, depois, a retirada.”

A solução, diz Cancian, é atacar enquanto o ferro está quente: “Tudo tem de ser feito durante o período inicial de apoio público. (...) A estratégia pode ser guerra de manobras, como sugerem alguns, ou escalada maciça. (...) Implica também abandonar a iniciativa, sem perda de tempo, caso o esforço fracasse”.

A lição do Vietnã, afirma ele, foi que “a política do gradualismo não funciona”. O único desvio em relação ao gradualismo — o bombardeio de Ha-

nói no Natal de 1972 (conhecido como Operação Linebacker II) — foi, em sua opinião, “um tremendo sucesso”.

### Gradualismo ou intervencionismo?

O conceito do gradualismo é ainda hoje motivo de controvérsia nos círculos militares dos Estados Unidos. Alguns oficiais irritam-se com as restrições que lhes são impostas em El Salvador. Outros retrucam que o papel dos EUA naquele país é ainda essencialmente político. Já que a fase militar ainda não começou, dizem eles, a escalada gradual continua sendo uma estratégia aceitável. Medidas decisivas só serão necessárias quando Washington concordar em que os Estados Unidos devem resolver a questão militarmente.



Desde 1980, há consenso nos EUA no sentido de se aumentar a capacidade intervencionista, especialmente na América Central

A necessidade de aumentar a capacidade intervencionista dos EUA — e fazê-lo de modo politicamente aceitável — tem sido objeto de consenso desde 1980. O Documento Branco do Exército, de fevereiro de 1980, motivou uma série de mudanças, inclusive a expansão de forças especiais de contra-insurgência, o desenvolvimento de “forças mais ligeiras e mais manejáveis que usem tecnologia para maior capacidade de devastação e sobrevivência”, e um novo conjunto de táticas convencionais de campo — a Doutrina de Batalha Terra-Ar — imbuídas “do espírito de lutar para vencer”. Várias forças ligeiras, “fundamentalmente configuradas e treinadas para reação rápida e operações de invasão à força”, foram reorganizadas e ampliadas.

Em 1982, o Corpo de Fuzileiros ativou nove pelotões de defesa aérea avançada. Em 1983, o exército reorganizou a 101ª Divisão de Ataque Aéreo em Fort Campbell, no Kentucky, e reativou 13 companhias de rifles em Fort Lewis, no estado de Washington, e no Havaí. Em 1984, inaugurou duas novas divisões móveis de dez mil homens cada, es-

pecialmente equipadas para conflitos "de baixa intensidade" no Terceiro Mundo e capazes de cruzar o oceano em quatro dias, ao invés dos onze dias normalmente necessários.

Essas unidades, cuja missão básica é invasão e ocupação diretas, foram complementadas por forças aperfeiçoadas de Operações Especiais que, segundo o secretário Weinberger diz no Relatório de 1984, "atendem a ameaças na faixa mais baixa do leque de conflitos — onde o uso de forças convencionais possa ser prematuro, inadequado ou politicamente inviável". Em tempos de paz, dizem os chefes conjuntos do estado-maior, essas forças "podem ajudar a treinar as forças militares e de segurança de nações amigas, além de oferecer uma capacidade de reação rápida e cirúrgica quando cidadãos norte-americanos no exterior são ameaçados por terroristas, dissidentes ou atos irracionais de governos estrangeiros".

### Revitalização das forças especiais

Em 1982, o chefe do estado-maior do exército aprovou um plano a longo prazo de revitalização de forças especiais, consolidando todas as unidades sob um único comando em Fort Bragg, estado de Carolina do Norte; os "boinas-verdes" passaram de 3.600 para 5.800 membros e ganharam mais um quartel general e dois novos batalhões. Os chefes conjuntos formularam planos para a coordenação das operações das forças especiais das várias armas — inclusive os *Seals* da marinha e as operações especiais da força aérea.

A medida que as forças aumentavam de tamanho, seus olhos se voltavam para o sul. Os "boinas verdes", cujas tropas se especializam na língua e na cultura de determinada região, passaram a orientar seus recrutas na direção de um estudo da América Latina. "Por que (...) haveríamos de permitir outras revoluções ao estilo de Cuba na América Latina", perguntou o general Joseph Lutz, comandante das forças especiais, "quando temos os meios de impedi-las a tempo?" Tendência semelhante ocorreu na escola de operações especiais da força aérea do campo de Hurlburt, estado da Flórida, que abriga a Primeira Ala de Operações Especiais. Em 1980-81, o exército iniciou um programa de inglês como segunda língua a fim de aumentar sua capacidade de absorver recrutas de fala espanhola. A marinha fez o mesmo em 1982, atuando através da Guarda Nacional de Porto Rico.

A essência do treinamento das forças especiais também mudou sob outro aspecto. A revista "Exército" noticiou em maio de 1983 que, além de "renovado interesse no papel das forças especiais como treinadoras das forças armadas amigas — como no caso de El Salvador — tem sido dada ênfase maior ao preparo para a missão original das

forças especiais, que é a de oferecer liderança e quadros de assessores a movimentos de resistência indígenas". Elementos do exército em Honduras disseram ao autor deste artigo, em setembro de 1983, que os "boinas verdes" estavam treinando *contras* e acompanhando-os em missões de penetração na Nicarágua.

As forças navais também foram ativadas. As vantagens da marinha "permitem aos EUA manter uma presença de força na região e a capacidade de desembarcar seu poderio se e quando necessário", comentou o major Maxwell O. Johnson, do Corpo de Fuzileiros.

### Os planos para o Caribe e América Central

Quando o governo Reagan tomou posse, o almirante Harry D. Train II, comandante da frota do Atlântico, observou que os EUA "não possuem forças programadas para uma emergência no Caribe". Mas, já em 1984, uma série virtualmente ininterrupta de grandes manobras, inclusive pelo menos meia dúzia de invasões simuladas, tinha consolidado a frota como importante presença na América Central. Geralmente, essas manobras envolviam forças de tarefa terra-ar (MAGTFs) do Corpo de Fuzileiros, que são os "escalões de assalto" da intervenção anfíbia. Segundo o secretário-assistente da Defesa, Dov Zackheim, um MAGTF "pode singrar os mares até uma zona de crise sem revelar sua destinação exata. Sem depender de portos e de campos de pouso, pode aumentar rapidamente de tamanho a partir de uma base zero, mantendo-se depois graças a poder de fogo e logística naval. Tropas transportadas por helicópteros podem ajudar a isolar ou expandir a cabeça de ponte estabelecida pelas lanchas de desembarque". A partir de 1981, os fuzileiros rearmaram suas unidades de desembarque com "maior impacto por quilo de peso" e obtiveram novos helicópteros, lanchas de desembarque e veículos anfíbios de assalto. Além disso, organizaram grupos de ação de superfície, estruturados em torno das belonaves tipo *Iowa*, da 2ª guerra mundial. Os canhões de 16 polegadas desses navios, que voltaram a atuar ao largo de Beirute, podem lançar 803 toneladas de munição à distância de 20 milhas a cada 30 minutos.

No caso da força aérea, o aumento da capacidade de intervenção tem tido caráter mais tecnológico. Os sobrevôos dos AC-130 e dos aviões-espiões *Mohawk* em El Salvador e na Nicarágua empregam novos métodos de fotoanálise por computador. O processo de tirar a foto aérea, processá-la nos Estados Unidos e fazê-la chegar às mãos dos comandantes de campo em El Salvador foi reduzido a uma questão de horas. No Vietnã, o mesmo processo levava de dois a três dias. Consta que, durante a in-

vasão de Granada, a força aérea experimentou o uso de botões nos uniformes das tropas americanas capazes de ser "lidos" por raios infravermelhos, a fim de que os aviões de observação pudessem distingui-las das forças inimigas durante a noite.

Os aviões militares que partem de Honduras são coordenados por um sistema de navegação a raios laser, e os *contras* que operam em território nicaraguense recebem suprimentos noturnos despejados por aviões C-130 que utilizam o sistema de pára-quadras que abrem a baixa altitude, técnica avançada usada pela primeira vez no Vietnã e conhecida por somente alguns pilotos. A CIA, operando a partir de bases da força aérea em território norte-americano, contrata pilotos a 30 mil dólares por cada missão.



Tropas norte-americanas em Granada: experimentando novas técnicas militares que poderão ser utilizadas em outras regiões

Em todo o mundo, os planejadores do governo Reagan têm salientado a importância do "destacamento avançado" — a tática de manter forças próximas ao possível campo de batalha a fim de mapeá-lo e analisá-lo geograficamente e politicamente, além de poder avançar a qualquer momento. Esta foi uma das lições aprendidas com o *Centwar*, um jogo de guerra adotado em 1983 pelo Pentágono. Embora as tropas para uma invasão centro-americana pudessem ser transportadas de avião diretamente dos EUA e do Panamá, Honduras oferece uma base avançada conveniente para apoio logístico e de inteligência.

### Outro Vietnã ou outra Granada?

Os militares pós-Vietnã do governo Reagan estão prontos para lutar, mas decididos a escolher uma batalha da qual possam sair vitoriosos. A guerra certa seria na América Central? A viabilidade estratégica e política de uma operação decisiva na América Central ainda está sujeita a dúvidas. Que

lugar ocupa a América Central entre as possibilidades extremas? Será outro Vietnã ou outra Granada?

Estrategicamente, uma guerra centro-americana seria muito mais fácil que a do Vietnã; politicamente, muito mais difícil. O Vietnã ficava no quintal da China e da União Soviética, que ofereciam aos vietnamitas uma retaguarda logística e uma rota constante de suprimentos. Os Estados Unidos corriam sempre o perigo de um confronto com outra superpotência caso conduzissem a guerra rápido demais ou longe demais. A Nicarágua e as guerrilhas de El Salvador estão geograficamente isoladas, cercadas por todos os lados por aliados, navios e aviões dos EUA. Em termos estritamente militares, a capacidade norte-americana de vencer é

indiscutível. O general Wallace Nutting não poderia ter sido mais explícito: "Pelo menos no sentido geográfico, a bacia da América Central e do Caribe é o nosso Afeganistão, e, se for preciso agirmos nessa região, o resultado está fora de dúvida". Mas a que preço político?

No caso do Vietnã, Washington teve um período de carência de cinco anos antes que o sentimento contrário à guerra chegasse a ser um obstáculo. Hoje, mesmo em meio a um recrudescimento do conservadorismo e do patriotismo, a oposição acirrada contra outra intervenção dispendiosa continua surpreendentemente forte. Washington terá de calcular quanto custará atingir seus objetivos políticos na América Central e que quantidade de tropas pode colocar em campo antes que o Congresso e o público, provocados, o façam parar.

O problema pode ser encarado em termos de níveis. Ao nível atual de intervenção, como reconheceu a Comissão Kissinger, não há qualquer possibilidade de progresso.

O primeiro nível de escalada seria um dramático



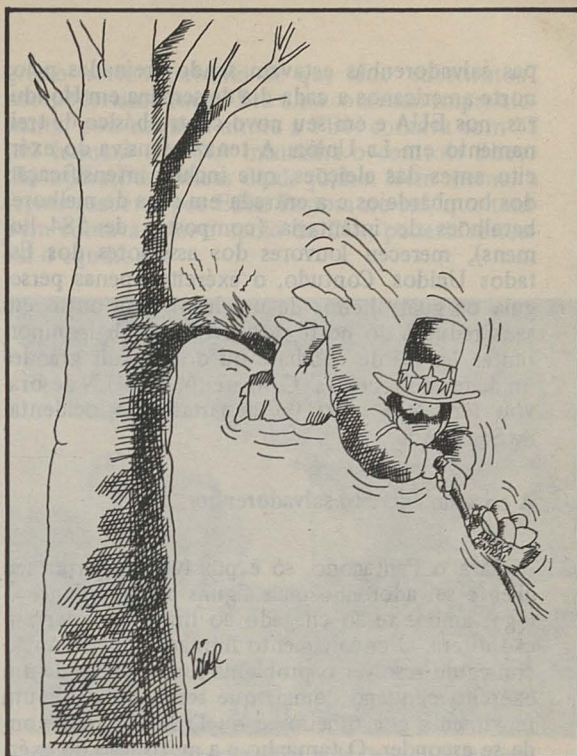
aumento do apoio oferecido a substitutos — os *contras*, os hondurenhos e o exército de El Salvador; o *segundo*, um envolvimento direto e substancial de pessoal da força aérea, marinha e da artilharia e infantaria do exército; o *terceiro*, combates travados numa escala suficiente para causar pesadas baixas norte-americanas; o *quarto*, compromissos de envio de tropas suficientemente grandes para exigir a volta do recrutamento militar; e o *quinto*, um prolongado envolvimento, bem mais longo que a lua-de-mel pós-invasão que o presidente talvez espere.

### Um preço muito alto

Uma análise dos fatores estratégicos envolvidos, bem como a opinião de autoridades norte-americanas na região, sugerem que a “recuperação” da América Central não custará pouco aos EUA. Uma invasão da Nicarágua atingiria pelo menos o terceiro nível, de pesadas baixas para os Estados Unidos, e provavelmente também o quarto e o quinto. El Salvador poderia também chegar ao terceiro nível, mas poderia haver uma situação em que através do uso maciço da força aérea, os norte-americanos poderiam neutralizar a FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) com um contingente limitado e apenas poucas baixas. Esta opção, porém, acarreta outro tipo de preço — o assassinato em massa da população salvadorenha numa escala jamais vista, espetáculo moral que muito provavelmente provocaria problemas internos e internacionais.

Em El Salvador, o governo Reagan já praticamente esgotou suas opções de intervenção indireta. Desde 1981, interrompeu a entrada de armamentos provenientes da Nicarágua, obteve substancial controle do esforço de guerra “por trás das cortinas” e instalou Duarte como presidente eleito. Apesar disso, os guerrilheiros fizeram progressos, enquanto o exército e a oligarquia tornaram-se cada vez mais divididos e dependentes. Há ainda certa margem para a escalada sem que seja preciso atingir o quarto limiar de envolvimento direto dos EUA nos combates. Mas até mesmo os assessores mais otimistas alegam que tais medidas apenas permitiriam ao exército retomar a iniciativa; a vitória, em si, só é mencionada como mera possibilidade a longo prazo.

O Plano Nacional (Conara) de junho de 1983 em San Vicente e Usulután marcou a primeira aplicação, em larga escala, de táticas ao estilo norte-americano. Setenta por cento do exército — a proporção mais alta até então — foram enviados para o campo de luta. Pequenas unidades de patrulha vigiavam sete dias por semana. Oficiais de operações psicológicas ajudavam a administrar programas de ação cívica destinados a isolar políticamen-



te os guerrilheiros. Enquanto os guerrilheiros recuaram e deram ao exército um pouco de folga, o programa teve aparência de sucesso. Mas a ofensiva da FMLN em setembro, que teve como ponta-de-lança as recém-formadas unidades com dimensões de batalhão e brigada e que levou a batalha ao coração econômico do sul, foi sob muitos aspectos a mais eficaz até hoje. A Comissão Kissinger advertiu, como o fizera Weinberger um ano antes, que “um colapso não é inconcebível”.

Em março de 1984, o comandante do Comando Sul, general Paul Gorman, decidiu que chegara a hora de transpor o limiar. Gorman propôs metralhar os redutos dos guerrilheiros com os canhões *Gatling* dos aviões de observação operados pela CIA — armas capazes de meter um petardo em cada mil centímetros quadrados de um campo de futebol a cada 60 segundos. Os riscos políticos de colocar, finalmente, norte-americanos por trás das alças de mira foram dramatizados quando o plano foi vetado nada menos que pela representante dos EUA na ONU, Jeanne Kirkpatrick, ela própria, uma defensora do intervencionismo.

Em lugar da intervenção direta, se deu todo impulso à consolidação da liderança norte-americana. Em cooperação com o coronel Blandon, o estado-maior foi expurgado e constituído por aliados dos EUA; oficiais mais jovens, de posto médio, simpatizantes das táticas norte-americanas, foram promovidos. Em março, disse Blandon, as tro-

pas salvadorenhas estavam sendo treinadas pelos norte-americanos a cada dia da semana em Honduras, nos EUA e em seu novo centro básico de treinamento em La Unión. A tenaz ofensiva do exército antes das eleições, que incluiu intensificação dos bombardeios e a entrada em cena de melhores batalhões de infantaria (compostos de 584 homens), mereceu louvores dos assessores dos Estados Unidos. Contudo, o exército apenas perseguia os guerrilheiros de um lugar para outro em seus redutos do norte, ao invés de infligir importantes baixas de combate ou de destruir grandes unidades de rebeldes. Com efeito, a FMLN desbravou território novo no departamento ocidental de Santa Ana.

### A crise no exército salvadorenho

Para o Pentágono, só é possível empurrar seu cliente salvadorenho mais alguns passos adiante — logo, ambos terão chegado ao limiar da intervenção direta. O envolvimento limitado dos EUA não conseguiu resolver o problema fundamental de um exército pequeno demais que tenta perseguir um movimento guerrilheiro ao qual não falta lugar onde se esconder. O tamanho e a motivação do exército salvadorenho são limitados pela natureza da estrutura social que ele luta para defender. Enquanto os guerrilheiros oferecem aos seus recrutas camponeses várias motivações poderosas, o exército regular está cheio de combatentes relutantes. “No meu distrito”, explica um coronel, “os homens deixam o lar e se tornam soldados para terem o que comer”.

Com taxas reduzidas de alistamento e elevadas taxas de deserção e baixas, reabastecer e re-treinar a força constitui tarefa tremenda; não é possível pensar em aumentá-la. Somente 10% dos oficiais graduados com treinamento em Fort Benning apresentaram-se para alistamento. As baixas têm aumentado a cada ano desde 1979. Mais de mil soldados renderam-se nos seis meses que antecederam maio de 1984. Um oficial superior calcula que o exército regular, atualmente com 35.000 homens, terá de ser aumentado em 50% nos próximos dois anos, simplesmente para manter sua atual posição estratégica. O talento da FMLN de capturar armas do governo — 20% das que foram enviadas por Washington em 1983, dizem eles — cria necessidade constante de expansão. Se cada nova arma permite aos guerrilheiros armarem outro combatente, então o exército precisa acrescentar de quatro a dez novos soldados às suas fileiras a fim de manter a proporção recomendada pelos teóricos da contra-insurreição.

Uma das grandes preocupações dos estrategistas norte-americanos tem sido evitar o envolvimento

direto no derramamento final de sangue em El Salvador e na Nicarágua. A partir de 1981-83, as especulações concentraram-se na possibilidade de uma força substituta fornecida pelo Condeca (Conselho de Defesa Centro-Americano), aliança organizada por Washington em 1964 para defender o sistema centro-americano contra “forças que tentam destruí-lo pela violência e contra a infiltração de idéias totalitárias”. Em outubro de 1981, reuniões mantidas pelo então presidente guatemalteco, Lucas García, e os chefes do estado-maior de Honduras e El Salvador resultaram num apelo, feito pelo irmão de Lucas, Benedicto — chefe do estado-maior do exército — em prol da unificação dos exércitos dos três países, “a fim de impedir que o comunismo domine a América Central”. Em setembro do ano seguinte, José Guillermo García, ministro da Defesa de El Salvador nessa altura, anunciou que o seu exército tinha planos de emergência para invadir a Nicarágua e que poderia fazê-lo em conjunto com Guatemala e Honduras. No dia 19 de outubro de 1983, o Condeca — extinto desde a guerra El Salvador-Honduras de 1969 — foi formalmente restaurado com uma declaração que denunciava “a ameaça sandinista”. O general Paul Gorman estava envolvido.

A parte tais atitudes, porém, o Condeca tem as mãos atadas pelos problemas militares que El Salvador e Guatemala enfrentam na frente interna. Segundo uma alta patente militar norte-americana em Honduras, “os países membros do Condeca não podem mesmo ceder pessoal militar nenhum. Esse negócio de Condeca não funciona quando se trata de reunir uma força para atacar a Nicarágua, a não ser que a coisa seja feita pelos EUA, juntamente com um sujeito de El Salvador e dois sujeitos da Guatemala”.

Por sua vez, a CIA vinha dando apoio, por trás dos bastidores, a grupos de empresários e da oposição na Nicarágua desde os dias da política de coexistência de Carter. Quando a operação dos *contras* finalmente começou em 1981, muitos dos altos funcionários da CIA esperavam que ela pudesse derrubar os sandinistas, deflagrando uma insurreição ou estabelecendo uma “zona libertada” capaz de ser reconhecida e reforçada por Washington.

Em abril de 1982, os planejadores norte-americanos puseram-se a aguardar sinais de uma revolta popular. Os *contras* tinham acabado de dar sinais de constituírem forte força militar, dinamitando as pontes de Rio Negro e Ocotal; a campanha dos Estados Unidos de sabotagem e boicote econômicos visando pressionar os credores multilaterais a negarem crédito à Nicarágua, começava a surtir efeitos. “Os sandinistas estão agora sofrendo maior pressão”, observava um relatório interno do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, “em de-

corrência de nossos esforços secretos e das más condições econômicas do país”.

Pouco depois, vários acampamentos de *contras* foram transferidos para território da Nicarágua. A esperança de conquistar o apoio popular baseava-se no pressuposto de que havia uma divisão fundamental entre o estado sandinista e o povo. Assim, a CIA definiu, como fazendo parte desse estado, toda uma série de organizações alinhadas com o projeto sandinista — cooperativas, sindicatos, comunidades cristãs, escolas rurais, grupos locais de defesa civil — e escolheu-os como alvo de seus ataques. O método de sequestrar e assassinar ativistas locais começou com um ataque a San Francisco del Norte no dia 24 de julho: oito milicianos foram sequestrados e outros oito foram torturados e mortos, quatro dos quais decapitados. Em novembro, a FDN, com base em Honduras, lançou uma campanha de sabotagem destinada principalmente a provocar o colapso da produção agrícola. O objetivo explícito era, agora, derrubar o governo.

#### Um erro de avaliação

Mas a campanha de terror anti-sandinista não conquistou grandes simpatias locais, nem mesmo nas terras do norte onde tinham nascido muitos dos antigos membros da Guarda Nacional. O único grupo que possuía alguns partidários genuinamente anti-governamentais — a Misura, organização *contra* formada por indígenas misquitos, sumos e ramas, nativos da Nicarágua — acusou a liderança da FDN de tratá-los como carne de canhão. A incapacidade dos *contras* de estabelecer uma base local criou a necessidade de novas remessas de armas, dinheiro e apoio logístico da CIA. No fim do ano, a força engrossara para cinco ou seis mil membros e lançava ataques de tal importância que os sandinistas foram forçados a declarar estado de emergência militar em cinco departamentos do norte.

Mas a esperança de granjear apoio popular e conquistar a vitória final logo se desvaneceu. “Nosso esforço de travar uma guerra no campo fracassou”, confessou mais tarde um importante líder da FDN, “por não ter produzido a revolta popular que esperávamos”. O funcionário norte-americano que colabora com os *contras* concorda: “O povo não é louco, não vai aliar-se à contra-revolução, insurgir-se contra o regime e tomar o partido dos *contras*. (...) Agora o povo odeia os *contras* porque estes matam os jovens milicianos. E o ódio é uma formidável arma política”.

O repúdio dos *contras* teve duas profundas implicações. Em primeiro lugar, fechou qualquer possibilidade de os EUA alcançarem uma vitória militar contra a FSLN por meios indiretos. Em setembro de 1983, um estudo da CIA informou o Con-

gresso norte-americano de que seus “substitutos” não poderiam vencer. Era uma confissão impressionante, pois naquela altura a FDN contava com 15 mil homens e a CIA mantinha o controle direto das operações táticas desde junho. Nem mesmo a frente reaberta por Edén Pastora no sul, que também contava com o apoio da CIA, poderia restaurar o equilíbrio.



Sabotagem dos *contras* na refinaria de Corinto, Nicarágua

Em segundo lugar, pressagiava a má recepção que teriam quaisquer forças invasoras norte-americanas. “Eu diria que, gostando deles ou não, 80% da população ficariam ao lado dos sandinistas”, disse um alto diplomata dos Estados Unidos em Manágua em outubro de 1983. E, a despeito dos seus laços com a CIA, Edén Pastora previu que uma invasão norte-americana provocaria “uma guerra nacional, uma guerra patriótica”.

Em maio deste ano, o comandante Jaime Wheelock, do Diretório Nacional da FSLN, afirmou: “Suponhamos que amanhã Ronald Reagan (...) intervenha militarmente na Nicarágua. O que acontecerá? Dezenas de milhares, talvez centenas de milhares de *marines* morrerão em nossa terra”. Referindo-se a 700 mil nicaraguenses atuando em organizações de massa e a 200 mil em armas, ele indagou: “Como poderia haver um governo (aqui) com 200 mil guerrilheiros espalhados por todo o país, quando praticamente não existe um governo em El Salvador, com um número menor de guerrilheiros e muito menos armas?”.

O governo de Washington ainda tem meios de apertar Manágua economicamente. Um embargo comercial total, ao estilo do que foi aplicado contra Cuba, por exemplo, eliminaria 64% das matérias-primas de importação usadas na produção e em peças de 31% das máquinas e equipamentos do país. Certo economista acredita que a escalada das hostilidades norte-americanas vem sendo pro-

positalmente difusa e gradual a fim de dissipar a contra-reação nacionalista e privá-la de um alvo claro — uma “Baía dos Porcos em câmara lenta”. Mas as consequências políticas que se esperavam em decorrência das pressões dos EUA sobre a FSLN não se materializaram. Não conseguiram amedrontar os sandinistas ao ponto de abandonarem a revolução em seu país, nem os radicalizaram ao ponto de alienar sua base popular, nem provocaram uma ação agressiva contra Honduras ou Costa Rica.

O problema para Washington tem sido assim invocar bons pretextos para uma ação mais direta contra a Nicarágua. Por um lado, os sandinistas não cometeram a tolice de cair na armadilha; por outro, nenhuma hipotética “agressão nicaraguense” chega a ser muito convincente. Reagan tem falado da ameaça da Nicarágua em termos téticos, mas até mesmo o general Nutting preferiu ser mais comedido: “Acho que a eles interessa, primeiro, consolidar o controle interno e, segundo, defender a revolução; só em último lugar viria a idéia de usar suas forças armadas de forma agressiva”. E quando a “ameaça” é examinada em termos específicos, tende a diminuir ainda mais.

Também na Costa Rica, a Casa Branca não tem conseguido que tudo lhe saia a contento. A resistência interna tem feito fracassar os esforços norte-americanos de promover o país como base para os ataques da Aliança Revolucionária Democrática (Arde), liderada por Edén Pastora, contra a Nicarágua.

Alguns anos atrás, o então presidente Rodrigo Carazo recusou a oferta de 10 milhões de dólares para “combater o terrorismo”, declarando que a Costa Rica era “pacifista em suas palavras e ações”. Seu sucessor, Luis Alberto Monge, mostrou-se mais flexível. Aceitou equipamento militar dos Estados Unidos e treinamento anti-terrorista para a polícia de Costa Rica, e apoiou duas iniciativas diplomáticas que visavam isolar a Nicarágua — a Comunidade Democrática da América Central (janeiro de 1982) e o Foro da Paz e da Democracia (outubro de 1982).

Soldados norte-americanos em treinamento para a luta antiguerrilha



A viabilidade política de uma invasão dos Estados Unidos na Nicarágua depende diretamente de como essa invasão se desenrolaria em termos militares. Alguns, como o contra-almirante Eugene Carroll Jr., aventam que os EUA poderiam dominar a situação em 10 dias. Nesse caso, o objetivo seria alcançado antes que o Congresso e a opinião pública tivessem oportunidade de reagir. A essa altura, seria difícil condenar quem tinha sido bem-sucedido. Até mesmo uma operação realizada no decorrer de um mês ou dois poderia chegar a bom termo antes de evaporar-se a aura patriótica de um presidente-em-tempo-de-guerra. Esse tipo de otimismo tinha sido rejeitado pelo Pentágono por ocasião da elaboração de planos de emergência para Haig em 1981, mas ressuscitou após a invasão de Granada. Atualmente, os planejadores militares parecem ter recobrado seu realismo: o que hoje prevalece é a noção de uma guerra prolongada.

Para tal invasão, a maioria das projeções prevê uma força inicial de duas ou três divisões — cerca de 60 mil homens e pessoal de apoio. Provavelmente sua ponta-de-lança seria uma unidade anfíbia do Corpo de Fuzileiros, como a 28ª ou a 22ª, ambas de Camp Lejune, no estado de Carolina do Norte. Foi a 28ª que desembarcou mil homens próximo a Puerto Castilla, em Honduras, em novembro de 1983, como parte da manobra *Big Pine II*; a 22ª serviu em Granada e, depois, no Líbano. A força principal seria provavelmente liderada pela principal unidade de assalto do exército, o 18º Corpo Aeroterrestre de Fort Bragg, na Carolina do Norte. Coordenadas por esse corpo, existem duas divisões: a 82ª Aeroterrestre, de Fort Bragg, e a 101ª Aeroterrestre, de Fort Campbell, estado de Kentucky. Em Granada, a 82ª despejou 1.200 membros pára-quedistas de uma força de assalto no aeroporto de Pointe Salines. A 28 de março de 1984 — desta vez, somente para praticar —, lançou 350 homens sobre o aeroporto de San Lorenzo, em Honduras. A operação *Big Pine II* trouxe também para a 101ª “valiosa experiência em operações aéreas com mobilização de helicópteros, operações com pára-quedas e apoio a forças em combate”.

Outra participante provável é a 193ª Brigada de Infantaria, sediada em Fort Clayton, no Panamá, embora seu envolvimento pudesse ser complicado por objeções políticas do governo panamenho. A 193ª inclui algumas das forças do exército com o melhor treinamento para combate na selva. Seu comandante é o general Frederick Woerner Jr., que ajudou a chefiar a campanha de contra-insurreição de 1966-67 no leste da Guatemala. Esse general, um dos principais especialistas na luta contra-insurgente em todo o exército norte-americano, tem sido um dos arquitetos da estratégia de Washington em El Salvador.



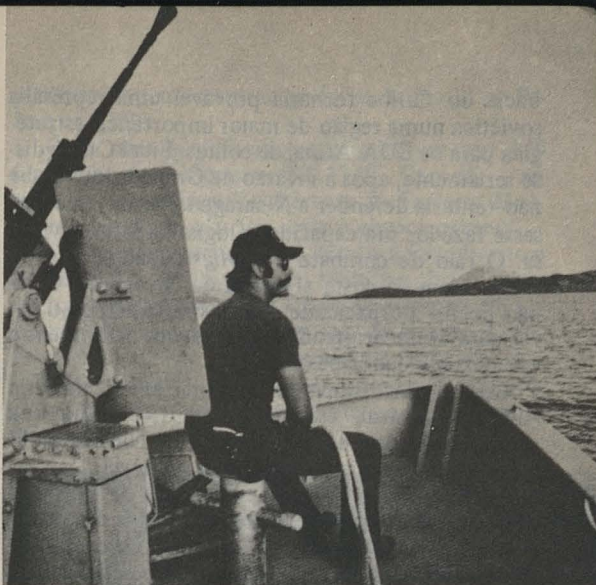
## Um plano para 20 dias

“Na Nicarágua, toda energia é importada”, observa o funcionário da inteligência norte-americana que estuda os sandinistas. “A capacidade de armazenamento e refinação do país é muito limitada, e os nicaraguenses são muito vulneráveis a atos de sabotagem ou ataques aéreos”. Outro funcionário dos Estados Unidos em Honduras concorda: “Se quiséssemos fazer alguma coisa rápida e fácil”, diz ele, “seriam ataques aéreos como aqueles que lançamos contra o Vietnã do Norte no início da guerra: basta atacar portos, instalações de radar, aeroportos, depósitos de petróleo e de munição. Eles ficariam em farrapos”.

Nenhuma das projeções de invasão prevê uma força invasora de um milhão de homens. De fato, o exército norte-americano só conta com 800 mil homens; todas as forças armadas reunidas possuem 2,18 milhões. A maioria dos planos prevê ataques aéreos contra Manágua, contra os portos marítimos de Corinto e Puerto Sandino e outra meia dúzia de pontos importantes. As tropas estabeleceriam cabeças-de-praia em Bluefields/El Bluff e Puerto Cabezas, na costa do Atlântico. Unidades de assalto aerotransportadas desceriam de pára-quedas para guarnecer os principais aeroportos e garantir o recebimento de tropas, suprimentos e artilharia leve. Em seguida, alguns calculam que levariam 12 dias para conquistar as quatro cidades principais, após o quê, as forças de ocupação rumariam para o interior para uma longa ofensiva contra os guerrilheiros. A *Big Pine II* serviu para dar uma idéia de como seria essa sequência. Em sua manobra final, pára-quedistas dos Estados Unidos com apoio de helicópteros, perseguiram soldados que faziam o papel de guerrilheiros, atravessando o vale de San Esteban em Olancho, a apenas 100 quilômetros da fronteira da Nicarágua, onde se uniram a uma força com dimensões de brigada “para isolá-los e destruí-los”.

É quanto ao preço de tudo isso? A projeção do analista militar Theodore Moran supõe que as forças norte-americanas conquistariam, primeiro, as cidades e, depois, durante 20 dias, se instalariam no interior. Após os primeiros 122 dias de luta intensa, cerca de uma divisão seria evacuada, deixando uma divisão e meia, além de forças do Condeca, para cuidar dos sabotadores e insurgentes nos próximos cinco anos e meio.

Muitos analistas, bem como autoridades norte-americanas na região, acham que as previsões de Moran são demasiadamente otimistas. Ainda assim, a projeção por ele concebida prevê a morte de 4.783 norte-americanos, cerca de 9.300 a 18.600 feridos, com a destruição de 18 aviões e de 208 helicópteros, a um custo total de 10,6 bilhões de dólares.



Assessores dos EUA no golfo de Fonseca (Nicarágua): vigiar a costa

O coronel Edward King, ex-planejador do Pentágono e elemento de ligação entre a Diretoria da Defesa Interamericana e os chefes conjuntos do estado-maior, calcula que o preço será bem mais alto. As tropas sandinistas, ao contrário de seus adversários norte-americanos, têm experiência recente de combate. Além disso, contariam com uma população rebelada e depósitos ocultos de armas e suprimentos. O coronel King prevê um combate “de vila a vila, de colina a colina” que exigiria de 100 a 125 mil homens em solo nicaraguense nos primeiros três a seis meses, e de 120 a 150 mil soldados após o primeiro ano. A esse nível, seria preciso trazer tropas em serviço em outras partes do mundo, “reduzindo em muito nossa capacidade de atender a nossos compromissos na Otan e no golfo Árabe”.

E, o que é pior, talvez fosse preciso reinstaurar o recrutamento militar nos EUA. King acredita que, se houver um número bastante grande de baixas, isso poderia ocorrer depois de somente três ou quatro meses, tempo em que o exército recorreria a forças de emergência da Otan para dar cobertura à sua ação na Nicarágua. Além disso, uma guerra prolongada poderia afetar o suprimento de munições e peças de reposição dos EUA, que já estão baixos atualmente.

Caso Washington travasse uma guerra nos principais centros estratégicos da Europa ou do Oriente Médio, pouco hesitaria em desviar recursos da América Latina e do Caribe. O inverso, porém, está longe de ser verdadeiro. Nenhum governo norte-americano deixar-se-ia facilmente expor nas linhas de frente militares para atender a uma guerra na América Central, de motivos fundamentalmente políticos. A própria fraqueza do bloco soviético na

bacia do Caribe tornaria provável uma represália soviética numa região de maior importância estratégica para os EUA. Afinal de contas, Fidel Castro disse seriamente, após a invasão de Granada, que Cuba não tentaria defender a Nicarágua. Mesmo que quisesse fazê-lo, sua capacidade logística seria duvidosa. O raio de combate dos *Migs* cubanos não iria muito além da costa atlântica da Nicarágua. Cuba não possui a capacidade de transporte aéreo ou naval para deslocar grandes quantidades de homens e veículos blindados pesados.

Para alguns funcionários norte-americanos na América Central, esse custo político elimina a possibilidade de qualquer invasão da Nicarágua; El Salvador talvez seja um alvo mais provável.

Naturalmente, qualquer cálculo de custo é sempre relativo aos benefícios e aos custos de outros cursos alternativos. Se, por exemplo, a economia norte-americana entrasse em profunda recessão, ou se os acontecimentos em outra parte do mundo trouxessem uma nova humilhação geopolítica para os EUA, nenhuma cautela e hesitação pós-Vietnã seria suficiente para conter uma operação na América Central. O novo governo Reagan poderá preferir pagar o preço de realizar sua lista de sonhos na região mais próxima às fronteiras norte-americanas. Por outro lado, se os eventos internos e no exterior correrem bem, a administração Reagan poderá contentar-se em manter o status-quo na América Central, podendo sempre alegar ter contido a maré da revolução.

Independentemente do partido que esteja no poder, o papel dos militares norte-americanos na América Central dependerá de opções políticas. Acima de tudo, dependerá do ponto a que a opinião pública do país venha a ser mobilizada.

Uma vez que os eventos dos últimos cinco anos fecharam, uma a uma, as possibilidades de derrotar as revoluções centro-americanas com pouco custo político e de forma simples, a natureza dos objetivos norte-americanos na região terá de ser rediscutida explicitamente. Também deverá ser discutido o preço que o país está disposto a pagar para atingi-los. Hoje, se os EUA quiserem restaurar sua hegemonia na América Central, terão de pagar por isso — com cadáveres de jovens em sacos de borraça e artilheiros que lembrem como apertaram o gatilho que matou camponeses desarmados.

O desafio histórico que originalmente nasceu nas montanhas de El Salvador e da Nicarágua se instalou agora nas salas de visitas dos Estados Unidos. Enquanto os norte-americanos pensam na resposta que vão dar, o aparelho da intervenção está pronto para agir. Trata-se de uma máquina de imenso poder destrutivo, mas não começará a andar por si só. Está na pista, os motores acelerados, os planos de combate traçados para Morazán e Manágua — aguardando ordens. (Alan Nairn)

## Um novo lamaçal

A manutenção do controle imperialista a um alto preço diplomático, a perda de terreno frente às forças revolucionárias e diante de novas variantes social-democratas vinculadas a interesses europeus como alternativa de domínio na área, e um crescente envolvimento militar que ameaça conduzir a um novo lamaçal semelhante ao da Indochina, são os principais resultados para a América Latina do primeiro governo Reagan.

A dívida externa de 400 bilhões de dólares (cerca de mil dólares per capita) obriga a região a pagar anualmente, a título de juros (ou seja, sem desenvolver um só dólar), uma cifra equivalente a mais de um terço de suas exportações totais. As fórmulas recessivas do Fundo Monetário Internacional, por seu lado, não permitem nenhuma reativação econômica interna dos países devedores (principalmente o Brasil, com 110 bilhões, México com cerca de 90 bilhões e Argentina com 45 bilhões) e comprometem inclusive suas possibilidades futuras de continuar pagando os juros.

A queda da produção por habitante em 1981 e a queda absoluta da produção em 1982 e 1983, às quais se soma uma estagnação total no ano que termina, representaram, segundo palavras do economista Enrique Iglesias, secretário executivo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), "a crise econômica mais profunda em todo o período de pós-guerra e, provavelmente, a mais grave desde os funestos anos da Grande Depressão iniciada em 1929". O mesmo funcionário estimou que a deterioração dos termos de troca (queda dos preços das matérias-primas de exportação com relação aos produtos manufaturados de importação) alcançou níveis recordes, caindo abaixo dos registrados em 1931.

Esse fenômeno de recessão generalizada na área latino-americana fez parte essencial da política da Casa Branca para a área, expressão de sua política mundial de conjunto. É a instrumentação da crise para seus próprios fins. Assim, a elevação constante das taxas de juros durante 1984, com uma leve curva de declínio (de 13% a 12% nos meses de setembro e outubro últimos) é explicada pelo enorme déficit orçamentário interno dos Estados Unidos, por sua política interna rigidamente antiinflacionária e pelas gigantescas parcelas destinadas à indústria armamentista e à reestruturação global do aparelho produtivo, tendo como setores de ponta a eletrônica, a informática e o ramo aeroespacial. Não só o Terceiro Mundo mas também a Europa Ocidental e o Japão estão pagando por essa política.

## Dívida e instabilidade social

Os problemas desencadeados por essa perseguição econômica tiveram para Washington um elevado custo político e social. Em todos os países da área ficou evidente a vinculação entre as disposições adotadas pelos Estados Unidos, as imposições do FMI e a recessão, desemprego e miséria que castigam ainda com maior dureza que a habitual os setores mais pobres. No Brasil, as revoltas populares causadas pela fome se generalizaram durante 1983 e inícios de 1984; em abril passado, a República Dominicana foi cenário de grandes manifestações de protesto com dezenas de mortos devido à aplicação das medidas recessivas impostas pelo Fundo. A instabilidade social englobou países como a Costa Rica, Colômbia, Peru e a Bolívia, que no fim decidiu não continuar com os pagamentos. Este foi o perigo mais grave de ruptura da frente de domínio imperialista, sobretudo quando a Argentina (que, afinal, assinou um acordo com o Fundo) ameaçou declarar também uma moratória unilateral.

O governo de Buenos Aires foi, justamente, um dos principais promotores da reunião de países latino-americanos devedores realizada em Cartagena (Colômbia) em meados de junho, à qual se seguiu uma outra em setembro realizada na cidade argentina de Mar del Plata (ver *cadernos do terceiro mundo* n<sup>os</sup> 68 e 71). Ambos os encontros não passaram do plano retórico. Com a ajuda de governos denominados “moderados” (Brasil, México, Peru, Chile e Uruguai), a administração Reagan evitou, até o momento, os principais perigos para sua política de exação econômica: não foi formado um “cartel de devedores”, não se decidiu a negociação conjunta nem foi insinuada uma declaração de moratória (salvo no caso isolado da Bolívia, em março passado, que não teve seguidores e, por sua dimensão — quatro bilhões de dívida —, não se considera decisivo).

Porém, nem a incerta recuperação norte-americana, nem o decréscimo homeopático das taxas de juros poderão evitar futuros pontos de estrangulamento motivados pela impossibilidade concreta de pagar a dívida em que se acha a América Latina.

## O avanço social-democrata

Em meio a esse panorama se desenvolveram diversos movimentos revolucionários, particularmente na América Central e, com menor força, Bolívia, Chile e Peru. As tendências social-democratas ligadas à Internacional Socialista, também avançaram. Vários governos latino-americanos pertencem a essas correntes, seja organicamente integrados na IS (Costa Rica, República Dominicana, Venezuela) ou se considerando afins (Argentina, Bolívia). Pers-

pectivas de seu acesso ao poder se delineam no Peru e no Chile.

Com uma plataforma atualizada em seu 14<sup>o</sup> Congresso de Vancouver (05.11.78, Canadá) — no qual se concretizou “a abertura ao Terceiro Mundo rompendo-se, por fim, com o eurocentrismo” — a IS expressou seu apoio à revolução sandinista e ao processo revolucionário salvadorenho. Os governos social-democratas latino-americanos em geral não entraram em choque com os interesses norte-americanos no plano econômico, mas são visíveis as contradições no plano político-ideológico, principalmente no que se refere ao tema centro-americano.



Saques no Brasil: desespero diante da crise

Nessa região, a obsolescência de um modelo econômico superado levou ao crescimento de um processo revolucionário que deu espaço ao poder popular na Nicarágua sandinista, à consolidação da insurreição salvadorenha e à manutenção e desenvolvimento das guerrilhas guatemaltecas. Os programas desses movimentos armados e seus métodos de luta questionam a própria essência da dominação norte-americana na área e tiveram como resposta a preparação de uma agressão militar direta, global e maciça, que pode desencadear-se nos meses posteriores à reeleição de Reagan.

Assim que assumiu o governo, em janeiro de 1981, a administração republicana pôs em marcha um plano de isolamento e provocações contra a Nicarágua. Desde o bloqueio econômico, passando pela campanha de desprestígio internacional, a or-

ganização de um exército invasor na faixa fronteira hondurenha e o apoio às forças contra-revolucionárias de Edén Pastora na fronteira com a Costa Rica, o bombardeio e as minas nos portos e a desestabilização interna, todos os recursos foram preparados para um ataque militar que para muitos parece iminente.

#### Apertando o cerco

Os esforços negociadores do Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) serviram, desde janeiro de 1983, como freio contra uma precipitação dos acontecimentos, mas não conseguiram deter o curso da escalada belicista norte-americana.

A conversão de Honduras em um complexo de bases militares norte-americanas tem o objetivo de dotar de uma plataforma segura a anunciada invasão, que também poderia fixar como alvo inicial o território salvadoreño.

Através da sua tática dos dois caminhos (manter uma pseudo-negociação como fachada da escalada), a administração Reagan foi apertando perma-

nentemente o cerco em torno do istmo centro-americano. A própria imprensa norte-americana calculou cifras de 80 mil a 100 mil homens para efetuar a operação e o recém-eleito presidente da Nicarágua, Daniel Ortega Saavedra, denunciou um plano de invasão que inclui o desembarque de 200 mil efetivos militares norte-americanos.

Condicionado pelas necessidades da campanha pré-eleitoral, Reagan suavizou relativamente suas posições nos últimos meses. A abertura do diálogo em El Salvador (reunião de La Palma, de 15.10.84, entre Duarte e os rebeldes), os contatos com representantes sandinistas na cidade mexicana de Manzanillo e o apoio declarado às gestões de Contadora fazem parte dessa manobra. Reagan garantiu, em várias oportunidades durante a sua campanha, que não se propõe a enviar tropas norte-americanas à América Central.

Vários observadores consideram que essa tática poderia não ser meramente conjuntural e proselitista, levando em conta que a administração enfrenta a resistência de poderosas forças sócio-políticas favoráveis a certa distensão internacional. (Eduardo Lucio Molina y Vedia)

### A nova direita norte-americana

A liderança de Ronald Reagan na opinião pública norte-americana encarna o aparecimento de uma nova ideologia. Diferente do conservadorismo clássico, em seu radicalismo e em seu recrutamento, esse movimento recebeu o nome de "Nova Direita".

O que foi uma ideologia embrionária depois do trauma indochinês, o escândalo do caso Watergate, a derrota no Irã e a queda de Somoza na Nicarágua, se transformou em ideologia majoritária calcada na subida de Reagan ao poder, e suficientemente consolidada para assegurar-lhe um segundo mandato nas recentes eleições de 6 de novembro. As idéias de revanche e de utopia se apoderaram das mentes e das sensibilidades de boa parte dos cidadãos norte-americanos e dão contextura a um poder que se move à beira do holocausto nuclear.

No plano econômico, esse fenômeno pode ser explicado pela circunstância de que, através do sistema financeiro internacional, os Estados Unidos descarregam os incômodos aspectos negativos da crise sobre o resto da comunidade internacional, conservando aceitáveis níveis internos e sua tradicional liderança política. No plano ideológico, o fenômeno assume as características de

uma revanche da moral familiar contra a "debilidade" dos anos 60 e, sobretudo, a reação do patriotismo humilhado pela derrota no Vietnã, a revolução iraniana e a vitória sandinista.

Paralelamente, se quer revitalizar, ainda que pareça paradoxal, a utopia do capitalismo, que a nova direita sustenta pretender "restabelecer" nos Estados Unidos. Um *New Deal* ao contrário, este programa consiste em sanear a economia limitando os poderes do Estado em favor do livre jogo das leis do mercado e da livre empresa, como nos melhores tempos do nascente capitalismo anterior à fase imperialista. Seriam os "excessos" do Estado-providência e não a crise do sistema em seu conjunto, a causa de todos os males, apesar de todas as evidências em contrário.

Os processos de libertação são vinculados ao "avanço soviético", ignorando por completo sua dinâmica interna, e a "contenção" obriga a intervir em Granada, no Líbano e na América Central sob risco de novos estrangulamentos. O eixo Norte-Sul é substituído pelo Leste-Oeste. Ignoram-se todos os agentes da história que não sejam aquilo que chama de "expansionismo soviético". Resta, assim, um mundo privado de sua diversidade e totalmente reduzível ao enfrentamento entre duas superpotências. Essa cegueira pretende expropriar magicamente os povos de sua própria história para torná-los agentes semiconscientes de um macroconflito que os supera. (E. L. Molina y Vedia)



Matéria de capa

EUA/África

## O neocolonialismo

As questões africanas mereceram menos de 500 palavras no extenso documento que serviu como plataforma política do Partido Republicano nas eleições de novembro nos Estados Unidos. A rigor, as propostas do candidato Ronald Reagan para a África consumiram menos da vigésima parte do espaço ocupado pelas promessas do candidato republicano aos seus eleitores.

A proporção mostra o lugar secundário que as questões africanas ocupam no ranking das prioridades do GOP (*Great Old Party*, nome popular do Partido Republicano).

O que está escrito indica apenas as bases muito gerais do que a equipe de Reagan tem em mente no que se refere à África. No fundo, os estrategistas republicanos trabalham segundo duas linhas básicas na África: eliminar possíveis influências soviéticas em áreas críticas como Angola, Etiópia e Líbia; e garantir que eventuais mudanças políticas e sociais na África do Sul não venham a prejudicar os interesses norte-americanos na região. O resto do continente africano é considera-

---

*A estratégia republicana é usar os efeitos da recessão mundial para facilitar a penetração dos interesses econômicos e tentar depois o controle político*

---

do como zona de interesse terciário nas preocupações dos estrategistas republicanos.

Tudo isso, dentro de uma dicotomia já clássica entre os cérebros conservadores que assessoram Reagan, e que dividem o mundo entre os bons (os norte-americanos) e os maus (todos aqueles que simpatizam com o socialismo). Salvo no caso da África do Sul, são mínimos os interesses econômicos norte-americanos

em jogo, em comparação com outros continentes como América Latina, Ásia e Europa. Mas apesar de quantitativamente reduzidos, esses investimentos são qualitativamente importantes porque têm peso suficiente para afetar o equilíbrio de economias frágeis, que ainda não conseguiram acabar com as sequelas do colonialismo clássico.

Em Angola e na Etiópia, Reagan e os republicanos continuam acreditando que a pressão militar ainda é o melhor recurso para tentar destruir alianças estabelecidas por esses países com nações do bloco socialista. Nesses dois casos, o GOP pretende basicamente alcançar uma retirada dos assessores militares de Cuba e URSS para apresentar interna-

mente o fato como uma vitória sobre Moscou e assim fortalecer o sentimento anticomunista da assustada classe média norte-americana. Pouco importa se o esforço para afastar a suposta "ameaça comunista" está provocando uma sucessão de tragédias sociais e econômicas em Angola ou Etiópia.

Mas Reagan tampouco quer comprometer diretamente as forças militares do Pentágono nas pressões militares contra os governos de Luanda e Addis Ababa. Para isso, usa movimentos dissidentes, regionalistas e separatistas, abastecidos financeira e logisticamente pela CIA. Assim, na visão de Reagan, a opinião pública norte-americana não será sobressaltada pela notícia de mortes de *marines*, a exemplo do que ocorreu no Vietnã, no Líbano e na América Central. Qualquer outro problema que surgir na África será tratado sempre usando prepostos ou aliados, como foi o caso da

França, no Chade, ou da Inglaterra, na eventualidade de uma crise em alguma ex-colônia britânica.

Dos três casos em que os EUA estão diretamente contestando alianças estabelecidas com o bloco socialista, a situação de Angola é a que mais atenção continuará merecendo da equipe de Reagan porque ela faz parte de um complexo no qual estão envolvidas também a Namíbia e a África do Sul, duas áreas onde os interesses econômicos norte-americanos são muito importantes. Os recursos minerais desses dois países são considerados reservas estratégicas para o complexo militar industrial dos Estados Unidos.

O secretário de estado assistente para assuntos africanos do Departamento de Estado norte-americano, Chester Crocker, foi o idealizador da teoria do *linkage*, uma espécie de barganha nos seguin-

## Um quebra-cabeças para o segundo período republicano

A política externa de Reagan na Ásia e no Oriente Médio não escapou à regra geral: nesse caso, também os parâmetros utilizados para a interpretação da realidade foram extraídos do anseio de neutralizar e "conter" a influência soviética, entendida esta nos termos simplórios da análise reaganiana e não na sua dimensão real.

No caso da Ásia, foram fortalecidos os laços de cooperação com os governos mais fiéis à Casa Branca, hostilizando e bloqueando qualquer tentativa de diálogo com os considerados "duros" ou simpáticos aos soviéticos. Assim, o regime ditatorial de Ferdinando Marcos nas Filipinas, aliado militar privilegiado dos EUA no sudeste asiático, contou com o apoio de Washington, mesmo quando a deterioração da situação política interna chegou a atingir proporções muito significativas com a divulgação das conclusões da comissão que investigou o assassinato do líder opositor Benigno Aquino. O envolvimento do general Ver, braço direito de Marcos nas forças armadas, no complô para matar Aquino afetou os alicerces do regime que, no entanto, se beneficiou do silêncio cúmplice da administração republicana.

A Indonésia foi outro país que gozou de uma relação privilegiada com a administração Reagan. O regime de Suharto é uma base política fundamental para a estratégia dos Estados Unidos para a região. E essa sólida aliança com Washington permite aos militares indonésios chefiar um dos

regimes mais repressivos da Ásia e continuar a ocupar ilegalmente o Timor-Leste, conseguindo abafar as denúncias dos massacres da população civil maubere e tentando neutralizar o trabalho diplomático — mesmo que intenso e efetivo — desenvolvido pela frente de libertação do povo timor, a Fretilin.

Na Ásia central, o Paquistão ganhou importância vital para a estratégia norte-americana após a constatação pela Casa Branca da irreversibilidade — ao menos a médio prazo — da perda do Irã para a sua esfera de influência. Mais ainda: o Paquistão passou a se consolidar como *gendarme* da geopolítica norte-americana, com uma dupla função decorrente da sua privilegiada situação geográfica: santuário das guerrilhas afegãs contrárias ao regime de Barbak Karmal e ponto de apoio da estratégia antiindiana. A Casa Branca sempre viu com temor as posições não-alinhadas do governo chefiado pela ex-primeira-ministra Indira Gandhi, de grande atrativo para os países vizinhos, e a abertura do governo de Nova Délhi em relação à União Soviética, com a qual assinara um tratado de amizade e cooperação. Quando do assassinato de Indira, porta-vozes soviéticos aludiram a um suposto complô no qual a CIA estaria envolvida, e que teria se utilizado dos grupos *sikhs* mais radicais para tirar do cenário uma figura de projeção internacional que enfrentara a influência norte-americana. Isso, apesar dos esforços de Indira — que ficaram claros na sua viagem a Washington, recentemente — por se manter equidistante de ambas as superpotências.

Nesse empenho anti-soviético, não poderia deixar de interessar aos norte-americanos a consolidação da abertura em relação à China Popular. No seu primeiro governo, Reagan chefiou

tes termos: Angola abre mão dos assessores militares cubanos e, em compensação, a África do Sul põe fim à ocupação ilegal da Namíbia. O *linkage* já foi rejeitado pelo governo angolano, pela maioria dos países africanos e até a França não acredita mais na proposta de Crocker. Mas o Departamento de Estado insiste, ao mesmo tempo em que a administração norte-americana tenta, através do chamado Grupo de Contato (França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Canadá), funcionar como intermediário nas negociações sobre o futuro da Namíbia. O Grupo de Contato ficou desmoralizado depois que a França se afastou da mediação, alegando que enquanto os EUA mantivessem viva a "teoria do *linkage*", o impasse não poderia ser rompido.

Desde maio passado, o problema da Namíbia ficou congelado pela intransigência sul-africana.

uma importante comitiva que se deslocou a Beijing e assinou alguns acordos significativos com a liderança pragmática chinesa. E, não só por interesses geopolíticos, essa reaproximação é simpática à administração republicana, uma vez que a China passa a ter também atrativos econômicos com a sua atual flexibilidade em relação ao capital transnacional.

Mas, na verdade, após a guerra do Vietnã, o sudeste asiático e mesmo a Ásia como um todo não fizeram parte das regiões consideradas prioritárias pela geopolítica norte-americana. Reagan manteve a presença dos Estados Unidos na área mas não investiu em novas empreitadas de peso.

O eixo, nesses quatro anos, se deslocou para o Oriente Médio. E foi lá que a política externa de Ronald Reagan sofreu alguns dos seus revezes mais sérios.

Os atentados contra a embaixada norte-americana em Beirute (abril de 1983, 63 mortos, e em setembro de 1984, mais de uma dezena de mortos), além de outras operações antinorte-americanas menos espetaculares, criaram incerteza na opinião pública, que tornou a sentir na própria pele o pesadelo do Vietnã. Mas não conseguiram desmoralizar a estratégia triunfalista de Reagan. O presidente utilizou-as — dando-lhes uma guinada de 180 graus — para justificar não uma retirada do Líbano mas a sua escalada belicista.

Mas o fato de não ter esmaecido o seu desempenho como candidato não significa que o Líbano para Reagan seja um problema já resolvido. E mais, alguns especialistas pensam que o Oriente Médio será um dos seus mais sérios quebra-cabeças neste seu segundo mandato.

O governo libanês conseguiu dar alguns passos de importância no sentido de consolidar uma

É que o presidente Reagan não estava interessado em qualquer solução que não implicasse a retirada cubana de Angola, na verdade o grande trunfo eleitoral que o candidato republicano pretendia oferecer à opinião pública norte-americana.

Para os republicanos de Reagan, Angola, Namíbia e África do Sul fazem parte de um problema só. Em Angola, além da retirada dos cubanos, o Departamento de Estado quer que o governo do MPLA-PT (o partido surgido do movimento de libertação que liderou a luta pela independência), divida o poder com a Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola), movimento de trajetória política duvidosa, que esteve envolvido com a polícia secreta portuguesa (Pide) e depois caiu nos braços da CIA e do governo sul-africano. Na Namíbia, Washington pretende uma independência tutelada, onde os interesses econômicos nas



O atentado de setembro contra a embaixada de Beirute

aliança entre as diversas facções, cristãs e muçulmanas. Mas está longe de ter constituído um pólo estável de poder. Por outro lado, o problema da ocupação do sul do Líbano por Israel se mantém latente e a tensão sírio-israelense não diminuiu na região do Golã. O Egito caminha lenta e penosamente para o reencontro com seus irmãos árabes, decretando na prática a morte dos acordos de Campo David. Reagan não tem alternativas válidas e atraentes para essa tentativa de administração Carter de consolidar a paz no Oriente Médio, ignorando o problema palestino. E cresce na área, o consenso de que a OLP não pode estar fora de uma negociação futura.

Em Israel — o aliado norte-americano por excelência nessa região —, a inflação de 950% ao ano e a profunda divisão da opinião pública, refletida nos resultados da última eleição, permitem prever que Shimon Peres será muito pressionado por seus problemas internos para ser um primeiro-ministro forte, que pudesse apresentar à Casa Branca opções políticas convincentes e viáveis para superar esses vários impasses. (Beatriz Bissio)

minas de urânio, metais raros, ouro e diamantes sejam mantidos nas mãos das transnacionais. E, no caso da África do Sul, Chester Crocker defende a manutenção da política de "engajamento construtivo", uma fórmula confusa pela qual o Departamento de Estado propõe que o *apartheid* se auto-reforme através de concessões parciais à maioria negra, sem que as bases econômicas do regime racista sejam alteradas na essência.



O argumento utilizado pelos norte-americanos é o poderio bélico

A tentativa norte-americana de entrelaçar os três problemas faz parte de uma óbvia estratégia de barganhas para manter o mais possível os privilégios ameaçados pelo aprofundamento da opção socialista de Angola, pelo aumento da força política e militar da Swapo na Namíbia, e pela radicalização do movimento anti-*apartheid* na África do Sul.

Para os países da Linha de Frente, são três questões separadas e devem ser tratadas independentemente. O problema dos cubanos é uma questão de soberania interna de Angola. A independência da Namíbia é responsabilidade das Nações Unidas, que, pela lei internacional, é quem deve administrar a ex-colônia alemã, depois que a ocupação sul-africana foi considerada ilegal tanto pela Assembléia Geral como pela Corte Internacional de Justiça. O *apartheid* é uma questão interna dos sul-africanos e um problema externo face à cumplicidade de empresas transnacionais e governos ocidentais que usam a retórica para condenar o racismo mas, na prática, o apóiam.

Como em cada um desses três países a natureza da crise é clara do ponto de vista legal e político, o Departamento de Estado norte-americano tenta

embaralhar a questão para poder propor barganhas do tipo "dou Angola, mas quero a África do Sul", ou "troco a Namíbia mas fico com o controle do Cabo da Boa Esperança".

Apesar de Angola, a Swapo e os negros sul-africanos terem a seu lado todas as razões históricas e jurídicas, os Estados Unidos usam como argumento, de fato, o seu poderio econômico e militar. Como o envolvimento bélico direto não está nos planos do Pentágono por questões de política interna (salvo no caso de uma alteração inesperada), o grande instrumento de pressão da Casa Branca será, nos próximos quatro anos, o fator econômico.

#### A fome como arma

A recessão mundial deflagrada a partir de 1980 teve como consequência direta o endividamento dos países do Terceiro Mundo. Na África, a maioria esmagadora dos países não-exportadores de petróleo teve que dedicar parcelas consideráveis dos seus magros recursos para pagar débitos vencidos sem os quais estariam fechadas as portas para qualquer tipo de financiamento. A economia africana ainda está muito dependente do antigo esquema colonial e não houve tempo, desde a independência nos anos 60, para mudanças mais profundas no sistema de produção, mesmo naqueles países que optaram por uma via socialista clara. Assim, a moratória foi descartada pela quase totalidade dos países africanos, que não tiveram outra alternativa senão aceitar a engrenagem infernal da dívida.

Recursos essenciais foram desviados para pagamento de juros, o que, aliado à queda constante dos preços internacionais das matérias-primas, fez com que se reduzisse drasticamente o capital disponível pelas nações africanas para investimentos em setores básicos. E o mais básico de todos os setores foi o da alimentação. O fenômeno da fome tornou-se endêmico, o empobrecimento é atestado pelo Banco Mundial.

Inevitavelmente, as carências geraram tensões em muitos países, o que facilitou o jogo da influência norte-americana. A aplicação indiscriminada do receituário econômico do FMI abriu campo para a penetração das transnacionais em países que, logo após a independência, adotaram o nacionalismo como bandeira na luta contra a herança colonial e a dominação estrangeira.

Em 1981, Chester Crocker afirmou num discurso que o governo Reagan "estava procurando libertar os setores produtivos na África, para promover o potencial do setor privado dos EUA". Em janeiro de 84, o mesmo Crocker anunciou um plano para fornecer meio bilhão de dólares em créditos durante cinco anos a 17 países africanos que, segundo o Departamento de Estado, se mostraram dispostos a seguir um modelo capitalista de desenvol-



vimento. A lista inclui Botsuana, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Quênia, Libéria, Madagascar, Maurício, Nigéria, Senegal, Somália, Sudão, Burkina Faso (ex-Alto Volta), Zaire e Zimbábue.

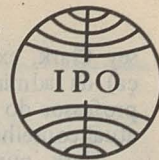
A maior parte desses recursos serão fornecidos pelo Fundo para o Desenvolvimento da África, um organismo ligado ao Departamento de Estado e que, desde a sua criação em 1980, já esteve várias vezes sob o fogo cerrado das críticas de neocolonialismo. Os projetos a serem financiados são estudados por uma comissão mista da qual fazem parte a AID, o Departamento de Comércio e de Agricultura, representantes do sistema bancário privado e um observador da Opic (Corporação de Investimentos Privados Internacionais), a organização que garante as aplicações de dinheiro no exterior e dá o nada-consta para empresas norte-americanas atuarem num determinado país.

A estratégia das empresas transnacionais e do Fundo de Desenvolvimento da África é aproveitar as debilidades provocadas pela recessão e pelo endividamento na África para favorecer a penetração em setores econômicos essenciais e, a partir daí, enredar a economia do país em questão no sistema financeiro e tecnológico controlado pelos Estados Unidos. Em termos mais simples, trata-se de um indisfarçado neocolonialismo patrocinado pela Casa Branca, levando em conta que o fortalecimento do dólar atraiu para o mercado norte-americano todo o excedente de capitais que nas décadas de 60 e 70 alimentou o neocolonialismo europeu.

Apesar da plataforma eleitoral dos republicanos rejeitar o *apartheid*, a África do Sul é, no momento, o principal sócio econômico dos Estados Unidos na África. Segundo um estudo secreto feito pelo consulado norte-americano em Joanesburgo no final de 83, os investimentos dos Estados Unidos na África do Sul sobem a 14 bilhões de dólares, muito acima da cifra normalmente divulgada, que era de 2,6 bilhões de dólares. Na Bolsa de Valores de Joanesburgo, mais de 60% das empresas sob controle estrangeiro estão nas mãos de interesses norte-americanos.

O crescimento da participação das transnacionais dos EUA na economia sul-africana se acelerou desde fevereiro de 83, quando a administração Reagan foi eliminando gradativamente todas as barreiras ao comércio com o *apartheid* impostas em 1978 pela administração democrata. As facilidades concedidas tornaram possível a venda de aparelhos eletrônicos, veículos, equipamentos de segurança e instrumentos para controle da proliferação nuclear. Em março de 83, Reagan conseguiu até mesmo quebrar velhas resistências no congresso norte-americano contra a cooperação entre os EUA e a África do Sul no campo nuclear. (Carlos Castilho)

## Tribunal em Bruxelas condenou Reagan



A política externa da administração Reagan foi duramente condenada durante uma conferência internacional que, nos três últimos dias de setembro passado, reuniu em Bruxelas juristas, políticos e militares de numerosos países ocidentais e não-alinhados.

Promovida pela *International Progress Organization* (IPO), cuja sede é em Viena (Austria) e tem o estatuto de observador junto à ONU e à Unesco, a conferência constituiu um Tribunal Internacional de opinião para julgar a política externa de Reagan.

No final, o júri, composto por oito juristas de reconhecido prestígio internacional, concluiu que a política externa norte-americana tem se constituído numa grosseira violação dos princípios fundamentais do direito internacional estabelecidos na Carta das Nações Unidas, bem como das regras básicas do direito consuetudinário internacional construído ao longo dos anos.

O júri concluiu ainda que, à luz dos fatos apresentados em Bruxelas, fica claro que a administração Reagan "substituiu as regras do direito internacional pelo uso da força na condução da sua política externa".

A invasão de Granada, a intervenção norte-americana na guerra civil de El Salvador, a ajuda aos grupos contra-revolucionários na Nicarágua e a colocação de minas nos seus portos, o apoio ao planejamento, preparação e início da invasão do Líbano por Israel, as posições de Reagan quanto à questão palestina, os incidentes do golfo de Sidra e as tentativas norte-americanas de desestabilizar o governo líbio, o apoio ao regime do *apartheid*, a recusa de cumprir as determinações da ONU no que toca à independência da Namíbia, a ocupação militar da ilha de Diego García no oceano Índico, assim como a política de armamento nuclear da administração Reagan, foram alguns dos pontos que estiveram em debate na conferência-tribunal de Bruxelas.

### Dinheiro e violência

O ponto mais alto da reunião verificou-se durante o debate entre dois norte-americanos que tiveram a seu cargo a acusação e a defesa da política externa de Reagan. Eram, respectivamente, Ram-

sey Clark, ex-procurador geral (ministro da Justiça) da administração Johnson, e Harry Almond, professor do Colégio de Guerra de Nova Iorque e atual conselheiro da Casa Branca.

Clark, numa intervenção qualificada pelos presentes de "brilhante", defendeu a tese de que a atuação da administração Reagan não constitui nada de novo: trata-se da continuação, talvez num grau mais elevado, de tudo o que de pior tem tido a civilização norte-americana. Lembrou o genocídio dos índios, as sucessivas invasões do México, Cuba e República Dominicana e o apoio a ditaduras sangrentas como as do Haiti, Filipinas, Guatemala e Chile (a viúva de Salvador Allende encontrava-se na sala). Falou do Vietnã, dos vínculos das sucessivas administrações norte-americanas com o governo sul-africano, lembrou a frase de Truman quando a bomba atômica explodiu em Hiroshima: "Enfim, enfim, o poder total. Os outros terão que obedecer às nossas ordens".

E não se esqueceu de se referir à inqualificável invasão da minúscula ilha de Granada. O *ex-attorney general* dos EUA concluiu que mesmo tendo em conta que "o dinheiro e a violência dominam a política nos EUA" e que no seu país "o poder da violência converteu os valores materiais em valores supremos", a única saída "é termos força para fazer algo no sentido de resolver os problemas na base da lei e da compreensão".

#### Da lei e da moral

Harry Almond, o advogado de defesa da política de Reagan, foi igualmente brilhante e corajoso. "Era preciso que alguém fosse capaz de vir a esta

reunião analisar as coisas de um outro ângulo", me disse. Sem esconder as dificuldades em defender, pelo menos do ponto de vista moral, o que tem sido a política de Reagan, Almond reafirmava o que havia dito umas horas antes perante o júri: "A defesa que aqui trouxe baseia-se estritamente na lei internacional. Os meus conceitos são legais, não morais".

Óbvio: apesar do seu brilhantismo e da sua coragem, não foi possível a Almond, como não é possível a ninguém, encontrar suporte legal para invasões como a de Granada, para a colocação de minas em portos (como tem acontecido na Nicarágua), para intervenções como as que se verificam em El Salvador, para o apoio de regimes como o da África do Sul, para atividades como as que se verificaram no Líbano, para incidentes como os do golfo de Sidra, para a continuação da ocupação de ilhas como a de Diego García. Isso para não falar de muitas outras situações, como a de Porto Rico, relatada em Bruxelas por pessoas que a sentem cruamente na sua própria carne...

Durante os três dias que durou aquela invulgar reunião, ninguém pode contestar o que aí disse o norte-americano prêmio Nobel de Medicina, George Wald, que teve uma intervenção inesquecível. "O meu governo fala constantemente de democracia. Penso, no entanto, que agora já é claro para muitos europeus — e precisa ser claro para todos — que o meu país, enquanto fala de democracia, prefere ditaduras militares a qualquer outra forma de governo no Terceiro Mundo. Quando encontra ditaduras militares, o meu governo as apóia; quando não as encontra, muitas vezes as cria". (Hugo Neves)

### Júri e participantes

Os participantes, convidados pela IPO — que já organizou numerosas conferências internacionais e seminários de pesquisas no terreno dos direitos humanos, desenvolvimento econômico e direito — eram exclusivamente do Ocidente e de países não-alinhados. Alguns nomes a destacar: dois prêmios Nobel (Sean McBride e George Wald); general Edgardo Mercado Jarrín, ex-primeiro-ministro do Peru; general Nino Pasti, da Itália, ex-membro do Comando Supremo da Otan; James Stuart, do Congresso Nacional Africano (ANC); comandante Olga Aviles, presidente do Conselho da Paz da Nicarágua; Adriano Lombardo, professor de Direito da Universidade Operária do México; Karel van Miert, presidente do Partido Socialista da Bélgica. De Portugal, participou Orlando de Carvalho, catedrático da Facul-

dade de Direito da Universidade de Coimbra.

A acusação e a defesa, como já vimos, estiveram a cargo de dois norte-americanos: Ramsey Clark e Harry Almond. O júri, que tudo analisou e depois redigiu a sentença, era presidido por Francis Boyle, advogado e professor da Universidade de Illinois, e composto pelas seguintes personalidades: Faruk Abu Eissa, ex-ministro das Relações Exteriores do Sudão; Hans Goeran Frank, advogado e membro do Parlamento sueco; Mirza Gholam Hafiz, ex-porta-voz do Parlamento do Bangladesh e atualmente membro do Supremo Tribunal; Mary Kaufman, advogada norte-americana que participou, como juíza, nos julgamentos de Nuremberg; Jean Claude Njem, professor de Direito na Universidade de Upsala e conselheiro do governo de Camarões; Alberto Ruiz-El-drege, ex-presidente do Conselho Nacional de Justiça do Peru; e Muemtaz Soysal, professor de Direito Constitucional na Universidade de Ancara, Turquia.

# Entre as eleições e a violência

A oposição está liderando as enquetes de opinião pública enquanto o país assiste com desencanto ao fracasso do governo Belaúnde e reage temeroso à ofensiva do Sendero Luminoso

César Arias Quincot

Com cerca de seis milhões de habitantes, Lima, a capital do Peru, já não é mais a cidade senhorial, centro de uma oligarquia de origem hispânica que governava um país de camponeses, índios e mestiços. Caótica, barulhenta, insegura, cheia de marginais, essa capital superpovoada, na qual todos os serviços são insuficientes, constitui um reflexo do país, de um Peru afundado na crise e no desgoverno, ameaçado pela violência irracional.

Uma leitura superficial dos jornais revela a existência de pluralismo e oposição, mas também os atentados intimidam uma cidade na qual a polícia se aquartela à noite, temendo os ataques dos extremistas do "Sendero Luminoso".

Nos bairros elegantes, a defesa é obsessiva: guardas de segurança, grades, cães, armas, tudo isso mostra uma imagem de insegurança diante da ofensiva da delinquência e do terrorismo. As notícias sobre ajustes de contas e o domínio que exercem os narcotraficantes em certas regiões mostram algo desse submundo sinistro. Os índices de subalimentação e de miséria nos revelam a crescente pauperização do país.

Assim, em uma sociedade envolvida em graves problemas, o

povo se prepara para votar. Em 1985, o Congresso será renovado e eleito um novo presidente.

A maioria dos observadores isentos assinala que a séria situação do Peru tem sua origem em problemas estruturais e que a crise econômica internacional afetou o país. Mas também reconhecem que a política econômica liberal e a inaptidão do atual regime direitista agravaram todos os problemas da sociedade peruana.

### Do reformismo militar à democracia direitista

Fernando Belaúnde Terry foi eleito, pela primeira vez, em 1963. Como candidato, era o "homem da renovação". Em 1968, seu regime era acusado pelas fileiras oficialistas e por seus aliados iniciais de "titubeante" e "entreguista" diante do poder das transnacionais.

Os militares que o derrubaram endossaram as acusações e,



Belaúnde Terry: o povo assiste com desencanto ao fracasso de um governo civil no qual depositou amplas expectativas

de forma inovadora, prometeram um conjunto de reformas destinadas a mudar radicalmente a sociedade peruana. O general Velasco Alvarado, primeiro presidente do governo militar, afirmou que as forças armadas haviam deixado de servir à oligarquia: nacionalizou o petróleo,

em mãos de uma companhia norte-americana; estatizou parte dos bancos e a grande mineração; nacionalizou as ferrovias, a eletricidade, os telefones; concedeu participação aos trabalhadores nos lucros e na gestão das indústrias; iniciou uma radical reforma agrária e uma política exter-

na independente e não-alinhada. Todas essas reformas eram feitas no contexto verticalista de um governo militar, que desconcertou uma direita acostumada a utilizar as forças armadas e considerá-las suas aliadas naturais. Por isso tinha demorado a reagir.

### PERU: TREZE CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

☐ Treze candidatos se inscreveram para disputar a presidência da República nas próximas eleições gerais de 14 de abril de 1985, um recorde sem precedentes na história política do Peru.

O Júri Nacional de Eleições (JNE) recebeu, no último dia da inscrição, as solicitações de nove partidos políticos, entre eles a Esquerda Unida (IU) e o Partido Popular Cristão (PPC).

O partido do governo, Ação Popular (AP), depois das frustradas conversações com o Partido Popular Cristão, inscreveu a candidatura do senador Javier Alva Orlandini e dos ex-primeiros-ministros Manuel Ulloa e Sandro Mariátegui, como vice-presidentes.

Alfonso Barrantes concorre à presidência pela IU junto com Enrique Bernales, senador do Partido Socialista Revolucionário (PSR), e Agustín Haya de la Torre, da União Democrática Popular (UDP), candidatos para a primeira e a segunda vice-presidência, respectivamente. Os dois candidatos à vice-presidência, que representam dois dos oito partidos que integram essa frente, substituem o senador Jorge del Prado, do Partido Comunista Peruano (PCP) e o poeta Luis Nieto, da UDP. Ambos renunciaram a poucas horas de sua nomeação, a 9 de outubro passado, pelas discordâncias em torno de uma chapa que alguns qualificaram de "radical".

Por outro lado, soube-se que o Partido de Integração Nacional (Padin), de linha social-cristã, dirigido pelo senador Miguel Mufarech, e a Ação Política Socialista (APS), do rico empresário e principal acionista do diário *La República*, Gustavo Moheme, decidiram não apresentar suas respectivas candidaturas, em favor de uma virtual aliança com a IU. Mufarech e Moheme ocuparam lugares importantes na lista de senadores.

Por seu lado, Luis Bedoya Reyes, dirigente máximo do Partido Popular Cristão, encabeça a chapa presidencial acompanhado pelo dissidente aprista Andrés Townsend, fundador do Movimento de Bases Hayistas (MBH), como candidato à

primeira vice-presidência, enquanto que o neurocirurgião independente Esteban Roca, é postulado para a segunda. Depois de frustrada a aliança do conservador PPC com o partido do governo, Ação Popular, Bedoya recorreu a uma "aliança menor" com Townsend, o qual também havia sido descartado da chapa presidencial da AP.

Segundo analistas locais, a divisão do bloco oficialista beneficia o candidato Alan García do Partido Aprista Peruano (PAP). Sem uma aliança entre eles, o AP e o PPC dificilmente poderão obter mais de 50% dos votos, condição indispensável para chegar à presidência.

Dois agremiações trotskistas — que não integram a IU — inscreveram também suas candidaturas. A Frente de Esquerda Revolucionária (FIR), uma cisão do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), de Hugo Blanco, se inscreveu com Emetrio Tacuri na primeira candidatura, Raúl Castro na primeira vice-presidência e Victoriano Ramírez, na segunda.

Por sua vez, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), dirigido por seu candidato presidencial, o senador Ricardo Napuri, inscreveu sua chapa acompanhado pela ex-parlamentar Magda Benavidez, na primeira vice-presidência, e o deputado Enrique Fernández, na segunda vice-presidência. O PST é o único partido que inclui uma mulher na chapa presidencial.

Também se inscreveu o Movimento Revolucionário Velasquista (MRV), recém fundado, com Eustaquio Maylle na presidência e Luis Lora e Humberto Alvarez, na primeira e segunda vice-presidências. O MRV estaria inspirado na ideologia defendida pelo general Juan Velasco Alvarado durante os anos de seu governo (1968-1975), até que foi derrubado pelo atual candidato da Frente Democrática de Unidade Nacional (FDUN), o general Francisco Morales Bermúdez.

As últimas pesquisas de opinião pública dão uma certa vantagem ao candidato presidencial do Partido Aprista Peruano, Alan García, seguido pelo prefeito de Lima e candidato da IU, Alfonso Barrantes. Como nenhum deles está perto dos 50%, possivelmente a eleição terá que ser decidida no segundo turno.

Essa reação ocorreu quando a crise internacional, a queda de Allende no Chile e as pressões norte-americanas contra o Peru se juntavam à enfermidade de Velasco Alvarado. Aproveitando-se das divisões no seio do governo, a direita ajudou na sua paralisação e posterior queda.

Em 1975, Morales Bermúdez impôs a chamada Segunda Fase do processo revolucionário. Ele chegou ao poder em meio aos efeitos de uma crise econômica profunda. Sua resposta foi a paulatina modificação das reformas promovidas pelo general Velasco, procurando torná-las compatíveis com a economia de mercado e a mentalidade empresarial. Por outro lado, o fim dos subsídios, a alta da inflação e o subsequente aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade deterioraram o nível de vida das maiorias.

Em 1977, Morales Bermúdez já havia expurgado a esquerda militar e limitado o poder dos sindicatos, porém, nem a direita nem os empresários tinham confiança nele. Em julho desse ano, o presidente anunciou a "retirada com honra" do regime, convocando eleições para uma Assembléia Constituinte, como primeiro passo para a instalação de um governo civil.

Dos partidos tradicionais, a Ação Popular (AP), liderada por Belaúnde Terry, se negou a participar da Constituinte. O Partido Popular Cristão (PPC), versão direita do DC, o Apra (Aliança Popular Revolucionária Americana) e os partidos da esquerda participaram. Em 1979, estava pronta a nova Constituição; em 1980, foram as eleições gerais.

No período final de sua administração, Morales Bermúdez conseguiu enfrentar os aspectos mais dramáticos da situação econômico-financeira, detendo o ritmo inflacionário, renegociando o pagamento da dívida e promovendo o ingresso de divisas. Nes-

Beatriz Bissio



Alfonso Barrantes: um líder



Morales Bermúdez: nova tentativa



Velasco Alvarado: projeto renovador



La Republica

Alan García: um novo Apra

sa conjuntura se deu o processo eleitoral

Nas eleições de 1980, a esquerda esteve dividida, o que a debilitou como alternativa. O Apra, morto seu líder, Haya de la Torre, lançou como candidato à presidência Armando Villanueva, representante da ala progressista, o qual propôs a colaboração com a "esquerda responsável". O PPC lançou seu líder, Luis Bedoya, e a AP, o ex-presidente Fernando Belaúnde.

A campanha de Belaúnde foi indefinida, sem delineamentos ideológicos. Ele prometeu um milhão de empregos e obras públicas, deu a entender que era a alternativa frente ao Apra — fazendo renascer o antiaprismo — e seus partidários utilizaram o

fato de a esposa de Villanueva ter nascido no Chile para tornar a despertar a prevenção contra os chilenos provocada pela derrota peruana na guerra do Pacífico, cem anos atrás.

### O desencanto

Poucos dos que votaram em Belaúnde sabiam como seria seu governo. Seu estilo senhorial e sua ambiguidade dissimularam o que viria.

O romântico presidente admirador do Incário, nomeou para primeiro-ministro e "czar" da economia, Manuel Ulloa, advogado, financista, ligado às transacionais e defensor do monetarismo, do neoliberalismo e do entreguismo ao capital estrangeiro.

Ulloa declarou que o Estado estava "superdimensionado" e a indústria "superprotegida". Por essa razão, iniciou uma ofensiva contra as empresas públicas para privatizá-las. Os impostos de importação foram reduzidos e uma onda de produtos importados invadiu as lojas. Os benefícios aos exportadores de manufaturas foram reduzidos e foram assinados novos contratos favorecendo as companhias estrangeiras que exploram o petróleo na Amazônia.

Os representantes do Apra e a esquerda criticaram essa política,

mas a maioria parlamentar e a predominância direitista nos meios de comunicação levou a grande maioria da população a acreditar que ninguém apresentava alternativas e que a política neoliberal era a única possível.

Logo veio o desencanto. As indústrias faliam ou reduziam pessoal, a inflação aumentou, superando largamente os 100%; a produção estancou e logo retrocedeu para 13% (1983); as rendas reais das maiorias se reduziram. Sindicatos, organizações empresariais e partidos de oposição tornaram mais fortes as suas

críticas e, nas eleições municipais de 1983, a oposição acabou recebendo a maioria dos votos. O governo perdeu o triunfalismo, mudou pessoas de cargos, mas foi incapaz de articular uma alternativa ao modelo fracassado.

### A violência do "Sendero"

Pouco antes das eleições de 1980, o grupo maoísta "Sendero Luminoso" (ver cadernos nº 55) iniciou suas ações armadas. Movimento extremista, irracional e messiânico, o "Sendero" considera que o caminho eleitoral está fechado e que o único viável é a "guerra popular prolongada", ao estilo chinês.

Os senderistas escolheram a serra centro-sul, zona empobrecida, como centro de suas operações, assassinando autoridades locais, destruindo os escassos e isolados postos policiais, impedindo o comércio, assassinando comerciantes e "ricos".

A cidade de Ayacucho é o centro dessa área. Um belo povoado, tem como recordação de épocas prósperas suas igrejas barrocas e casarões coloniais. Ali operam os terroristas e ali está a sede do "Comando Polí-



As manifestações populares já fazem parte do cotidiano do país

### REGIME CONSTITUCIONAL E ELEIÇÕES

O Peru é regido por uma Constituição aprovada em 1979. Essa carta foi elaborada por uma assembléia de cem membros eleitos por sufrágio universal, secreto e sem partidos excluídos. A Ação Popular se negou a participar e o mesmo fez o "Sendero Luminoso".

O maior número de representantes era do Apra, sendo o PPC a segunda força. A esquerda teve um terço dos votos.

A Constituição estabelece uma ampla e completa declaração de direitos individuais e sociais; reforça os poderes do presidente e do Executivo, estabelece uma presidência de cinco anos e um sistema de dois turnos na eleição presidencial. O candidato que conseguir ultrapassar 50% dos votos "validamente emitidos",

será presidente. Se ninguém cumprir esse requisito, há um "segundo turno", entre os dois que obtiveram maior votação no primeiro turno.

No Peru, votam todos os homens e mulheres, alfabetizados e analfabetos, maiores de 18 anos. Todos os partidos são permitidos se cumprirem requisitos formais: inscrição no Jurado eleitoral, o qual exige um apoio em assinaturas e a presença de comitês em diversos lugares da República.

A esquerda tem representação no Parlamento e nas prefeituras. O prefeito de Lima, Alfonso Barrantes Lingán, é o líder da Esquerda Unida. Apenas o "Sendero Luminoso" e o grupo terrorista "Tupac Amaru", do qual não se sabe muita coisa (ver cadernos nº 71), não têm representação legal, devido a não aceitarem o jogo eleitoral.

As atuais pesquisas de opinião apontam como favorito o Apra e seu jovem candidato Alan García. O grande desafio para esse partido será o segundo turno.

tico Militar” constituído desde que o governo encarregou as forças armadas da repressão nessa região.

Em Lima e outras cidades, os senderistas assassinam policiais, assaltam delegacias, colocam bombas de fabricação caseira e semeiam a inquietação na população. Desprovidos da sofisticação dos “montoneros” argentinos, das Brigadas Vermelhas italianas ou dos “tupamaros” uruguaios, os senderistas exploram a situação de miséria e de abandono de largos setores do povo peruano assim como a incapacidade do governo para enfrentá-la.

Os porta-vozes oficiais culpam todo mundo pela violência do “Sendero”: desde a URSS e Cuba até instituições estrangeiras, passando por setores da igreja e a OLP (Organização para a Libertação da Palestina). Não reconhecem que é um movimento peruano, maoísta e alheio à esquerda legal. A essa forma errada de analisar o fenômeno do “Sendero”, se soma a falta de capacidade da polícia para enfrentá-lo e a campanha da direita que condena a esquerda em geral.

Na *zona de emergência* a situação é mais grave. O Sendero assassina seus adversários reais e potenciais enquanto setores das forças da ordem, em especial a infantaria da marinha e os *sinchis* da Guarda Civil, foram acusados de efetuar uma repressão indiscriminada e cruel.

Camponeses assassinados sem razão aparente, um grupo de evangelistas mortos por infantes da marinha, mulheres violadas e torturadas, vários menores desaparecidos após sua detenção, o jornalista Jaime Ayala desaparecido após seu ingresso em um quartel da infantaria da marinha são exemplos dessa dura realidade.

A oposição, embora condene as ações do “Sendero”, critica os excessos repressivos que, além de cruéis, são contraproducentes. Para o governo e para a sub-



O discurso político atual do Apra é social-democrata

sistência da democracia liberal, o grande problema é a aplicação de uma política antiterrorista, compatível com a democracia, a vigência dos direitos humanos e a vida civilizada. O caminho da Itália e não o da junta militar na Argentina.

#### As alternativas de oposição

A oposição tem duas forças: o Apra e a Esquerda Unida (IU). O Apra iniciou sua organização partidária em 1931, quando se constituiu como partido de base marxista que procura aplicar essa doutrina à realidade da América Latina. A integração de uma América Latina antiimperialista e a formação de partidos de frente única, que agrupem as classes exploradas, sem exclusivismo proletário, eram as idéias fundamentais da primeira época do aprismo.

Ilegalizado em 1932, o Apra voltou à legalidade em 1945, para retornar à clandestinidade de 1948 a 1956. Essa difícil trajetória fez com que predominasse uma linha de conciliação com a oligarquia, o que coloca o Apra ao lado de grupos conservadores.

A ascensão do governo militar levou Haya de la Torre a esquerdizar o seu discurso ideológico. Morto o líder, Villanueva iniciou um processo de retomada do cunho popular e progressista da história do Apra.

Hoje, o discurso ideológico e os planos de governo colocam o Apra em uma linha de centro-esquerda (tipo social-democracia) e, inclusive, um setor do Apra propõe abertamente a convergência com a esquerda.

A IU é um conglomerado de forças socialistas e marxista-leninistas que agrupa também independentes. Nela, os moderados ganharam terreno e o primeiro esboço de seu plano de governo insiste em uma política de tipo social e de apoio à agricultura em zonas necessitadas (e nisto coincide com as atuais propostas apristas).

O grande problema da IU é a diferença de estilos e propostas, o que pode gerar conflitos ainda antes do processo eleitoral.<sup>1</sup>

O grande desafio do futuro é a convergência necessária entre o Apra e a IU, como forças populares e progressistas. Só assim será possível isolar a direita e iniciar um processo de mudanças indispensável para uma sociedade que está na iminência da explosão social e que não suportará outros cinco anos de governo direitista. ●

<sup>1</sup>Cabe destacar que o presidente da Esquerda Unida, Alfonso Barrantes, saiu vencedor no pleito passado e é o atual prefeito de Lima. Por ser um independente, com reconhecida liderança na esquerda e respeito entre seus adversários políticos, o papel de Barrantes no processo unificador da esquerda poderá ser decisivo.

## As perspectivas do diálogo

A correlação das forças internas no governo salvadorenho não dá margem a otimismo, porém o próprio fato do diálogo ter se iniciado marca uma vitória dos revolucionários

Ricardo Gómez\*



Representantes da FDR-FMLN, em La Palma.  
Fala o dirigente Guillermo Ungo

Sete dias se passaram entre o discurso do presidente salvadorenho na Organização das Nações Unidas (ONU), quando aceitou a proposta dos insurgentes de iniciar um processo de diálogo, e o encontro entre as delegações de ambos os lados em La Palma, Chalatenango, a 15 de outubro passado.

Uma análise a fundo desses dois acontecimentos permite descobrir as perspectivas verdadeiras e possíveis das conversa-

ções entre o governo de El Salvador e as frentes Farabundo Martí para a Libertação Nacional e Democrática Revolucionária (FMLN-FDR).

"Tive medo", disse Duarte em suas declarações posteriores ao encontro, talvez porque estava inseguro, sentindo que não tem o poder em suas mãos. O presidente sabia que os rebeldes não tentariam atacá-lo durante o diálogo. Contudo, uma bala dos Esquadrões da Morte ou do próprio exército poderia aniquilá-lo.

Mas Duarte, mesmo conscien-

te da fragilidade de seu governo e da ausência de poder real em suas mãos, viajou a La Palma. Com isso, oferecia a Reagan argumentos novos para melhorar a imagem da política exterior norte-americana.

No mesmo dia das conversações em La Palma, tropas helio transportadas desembarcaram em diversos lugares do departamento de Chalatenango. Um dia antes do encontro, tropas da 4ª Brigada de Infantaria irromperam no mesmo povoado. A desobediência a Duarte por parte de "seu" exército era evidente, ao desacatar a ordem de manter as tropas aquarteladas.

Também os setores oligárquicos do país, por intermédio do Exército Secreto Anticomunista (ESA), um dos Esquadrões da Morte, divulgaram comunicados rechaçando o diálogo e acusando o presidente de "vende-pátria". "É um encontro de velhos camaradas", disse Roberto D'Aubuisson, líder da ultradireitista Aliança Republicana Nacionalista (Arena).

O governante, à última hora, recebeu o "apoio" de seu gabinete, mas os setores das forças armadas, contrários ao encontro, entenderam que o melhor a fazer era manterem-se calados.

Quando Duarte regressou, após seu discurso na ONU, a rejeição das forças armadas foi evidente, a tal ponto que ele próprio declarou que aceitava o desafio de qualquer forma. "Irei sozinho", disse. No futuro, essa afirmação poderá converter-se em uma amarga realidade para o presidente democrata-cristão.

### Um golpe de estado?

Essa situação interna do governo e a correlação de forças no poder permitem pensar que o Executivo salvadorenho se lançou ao diálogo precipitadamente, sem se importar com a consolidação de toda a direita em torno da sua proposta.

\* Exclusivo da Salpress para cadernos do terceiro mundo.



Por isso, muitos observadores não descartam a possibilidade de um golpe de estado ou que os Esquadrões da Morte façam do presidente um alvo. As diferenças de formas e procedimentos para enfrentar o movimento revolucionário continuam sendo latentes nos grupos da direita salvadorenha.

Por outro lado, o povo ultrapassou todas as expectativas do regime. O entusiasmo de uma população que já sofre cinco anos de guerra, somados aos sofrimentos de 50 anos de repressão institucionalizada, levaram dezenas de milhares de cidadãos a assistir ao encontro.

O governo teve que abrir os canais informativos e de difusão, aceitar a participação dos representantes da Frente Democrática Revolucionária (FDR) e não pôde evitar que as vozes dos comandantes guerrilheiros fossem ouvidas pela rádio e televisão comerciais do país.

Em seu mais recente comunicado, a FMLN-FDR declara que com a reunião de La Palma se conseguiu "institucionalizar o diálogo, assegurando sua continuidade, e relacioná-lo à incorporação de todos os setores sociais na busca da paz".

Esse é o ponto chave da busca do diálogo na qual os grupos insurgentes insistiram reiteradamente. "Em cada bairro, em cada quarteirão, em cada prédio, deve formar-se um comitê pró-diálogo", disse o comandante Fernán Cienfuegos, depois das conversações com o governo.

#### As reivindicações da FMLN

Essa iniciativa das frentes revolucionárias, lançada em 1980, deu resultado e se torna agora um novo elemento aglutinador do povo. Porém, dificilmente o regime, com suas contradições internas, poderá responder às propostas da FMLN-FDR.

Os guerrilheiros não pediram

para compartilhar o poder. Limitaram-se a exigir do governo constituído o esclarecimento e julgamento de todos os crimes políticos cometidos nos últimos anos, a liberdade dos presos políticos, o pleno direito de orga-

governo dos Estados Unidos procura encobrir os reais preparativos de uma invasão em grande escala na área centro-americana procurando destruir a revolução nicaraguense e o movimento revolucionário salvadorenho.



Duarte (de costas, ao centro) reconheceu que quem manda são os EUA

nização dos trabalhadores, aumentos de salário para setores do povo e a redução do salário do próprio presidente da República, dos deputados e de todos os ministros e secretários de alto nível do Estado. Pedem, além disso, o fim da repressão e fazem uma série de reivindicações dos diferentes setores do povo.

"Consolidamos e ampliamos o reconhecimento a nível internacional e mundial das forças político-militares da revolução", declaram os insurgentes. A incorporação total do povo à luta revolucionária é o objetivo fundamental da FMLN-FDR. "Só o povo organizado é capaz de conquistar suas justas aspirações", afirmam.

Para a administração norte-americana, a busca do diálogo tinha por objetivo encurralar a FMLN-FDR. No entanto, seu objetivo fracassou. A iniciativa continuou nas mãos dos rebeldes. Com medidas como essa, o

#### A fraqueza de Duarte

Quando o presidente de El Salvador tomou posse, a FMLN-FDR assinalou que Duarte tinha em suas mãos a possibilidade de converter-se no veículo mais idôneo dos norte-americanos para a intervenção ou, por outro lado, iniciar um processo de diálogo. Duarte aceitou o diálogo, mas muitos consideram que já é tarde. Há indícios de sua cumplicidade com Reagan.

Duarte aceitou dialogar depois de haver declarado à revista *Play Boy* que quem manda em El Salvador são os norte-americanos e que, além disso, são eles que administram o dinheiro e compram as armas.

"Grande estadista" é como Reagan qualifica Duarte. Mas os observadores da área centro-americana acham que não está longe o dia em que o próprio governo norte-americano o afastará de seu tabuleiro. ●

**EXCLUSIVO**

**África**

**Angola**

## “Nosso maior êxito é a preservação da independência”

A agressão sul-africana, as sabotagens da Unita, os feitos políticos e econômicos de nove anos de independência, analisados pelo presidente José Eduardo dos Santos

O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em uma entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, abordou temas de grande importância não só para o seu país, como para a África em geral.

A 11 de novembro, Angola comemora nove anos de independência, e nesse longo e difícil período o seu povo não conheceu um só dia de paz. Todo um extraordinário esforço de reconstrução nacional vem se reali-

zando simultaneamente com a tarefa de defender a soberania do país e assegurar ao seu povo o direito de escolher os seus próprios caminhos.

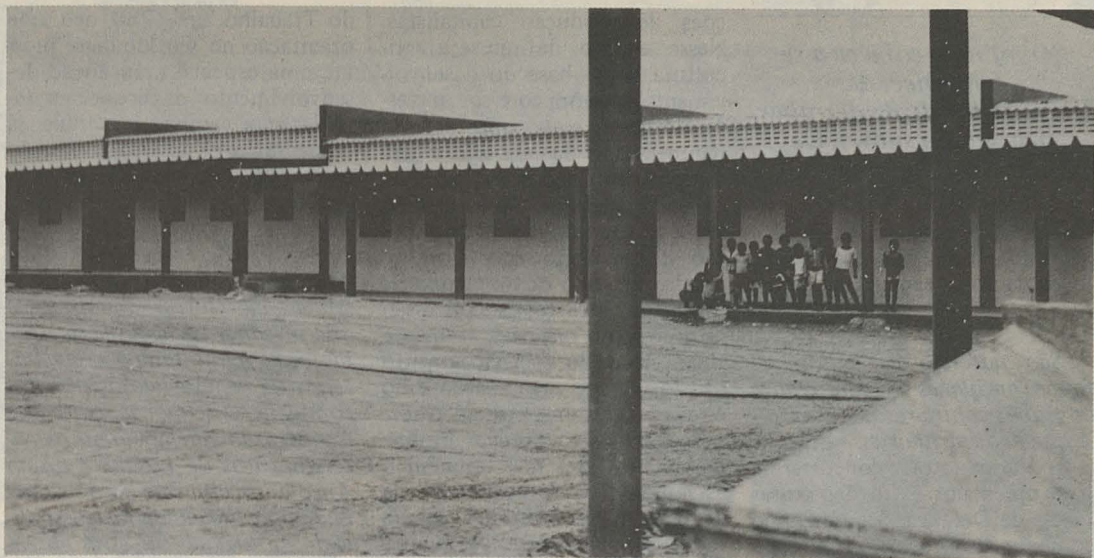
Apesar das dificuldades, são evidentes os êxitos do processo, não apenas no campo institucional, como em conquistas econômicas e sociais que transformam Angola num país de vanguarda na África contemporânea.

O presidente José Eduardo dos Santos, em resposta às nossas perguntas, analisa, com lucidez política e sinceridade, não apenas esses sucessos mas, também, os problemas que o seu país enfrenta no caminho da construção do socialismo. A política interna, as relações internacionais, os evidentes progressos na luta contra os grupos de sabotadores a serviço do governo racista da África do Sul, o problema da Namíbia, frente ao qual o governo angolano mantém uma firme posição de princípios, o FMI e a Convenção de Lomé, as relações com Portugal e Brasil e outros temas são analisados nesta entrevista concedida em Luanda a nossa revista.

A afirmação do presidente sobre aquilo que considera o maior êxito de Angola nesses anos de



O Presidente Dos Santos foi condecorado com a medalha “Herói do Trabalho” (foto acima) pela Unita (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) em abril deste ano

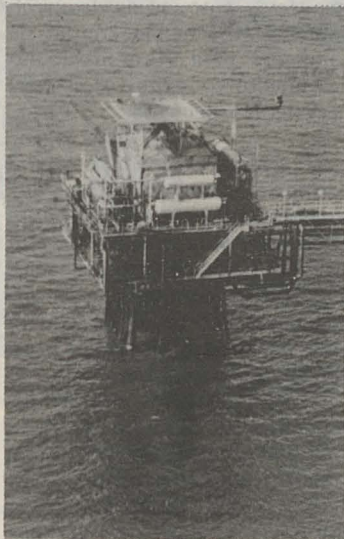


sacrifícios e esperança sintetiza o sentido da luta do seu povo e traduz o orgulho nacional pela firme defesa da soberania, na rota traçada pelo fundador da Nação, o falecido presidente Agostinho Neto.

Eis a íntegra da entrevista do Presidente José Eduardo dos Santos:

*Angola comemora neste mês de novembro o 9º aniversário da sua independência. Tem sido um período de muitas lutas, agressões e, também, marcado por avanços políticos e revolucionários. Que avaliação o presidente faz desse período histórico? Quais os avanços e êxitos que considera mais significativos e que problemas e desafios enfrenta a jovem República?*

— O maior êxito que alcançamos até o momento é a preservação da independência e da soberania do povo angolano sob a direção do seu Partido de Vanguarda, o MPLA—Partido do Trabalho, apesar das invasões de grande envergadura, dos atos de terrorismo e sabotagem, da ocupação de uma parcela do nosso território, das chantagens e pres-



sões, das campanhas propagandísticas de intoxicação contra o nosso povo e outras dificuldades que o imperialismo nos tem criado, na vã tentativa de destruir a Revolução angolana. Esse fato é devido ao elevado grau de consciência política e à determinação do nosso povo de defender as suas conquistas.

Entre essas conquistas, temos de apontar, além da preservação da independência política, o controle das principais riquezas do país pelo Estado, a edificação

Os avanços registrados no ensino e no controle das riquezas naturais foram ressaltados pelo Presidente como alguns dos maiores feitos da independência

progressiva de uma economia voltada para a satisfação das necessidades fundamentais das massas populares e as metas importantes atingidas no campo da assistência médica e do ensino, completamente gratuitos, onde, a título de exemplo, podemos dizer que, só no ensino de base, existem hoje mais de dois milhões de alunos e foram alfabetizados aproximadamente um milhão de analfabetos.

Naturalmente, um país como o nosso que é vítima de uma guerra de agressão, encontra dificuldades para atingir todos os seus objetivos, pois, além da escassez de quadros técnicos, uma parte considerável dos recursos financeiros é desviada para o re-

---

***“Um país como o nosso, que é vítima de uma agressão, encontra dificuldades para atingir todos os seus objetivos”***

---

**"O inimigo começa a se convencer da impossibilidade de derrubar, pela guerra subversiva alimentada do exterior, o governo de Angola"**

forço da nossa capacidade defensiva.

*São notórios os êxitos das forças angolanas na luta contra os grupos contra-revolucionários. A que pode atribuir esse êxito?*

— Vários fatores concorreram para um maior êxito das nossas forças de Defesa e Segurança no combate contra os grupos de bandidos armados a serviço da África do Sul. Desde agosto de 1983, lançamos uma grande campanha de mobilização popular sob o lema "Organizemos a Defesa Armada do Povo para Defendermos a Revolução", aperfeiçoamos a organização das forças armadas reforçando a disciplina e o comando militar nos diferentes níveis; criamos os Conselhos Militares Regionais como órgãos dinâmicos que centralizam a nível local o comando da atividade político-militar e econômico-social; alteramos a concepção de guerra que tínhamos e fizemos um esforço rápido de adaptação à nova situação criada pelo imperialismo e seus agentes aliados.

Esses fatores aumentaram a combatividade das nossas forças armadas e creio que o inimigo começa a se convencer da impossibilidade de derrubar, pela guerra subversiva alimentada do exterior, o governo legalmente constituído em Angola.

*Quais são as metas imediatas do projeto econômico do MPLA-Partido do Trabalho?*

— Resolver os problemas alimentares básicos da população e criar, simultaneamente, as condições que modifiquem as rela-

ções de produção capitalistas. Nesse sentido, definiu-se a agricultura como base do desenvolvimento econômico e social e estabeleceu-se, como prioridade, a recuperação da produção no campo, tanto no setor agrícola como no pecuário. Refiro-me ao aumento progressivo de produção do pequeno agricultor, do criador de gado ou do camponês associado, através da concessão de um apoio material, técnico e financeiro e do aperfeiçoamento das formas de organização e do comércio nas áreas rurais, o que permite não só resolver problemas alimentares mas também ir assegurando o fornecimento de algumas matérias-primas para a indústria alimentar e leve. Outra fase desse processo de desenvolvimento se acha na criação de condições para a ampliação do movimento cooperativo, na esfera agrícola e pecuária.

*O senhor poderia fazer um balanço do programa de fortalecimento das pequenas unidades agrícolas e industriais do tipo familiar? Que participação elas têm hoje no conjunto da produção nacional? Quais os setores mais incentivados? Haverá alguma alteração do projeto?*

— Nos primeiros anos da independência, não foi prestada uma grande atenção à economia familiar camponesa, pois nos dirigimos para a transformação em empresas estatais das grandes propriedades agrícolas e pecuárias, abandonadas pelos colonialistas portugueses. Na maior parte dos casos, optou-se por essa solução, porque não havia alternativa. Posteriormente, a nossa experiência mostrou-nos que a falta de quadros técnicos e de uma base técnica para a mecanização agrícola em larga escala, aliada à falta de quadros de direção e gestão, não nos permitiam rentabilizar grande parte dessas empresas. Tendo chegado a essa conclusão, o 1º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido

do Trabalho, em 1980, deu uma orientação no sentido de se prestar uma especial atenção ao desenvolvimento da economia familiar no campo, que hoje já contribui com 60% da produção mercantil dos bens alimentares de origem agrícola e pecuária para o nosso povo.

*Os prazos para a retirada unilateral das forças sul-africanas que invadiram Angola já se esgotaram há muito tempo e, aparentemente, a evacuação não foi completa. O senhor acredita que a África do Sul já violou os entendimentos de Lusaka<sup>1</sup>? Como Angola encara esse fato? O senhor acredita ainda na possibilidade de diálogo ou esses entendimentos estão mortos?*

— O entendimento de Lusaka permanece de pé. Simplesmente, ele está sendo executado de forma bastante lenta. Parece não haver também, por parte da África

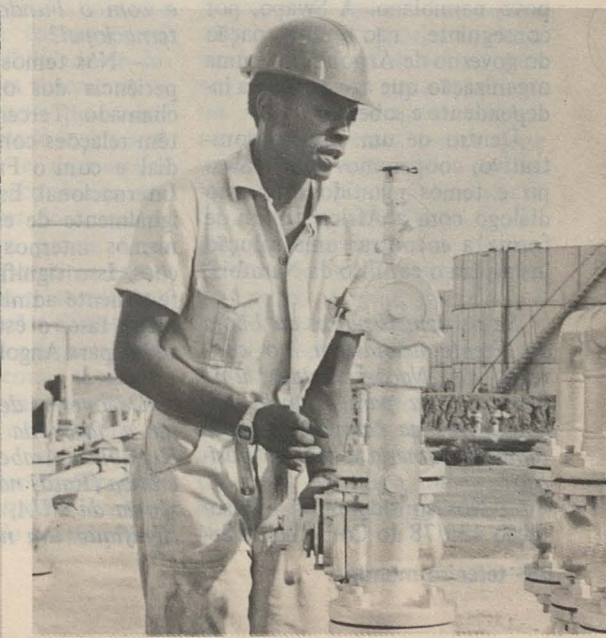
**"As razões apresentadas pela África do Sul para retardar a retirada das suas forças do território angolano não são válidas nem aceitáveis"**

do Sul, o desejo de renunciar ao entendimento de Lusaka. Nós temos dito que as razões apresentadas pela África do Sul para retardar a retirada das suas forças do território angolano não são válidas nem aceitáveis. Há, de fato, uma guerra na Namíbia entre a África do Sul e a Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo) e não tem sentido obrigar-se Angola a exercer um controle sobre os guerrilheiros da Swapo, quando a própria África do Sul, com um exército mais antigo que

<sup>1</sup>Entendimentos entre Angola e África do Sul iniciados no começo do ano, no sentido de cessarem os atos de hostilidade e agressão a partir dos seus territórios.



Nesses nove anos de independência, o governo angolano conseguiu impulsionar as cooperativas agrícolas (foto acima); incentivar o relacionamento diplomático (na foto, o presidente na Espanha); organizar um dos exércitos mais poderosos da África, democratizar e ampliar a rede de ensino e colocar as riquezas naturais e a produção industrial a serviço do povo e das necessidades do desenvolvimento



***“Queremos ajudar a encontrar uma solução pacífica para o problema da Namíbia e o primeiro passo deverá ser a conclusão de um cessar-fogo”***

o da República Popular de Angola, não pode controlá-los no interior da Namíbia.

Não somos apologistas da guerra, queremos ajudar a encontrar uma solução pacífica para o problema da independência da Namíbia. Não há dúvidas de que, o primeiro passo, nesse sentido, deverá ser a conclusão de um acordo de cessar-fogo entre a África do Sul e a Swapo, seguido da aplicação da Resolução 435/78 das Nações Unidas.

O problema namibiano não é um problema angolano. A administração da Namíbia está formalmente entregue a um organismo das Nações Unidas e não é justo, portanto, que se pretenda impor condições a Angola para a resolução de um problema internacional. Há, de fato, uma ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e a Swapo é reconhecida internacionalmente como representante legítimo do povo namibiano. A Swapo, por conseguinte, não é uma criação do governo de Angola. Ela é uma organização que age de forma independente e soberana.

Dentro de um espírito construtivo, cooperamos com a Swapo e temos mantido um certo diálogo com a África do Sul de forma a encontrar uma solução justa para o conflito da Namíbia.

*Se os demais países da Linha de Frente aceitassem, no contexto das Nações Unidas, uma força de paz para garantir eleições livres na Namíbia, Angola também tomaria a mesma posição?*

— Nós consideramos a Resolução 435/78 do Conselho de Se-

gurança das Nações Unidas como a única base sólida para a solução da questão namibiana e essa resolução prevê, claramente, que o período de transição se processe sob o controle das forças das Nações Unidas. E é esta opinião que tem sido expressa, repetidas vezes, pelos países da Linha de Frente nas suas declarações.

*Angola pretende aderir formalmente à nova Convenção de Lomé? Quais as vantagens e as desvantagens dessa associação?*

— O governo de Angola tem participado das discussões do texto da nova Convenção designada de Lomé-3 — que deverá substituir Lomé-2. A adesão de Angola à Convenção de Lomé-3 dependerá do seu conteúdo. Não teremos, evidentemente, qualquer interesse em aderir a uma convenção que prejudique os interesses de Angola. Isso não significa que Angola queira se isolar, mas que deseja procurar um relacionamento econômico e financeiro justo com os países da Europa. Esperamos que, nesse sentido, o texto da Nova Convenção corresponda aos nossos anseios.

*Existe algum plano de aproximação com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional?*

— Nós temos estudado a experiência dos outros países do chamado Terceiro Mundo que têm relações com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional. Estamos desejosos igualmente de estudar os mecanismos internos dessas instituições. Isso significa que será perfeitamente admissível, numa primeira fase, o estatuto de observador para Angola.

*O governo de Luanda vai votar a favor da participação da República Árabe Saaraui Democrática (Rasd) na próxima conferência da OUA, mesmo que isso signifique um novo boicote de*

*Marrocos? No entender do seu governo, existe alguma possibilidade de uma solução de consenso do problema?*

— Angola é um dos países africanos que reconheceu a Rasd e, por conseguinte, considera como base mínima para a solução deste problema a Resolução 104 da OUA segundo a qual o Marrocos se comprometeu a realizar o referendo de autodeterminação antes da próxima reunião de cúpula da OUA.

Duvidamos, entretanto, que esse referendo ainda possa se realizar antes da reunião dos chefes de estado africanos.

Nessa altura, não teremos outra alternativa senão condenarmos aqueles que não respeitaram as decisões da OUA. E, me parece que esta será a opinião dominante no seio da nossa organização, por ser lógica e justa.

*Há informações de que o grupo de Savimbi, a Unita, estaria agora operando também a partir do Zaire. O senhor confirma essas informações?*

— Várias movimentações de elementos armados da Unita em áreas próximas da fronteira com o Zaire e algumas ações armadas desenvolvidas contra localidades situadas nas imediações da linha que demarca o território de Angola do do Zaire, levam-nos a admitir que algumas faixas fronteiriças do território zaireense estejam sendo utilizadas pela Unita. Contudo, não podemos afirmar que tais ações sejam levadas a cabo com o consentimento do governo central daquele país, com o qual, aliás, o governo de Angola estabeleceu um entendimento, desde 1978, sobre a não utilização por qualquer das partes, do seu território, para ações armadas contra o outro.

Não há dúvida que temos utilizado as vias diplomáticas habituais e continuaremos a utilizá-las para a resolução dessas situações que são cada vez mais veicu-

ladas, com acentuada preocupação, na imprensa internacional.

*Os ataques da Unita contra instalações petrolíferas em Cabinda reduziram a produção angolana de hidrocarbonetos?*

— Não há provas de que esse ataque tenha sido feito por elementos da Unita, pois esse agrupamento não opera na província de Cabinda. A sabotagem efetuada causou alguns prejuízos provocados pela paralisação necessária à reparação dos condutos.

*Angola concorda com a idéia de fixar a sede permanente da OUA em Addis Ababa?*

— Sim, a sede permanente da OUA sempre foi Addis Ababa. O que se pretende evitar agora é o sistema rotativo da realização das reuniões de cúpula da OUA em vários países africanos, por questões de ordem prática e até material já que nem todos os países dispõem de instalações e meios para abrigar conferências com tão elevado número de participantes. Está claro que é mais racional realizar todas as reuniões de cúpula da OUA na sede, onde felizmente essas condições já estão criadas.

*As relações entre Angola e Portugal passaram por momentos muito difíceis há alguns meses. Atualmente, a situação melhorou ou piorou?*

— Mantém-se estacionária.

*Vários empresários portugueses estão se associando com firmas e organizações de países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Suécia e França para atuarem em países africanos, nas chamadas "operações triangulares". Angola acredita que esse tipo de associação possa ser estimulado? Quais as vantagens e desvantagens?*

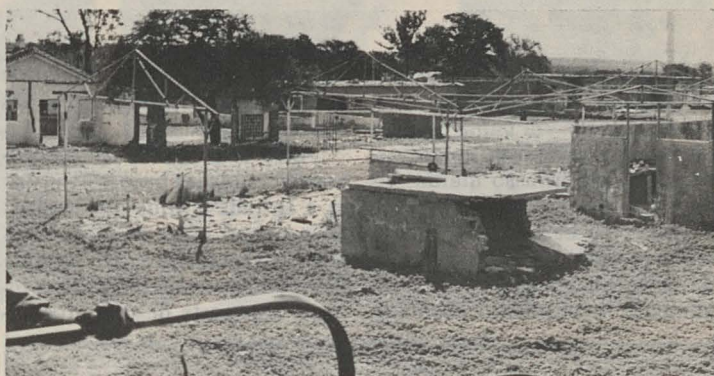
— Nós preferimos o relacionamento bilateral.

*Delegações angolanas têm vi-*

*sitado ultimamente países latino-americanos e, especialmente, o Brasil. Como o senhor vê o fortalecimento do intercâmbio com essas áreas?*

— Há boas perspectivas para a expansão da cooperação econômica e do intercâmbio comercial com os países da América Latina. Com o Brasil, possuímos um volume de trocas comerciais considerável e uma cooperação econômica crescente em vários campos.

Há relações políticas normais e um ambiente de compreensão e entendimento que queremos manter e mesmo desenvolver.



Sabotagens sul-africanas: "o isolamento de Pretória deve ser mantido"

Há uma língua oficial comum que facilita o contato entre os dois povos. Há várias afinidades culturais e, em consequência, uma grande possibilidade de desenvolver relações harmoniosas com base no respeito pela soberania de cada Estado e das suas opções políticas e de ampliar uma cooperação econômica que sirva aos interesses do desenvolvimento dos dois países. Com esse espírito, dispensamos esforços para manter um intercâmbio regular de delegações a vários níveis e exprimimos a nossa satisfação pela forma como se desenvolve também o intercâmbio na esfera da Cultura e do Esporte.

*Dirigentes africanos têm feito declarações contrárias a uma possível viagem do presidente P.*

---

**"Há boas perspectivas para a expansão da cooperação econômica e do intercâmbio comercial com os países da América Latina"**

---

*W. Botha a nações do continente. Como o governo angolano vê essa aparente iniciativa sul-africana para romper o bloqueio diplomático, imposto há várias décadas contra o regime de Pretória?*

— Com essa iniciativa, Pretória pretendia convencer alguns países que estavam se processan-

do mudanças sérias e substanciais na sua política interna, ao pôr em prática uma nova Constituição, com vistas a paralisar, desse modo, toda a solidariedade para com o ANC e o povo sul-africano. Ao mesmo tempo, mobilizaria também esses países para uma solução injusta do problema da Namíbia fora do espírito da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, excluindo a participação da Swapo e fazendo prevalecer a chamada política de *linkage*.

O isolamento diplomático de Pretória deve ser mantido porque constitui uma forma de pressão, entre outras, que tende a acelerar a adoção de uma solução justa para os problemas do *apartheid* e da independência da Namíbia. ●

## Pretória aperta o cerco político

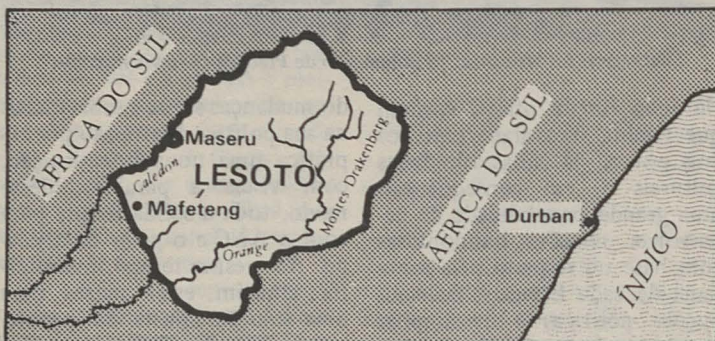
O governo desse pequeno reino encravado no território sul-africano enfrenta pressões esmagadoras do "apartheid" para assinar um tratado de não-agressão

Carlos Castilho

A partir de setembro passado, Maseru, a capital do Lesoto, passou a viver um clima que em muito se assemelhava ao da véspera de uma invasão militar. Os membros do governo e do Partido Nacional Basoto (BNP) sentiram a pressão sul-africana crescer de tal forma que perceberam um iminente sufocamento econômi-

co e fizeram um apelo dramático ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Além de aumentar as tradicionais dificuldades burocráticas para a entrada e saída de cidadãos no pequeno reino de 30 mil quilômetros quadrados, as autoridades sul-africanas começaram a reter o transporte de produtos im-



O reino do Lesoto, com 1.370.000 hab. está totalmente cercado, geográfica e economicamente, pelo regime de Pretória. Não se tem certeza se o primeiro-ministro Leabua Jonathan (ao lado) conseguirá suportar o estrangulamento, que já começa a se tornar asfíxiante

portados pelo Lesoto, desaceleraram as remessas de dinheiro dos quase 400 mil trabalhadores migrantes empregados na região do Cabo, ameaçaram boicotar um projeto de irrigação crítico para a economia desse pequeno país e, finalmente, insinuaram que apenas opositores do primeiro-ministro Leabua Jonathan poderiam entrar na África do Sul como turistas ou imigrantes.

A violência das pressões exercidas pelo governo de Pretória visa quebrar a resistência de Jonathan contra a assinatura de um acordo de não-agressão, semelhantes aos já assinados pela África do Sul com a Suazilândia e Moçambique. Através do acordo, Pretória pretende basicamente impedir que refugiados antirracistas ligados ao Congresso Nacional Africano (ANC) vivam em Maseru. Outro alvo da "operação estrangulamento" deflagrada pelo *apartheid* é a política externa independente de Jonathan, que estabeleceu relações diplomáticas com países socialistas como a China, vinculou o Lesoto à Conferência de Coordenação do Desenvolvimento Econômico da África Austral (SADCC) — formada por governos antirracistas e procura manter a velha tradição de território neutro para perseguidos por questões raciais.

A partir de setembro, as autoridades do Lesoto começaram a admitir que o cerco sul-africano pode se tornar insuportável. O pequeno reino está totalmente cercado pela África do Sul. Não tem acesso ao mar, todo o seu comércio exterior passa pelo poderoso vizinho, importa dez vezes mais do que exporta e tem o seu sistema financeiro amarrado ao sistema bancário de Pretória. O Lesoto só consegue equilibrar o seu orçamento graças às remessas de dinheiro provenientes das economias dos trabalhadores migrantes que formam 45% da força de trabalho do país.





Arid Vellan/Unicef

O governo e o povo do Lesoto procuram manter a tradição de território neutro para perseguidos por questões raciais

### Operações tipo comando e assassinatos

Desde 1970, a África do Sul intervém abertamente na política interna do Lesoto fomentando movimentos políticos dissidentes sempre que a posição oficial em Maseru contraria os interesses de Pretória. Em 1977, as fronteiras foram fechadas pela África do Sul em represália ao fato de que o Lesoto não reconheceu a "independência" do bantustão de Transkei. E, em 82, as tropas sul-africanas passaram a hostilizar militarmente o governo do reino através de invasões do tipo comando, atentados terroristas e assassinato de dirigentes políticos do BNP.

O estrangulamento pela África do Sul provocou uma profunda reorientação dos grupos políticos do Lesoto. O primeiro-ministro Leabua Jonathan, que

chegou ao poder em 70 através de um golpe de estado, apesar de ser anticomunista passou a se alinhar cada vez mais com os governos revolucionários da África Austral. Em compensação, o Partido do Congresso Basoto (BCP), inicialmente anti-racista, sofreu crises internas, e hoje o seu líder, Ntsu Mokhele, é um aliado de Pretória.

A mudança de Jonathan tornou-o popular dentro do país, na medida em que ele justificou a sua independência em relação a Pretória para manter o conceito de "nação dos refugiados", em vigor desde o século passado, quando o rei Moshoeshoe liderou a resistência nas montanhas contra ataques de colonos brancos racistas que desejavam capturar trabalhadores negros fugitivos. Para o primeiro-ministro, ceder às pressões do *apartheid*

significa hoje trair a história do Lesoto. No passado, Jonathan, apesar da disparidade de forças, conseguiu resistir graças aos apelos feitos à consciência moral dos países membros da Comunidade Econômica Européia (CEE) que deram ajuda ao pequeno reino, menor do que a Suíça, como uma forma de contrabalançar os poderosos vínculos entre as transnacionais do Velho Mundo e o *apartheid*.

O sufocamento se tornou mais agudo em agosto e setembro, quando a África do Sul reteve durante semanas um carregamento de armas compradas pelo Lesoto na Inglaterra e Itália. Em seguida, surgiram indicações de que a polícia de Pretória passou a exigir, além do passaporte, a carteira de membro da Aliança Democrática Basoto (BDA) a todos os cidadãos do Lesoto que

entrassem em território sul-africano. A BDA é um partido anti-comunista de oposição a Jonathan, liderado pelo ex-ministro do exterior Charles Molapo e que é apontado como um homem da confiança do ministro das Relações Exteriores sul-africano, Roelof Botha.

### Diminuir a dependência energética

Mas a situação ficou pior ainda quando Pretória ameaçou boicotar os planos do Lesoto de desenvolver um projeto hidrográfico nas águas do rio Senqu, que corre do planalto em direção ao rio Orange, na África do Sul. O projeto deve custar cerca de um bilhão e 200 milhões de dólares e, uma vez em funcionamento, permitirá ao Lesoto vender água à região industrial da Cidade do Cabo. A partir de 1994, essa importante cidade sul-africana deve esgotar todas as suas possibilidades de abastecimento autônomo, segundo levantamentos técnicos recentes.

Além disso, a utilização das águas do rio Senqu ampliará o sistema de irrigação do planalto do Lesoto bem como permitirá a construção de usinas hidrelétricas que diminuirão a dependência energética quase total do reino em relação à África do Sul. Vários países europeus já demonstraram interesse em fornecer os créditos e financiamentos necessários à realização da obra, que deve, pela primeira vez na história do Lesoto, criar condições concretas para diminuir o estrangulamento econômico do país pelo seu poderoso e agressivo vizinho.

Só que o projeto é inviável sem a participação sul-africana, já que se trata de recursos naturais localizados numa área fronteiriça e que, pela lei internacional, só podem ser explorados em regime de cogestão. E aí entra a pressão sul-africana, que procura se aproveitar da necessidade

alheia para lograr ganhos políticos que lhe sejam proveitosos. A rigor, o governo de Pretória não necessita de um pacto de não-agressão com o Lesoto. O *apartheid* já mostrou, em vezes anteriores, que suas forças militares podem entrar e sair do reino à hora que quiserem, graças à enorme disparidade de efetivos e equipamentos. Os refugiados do ANC também já sabem há muito tempo que estão permanentemente sob vigilância e que, portanto, não podem contar com o território do Lesoto como base para operações militares além-fronteira.

### Usar a força econômica

As pressões a favor do pacto de não-agressão são assim eminentemente políticas, e fazem parte da chamada estratégia da "constelação de estados", através da qual Pretória quer usar sua força econômica sobre vizinhos mais fracos e dependentes, para afastar o mais longe possível das fronteiras do *apartheid* qualquer núcleo de ação guerrilheira do ANC. Além do Lesoto, também Botsuana e Zimbábue enfrentam o mesmo tipo de estrangulamento, mas o caso do pequeno reino é ainda mais dramático porque está totalmente cercado geográfica e economicamente pelo regime de Pretória. A resistência de Jonathan à assinatura do acordo é um precedente perigoso para o presidente sul-africano P. W. Botha já que ameaça todo o jogo de Pretória. Se um país pequeno e enclausurado consegue evitar um recuo diplomático, outros países da região podem sentir-se também fortalecidos.

Em Maseru, os meios políticos não têm certeza se o primeiro-ministro Leabua Jonathan vai conseguir suportar o estrangulamento que já começa a se tornar asfíxiante. O ministro das Relações Exteriores do reino, E.R. Sekhonyana, um defensor in-

transigente da resistência ao cerco, foi substituído recentemente no cargo por um político mais conciliador, V.M. Makhele, que é também secretário geral do BNP. A mudança aconteceu logo depois de dois outros ministros terem abandonado o governo para aderir à BDA, que no momento é o único partido a exigir abertamente uma acomodação com a África do Sul.

O próximo passo de Jonathan no seu esforço para manter a independência deve ser a convocação de eleições gerais. O primeiro-ministro vem prometendo uma votação desde 1970, mas adiou sucessivamente a consulta popular alegando que ela serviria para os propósitos desestabilizadores da África do Sul e seus aliados internos no Lesoto. Agora, a eleição se transformou numa espécie de tábua de salvação para o líder do BNP. Se ele conseguir uma clara maioria de votos, o seu prestígio será fortalecido e, com ele, as chances da resistência continuar. Por isso, a África do Sul começou a "jogar pesado" também no terreno político-eleitoral, acreditando-se que deverá ampliar ainda mais o arsenal de intimidações na tentativa de atemorizar a população do Lesoto. Trata-se de uma batalha crítica para o chefe do governo, já que, além da BDA, o governo de Pretória conta também com as simpatias do BCP, o partido do qual Ntsu Mokhele foi líder e que venceu as eleições de 1970, anuladas por Leabua Jonathan.

O trabalhador do Lesoto, empregado na África do Sul, poderá perder o emprego no momento em que não puder provar que é membro da BDA, caso a exigência da filiação partidária for mantida nos postos de imigração na fronteira entre os dois países. E a ameaça de perder emprego pago em *rands* deve ser uma poderosa arma para assustar os eleitores do partido do governo.

## Ásia

### Nova Caledônia

# Os kanak: “Estamos prontos para o combate”

Uma jovem dirigente independentista dessa ilha da Melanésia meridional explica a luta do seu povo contra o colonialismo francês\*

“Queremos a nossa independência agora e a queremos de acordo com as nossas condições”. Essa afirmação, de uma dirigente *kanak*, mostra o estado de espírito e a decisão de luta da população da Nova Caledônia, uma das possessões da França no Pacífico Sul. Situada entre as Novas Hébridas a leste e Austrália a oeste, a Nova Caledônia está em poder da França desde 1853. (ver mapa)

Com a eleição de Mitterrand para a presidência francesa, as esperanças dos partidos independentistas cresceram. Os *kanaks* apoiaram na expectativa de pôr fim a uma situação colonial que mergulhou o povo na miséria pela concentração de renda nas mãos dos colonos franceses, dos homens de negócios europeus e dos *caldoches*, nascidos em Nova Caledônia, porém associados ao sistema de exploração colonial, onde ocupam os cargos públicos mais importantes.

Mas os anos se passaram e não só o governo socialista francês não deu sinais de se interessar na descolonização da Nova Caledônia



Com uma superfície total de 19.058km<sup>2</sup> o arquipélago é constituído pela ilha de Nova Caledônia (16.700km<sup>2</sup>) e dezenas de pequenas outras. De origem vulcânica, o relevo é montanhoso e com recifes costeiros. A vegetação é densa e o subsolo rico em jazidas minerais. No censo de 1981, sua população era de 140 mil habitantes, de origem melanésia (os *kanak*), além de minorias francesas e descendentes de franceses (os *caldoches*). Até 1898, foi utilizada pela França como colônia penal para presos políticos e condenados a trabalhos forçados. Atualmente, como território ultramarino francês, existem os seguintes partidos políticos: Assembléia Popular Caledônia para a República (RPCR), conservador e pró-francês; União Caledônia (UC), independentista moderado; Partido de Libertação Kanak (Palika), independentista radical; e outros partidos menores das três tendências.

\* O texto está baseado num artigo do correspondente da agência *Interpress Service (IPS)*, Ravindran Casinader.

nia, como o fato dele financiar mais da metade do orçamento do seu "território ultramarino" (ver *Guia do Terceiro Mundo* 1984-1985, pág. 437) permite pensar que ele continua sendo um ponto chave para a França.

Susanna Ounei é uma dos 60 mil melanésios *kanak* dessa ilha do Pacífico Sul de 19.058 km<sup>2</sup>. E a sua vida expressa muito bem toda a luta do seu povo. Recentemente, ela se acorrentou às varandas da casa de governo em Numea, a capital, e esteve vários meses na prisão por suas atividades em prol da independência.

O processo de tomada de consciência de Susanna foi igual ao de tantos outros, mais uma reação à discriminação e ao racismo do qual fora vítima desde criança do que um posicionamento intelectual. "As crianças brancas recebiam toda a atenção, enquanto que nós, *kanak*, éramos ignorados. Os professores nos chamavam de *kanaks* sujos", conta ela lembrando aqueles anos.

Na recente Conferência Cristã da Assembléia da Juventude da Ásia, Susanna Ounei deu um apaixonado depoimento de sua vida e luta. "Ainda com 12 anos de idade, pensava que algum dia haveria um movimento formado por negros para lutar contra essas injustiças", afirmou perante os 260 delegados de 20 países da Ásia e do Pacífico que a escutavam.

#### Os "cachecóis vermelhos"

Seu sonho se tornou realidade em setembro de 1969, quando Nidoish Naissellive, um estudante *kanak* que estava na França, retornou para fundar um grupo político chamado "cachecóis vermelhos". "Nessa época, nossas ações de protesto provocaram uma intervenção brutal da polícia, especialmente porque não éramos muitos", lembrou. Ao mesmo tempo, Susanna tam-

bém se sentia revoltada pela forma como os homens tratavam as mulheres do grupo. "Parecia que os homens as aceitavam só para deitar-se com elas após as reuniões", declarou.

Junto com outra mulher, Dewe Godorey, Susanna iniciou um trabalho relativo a problemas exclusivamente femininos. "Os egos dos homens se sentiram feridos e nos acusaram de exagerar as coisas e de copiar as feministas francesas. Eles falavam da libertação de seu povo mas tratavam suas esposas como escravas".

A 24 de setembro de 1974, data do aniversário da colonização francesa, Dewe e Susanna foram presas junto com outros 10 *kanak*, por liderar uma manifestação de protesto. "Nos deram uma grande surra e passamos todo o dia em interrogatórios, enquanto eles procuravam responsabilizar a um de nós", afirmou Susanna perante a Conferência.

Pouco depois de sair da prisão, ambas as dirigentes percorreram toda a ilha para conscientizar e mobilizar as mulheres. Em uma Assembléia Geral convocada por elas, vieram muitas mulheres de uma região chamada Koindome, mas o seu porta-voz era um homem. "Quando vi aquilo, perguntei como era possível que um homem falasse pelas mulheres. Foi feita uma votação e todas as mulheres decidiram que o homem se retirasse".

Em 1983, Susanna Ounei abandonou suas tentativas de influenciar os grupos femininos dos partidos independentistas da Nova Caledônia "porque eram os maridos que organizavam as seções de mulheres, cujas atividades se limitavam a costurar e cozinhar tortas para o partido". Ela fundou então uma organização de mulheres *kanak* chamada *Grupo de Mulheres Kanak Exploradas em Luta (GFKEL)*.

"Os homens entendem o problema do colonialismo, mas não compreendem a luta das mulhe-

res, e nos damos conta que só nós mesmas podemos fazer algo sobre isso", acrescentou.

#### Os "kanak"

Antes da chegada dos franceses, havia uns 200 mil habitantes na Nova Caledônia, mas devido às doenças e à violência francesa, em 1920 eram menos de 30 mil. Na atualidade, a população está em torno dos 60 mil *kanaks*, mas em decorrência da imigração estimulada pelos franceses na década de 70, eles só representam 42% da população total. Os *kanak* só possuem 10% das terras, mas devem viver em "reservas" das quais até 1946 não podiam sair sem autorização. Setenta por cento dos jovens *kanak* estão sem emprego.

A 13 de julho deste ano, a Assembléia Nacional francesa adotou um estatuto de autonomia para a Nova Caledônia, mas recusou emendas propostas pela Frente Independentista, razão pela qual quatro dos cinco partidos que a constituem decidiram boicotar as eleições para a Assembléia Territorial previstas para este mês de novembro.

O estatuto aceitou estabelecer a convocação para um referendo sobre a independência em 1989, incluindo o povo *kanak*. Estes exigem que só aqueles que tenham um de seus pais nascido na ilha possam votar e que o referendo se realize antes da data prevista. Se for aceita essa reivindicação, os *kanak* terão a maioria.

"Queremos a independência agora", afirma Susanna. "Nós, *kanak*, somos os únicos que temos o direito inato de determinar a forma da independência. Os franceses procuram usar o estatuto para impor-nos seus pontos de vista, e tentam ganhar tempo e votos para uma nova resolução colonial, mas estamos organizados e prontos para combater", conclui a líder *kanak*. ●



**NICARÁGUA DE WALKER A SOMOZA**

Gregorio Selser, *Mex-Sur* Editorial, México, 1984, 332 pp.

As forças armadas dos Estados Unidos ocuparam o Haiti (1915-1934); a República Dominicana (1916-1924 e outra vez em 1965); Cuba em 1898-1901, 1906-1909 e 1917-1922. Houve outras intervenções esporádicas e de caráter transitório, que também foram perpetradas contra outras nações (Guatemala, Honduras, Colômbia e Panamá) ou o despojo da metade do território do México no século 19 e outras invasões e desembarques neste último país. Porto Rico constitui um caso diferente, reduzido a uma condição colonial por trás da fachada jurídica de "Estado Livre Associado" e, desde 1930, existe uma faixa territorial conhecida como Zona do Canal, que atravessa o Panamá como um estigma e que de acordo com os tratados assinados pelos ex-presidentes Torrijos e Carter, deve desaparecer a 31 de dezembro de 1999.

A Nicarágua também é um caso particular. Nenhum outro país do istmo centro-americano foi tão vítima da presença invasora norte-americana, aberta ou encoberta. O pirata William Walker fez desse país o campo de suas aventuras entre 1855 e 1857 e chegou até a se autodeclarar seu presidente; navios e tropas norte-americanas intervieram em sua guerra civil (1909-1911) e, em 1912, depois de acabarem à bala de canhão com a resistência heróica de Benjamín Zeledón, ocuparam o país até 1925; voltaram em fins de 1926 e permaneceram novamente até 31 de dezembro de 1932 e foram embora graças à resistência nacionalista e patriótica de Augusto César Sandino. No entanto, não se retiraram totalmente, porque deixaram, como "último *marine*", Anastasio Somoza García, cuja sangrenta dinastia se prolongou até 19 de julho de 1979, quando foi derrubada pelo levante armado comandado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

É essa história de mais de 120 anos de agressões, invasões, desembarques e intervenções dos Estados Unidos na Nicarágua que é relatada nesse novo livro de Gregorio Selser, autor, entre outras obras conhecidas, de "Sandino, general de homens livres", "O pequeno exército louco", "Apontamentos sobre a Nicarágua", "Reagan entre El Salvador e as Malvinas" e "Bolívia, a quartelada dos cocadólases".

O autor é, além de editorialista do jornal *El Día* do México, colaborador de *cadernos do terceiro mundo* e docente e pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos (Cela), da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam).

**REPORTAJE EN EL SALVADOR**

Gilberto Lopes, *Editorial Universitaria Centro-Americana (Educa)*, Col. *Debate*, Costa Rica, 1984. 234 pp.

Da mesma forma como aconteceu no Vietnã, as informações

sobre a guerra em El Salvador costumam ficar enroladas na emaranhada rede de interesses que as partes envolvidas no conflito tecem.

A informação oficialista, amplificada pela caixa de ressonância que Washington põe à disposição, apresenta — como no Vietnã — a imagem de uma guerrilha imoral e perdida, que não conta com o apoio popular e que sofre uma permanente desvantagem no campo de batalha.

No entanto, uma visita aos acampamentos da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e uma olhada atenta para os resultados dos quatro anos de luta ininterrupta



permitem detectar que a guerra pode ter outra cara e também outros resultados.

Gilberto Lopes, um jornalista brasileiro de longa trajetória na América Central — um dos profissionais feridos no recente atentado contra Edén Pastora, o "comandante Zero" —, incursionou por todos os meandros do conflito. Com sagacidade jornalística e estilo rápido e contundente, o autor rompe as barreiras deturpadoras da informação e nos oferece, límpidos, os fatos do campo de batalha, os malabarismos políticos, a presença dos Estados Unidos, o destino das várias reformas e, também, o aspecto humano da guerra.



**ANGLO-AMERICAN AND THE RISE OF MODERN SOUTH AFRICA**

(A *Anglo-American* e o surgimento da moderna África do Sul)  
Duncan Innes, Ravan Press, Joanesburgo, 1984.

Este é o primeiro estudo em profundidade sobre o enorme poderio econômico e político do complexo mineiro transnacional da *Anglo-American*, uma das maiores senão a maior empresa de mineração fora da Europa e dos Estados Unidos. O império da *Anglo* se estende hoje também à indústria, comércio, finanças e construção civil. Ela opera nos cinco continentes, tanto através de investimentos diretos, como em associações com outros conglomerados. Dentro da África do Sul, ela é a maior empresa privada e tem uma crescente influência na política e na economia do *apartheid*. A construção do império da *Anglo* está associada à figura do milionário Harry Oppenheimer, que hoje começa a se distanciar em relação ao *apartheid*, depois de ter usado a discriminação racial e a exploração da mão-de-obra barata dos negros como a principal fonte de recursos econômicos. Oppenheimer quer manter o seu império através de concessões à maioria negra, sem no entanto alterar as bases do capitalismo sul-africano. O estudo feito por

Duncan Innes mostra, com riqueza de detalhes, todas as negociações, golpes e manobras que permitiram à *Anglo* controlar quase 50% da economia sul-africana.

**CRY AMANDLA**

(O grito de liberdade)  
June Goodwin, Africana Publishing Co., Londres, 1984.

Este livro que acaba de ser publicado na Inglaterra reúne uma série de depoimentos de mulheres sul-africanas pertencentes a todos os grupos raciais e diversos estratos sociais. Inclui desde mulheres brancas de extrema direita pertencentes à sociedade secreta *afrikaaner*, a *Broederbond*, até militantes da *Umkhonto we Sizwe* (braço armado do Congresso Nacional Africano — ANC). O amplo painel de opiniões mostra a participação da mulher sul-africana na política do país e suas posições face ao racismo.

Os depoimentos das mulheres brancas chocam o leitor pela crueza e pela ausência total de escrúpulos no que se refere à discriminação. Uma delas chegou a afirmar: "Quando fui a Soweto (o bairro negro de Joanesburgo famoso pela sua miséria), eu vi crianças africanas nadando numa piscina. Elas estavam realmente felizes e comentei com uma amiga. Pela primeira vez na vida, eu tive a sensação de como deve ser agradável ser pobre". Já a mulher de um pastor branco da Igreja Reformada Holandesa chegou a dizer que "o desejo divino transformou o *apartheid* numa necessidade geográfica", e que "a política de desenvolvimento separado é uma profecia bíblica".

A maior parte do livro é ocupada com depoimentos de mulheres negras que inicialmente defendiam a não-violência mas, depois de terem sido presas e

torturadas, transformaram-se em militantes da guerrilha contra o racismo. O processo de libertação do patriarcalismo e das rígidas barreiras da sociedade tradicional é reproduzido através de longas entrevistas mostrando não só os dramas familiares como as atrocidades policiais e as dificuldades para a vida clandestina de mulheres negras.

**CONTINUAR CABRAL**  
Grafedito/Prelo, Estampa Lisboa, 1984. 705 pp.

Entre 17 e 20 de janeiro de 1983, realizou-se na cidade da Praia, Cabo Verde, um simpósio internacional dedicado à obra e pensamento de Amílcar Cabral, fundador das nacionalidades guineense e caboverdiana. Vinte meses depois (setembro de 1984), também desta vez por iniciativa do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), sai do prelo um grosso volume onde foram incluídas as diversas intervenções que se deram naquele importante foro sobre Cabral.

Obra de inegável valor, elemento precioso de consulta para todos aqueles que se interessam pela figura e pela obra de Amílcar Cabral, lamenta-se apenas, em "Continuar Cabral", a não inclusão dos debates que ocorreram após cada intervenção, dos cerca de 70 participantes, entre os quais se encontravam alguns dos mais destacados especialistas sobre assuntos africanos.

A memória e o pensamento de Amílcar Cabral continuam vivos e, evidentemente, não se esgotaram nesse simpósio. Um outro, aliás, se anuncia para o próximo mês de dezembro, em Bissau, desta vez organizado pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde).

## População

Índia

# Três décadas de planejamento familiar

Implantado na década de 50, o controle da natalidade é hoje aceito pela maioria da população do país

Ash Narain Roy

Há pouco mais de 10 anos, em agosto de 1974, o Plano de Ação Demográfica Mundial (WPPA) foi adotado em Bucareste (Romênia) e é ainda hoje o enunciado internacional mais completo da questão demográfica e seu relacionamento com o desenvolvimento sócio-econômico. O Plano ofereceu diretrizes valiosas para a formulação e implantação de medidas e programas demográficos pelos diversos governos e vem-se constituindo na estrutura básica para cooperação técnica entre países no setor populacional.

Nos últimos dois anos, a distribuição da população passou a constituir preocupação importante em muitos países do Terceiro Mundo. Essa preocupação é motivada pelas altas taxas de aumento populacional, baixas taxas de crescimento econômico, enormes diferenças de renda e padrão de vida entre regiões, e diferenças de grau de exploração dos recursos naturais e dos efeitos adversos sobre o ambiente.

Calcula-se que a população mundial, que era de cerca de quatro bilhões de pessoas em 1980, ultrapassará a casa dos seis bilhões no ano 2000. Em



outras palavras, em menos de duas décadas, a população da Terra aumentará em 50%. Noventa por cento desse aumento ocorrerão nos países em desenvolvimento, os quais já enfrentam pressões sobre os recursos de terra, alimentos, água, habitação, emprego, saúde e educação. A proporção crescente da população mundial que vive nos países mais pobres e menos de-

envolvidos e a parcela decrescente da riqueza mundial que cabe a esses últimos acabarão por adiar todos os programas de desenvolvimento em muitos países do Terceiro Mundo, caso não se tomem medidas oportunas para diminuir o aumento demográfico e melhorar as condições de vida da população, particularmente os menos favorecidos.

O fato de que, nos últimos dez anos aproximadamente, tenha havido um declínio perceptível da taxa de aumento da população mundial não deixa de ser encorajador. Mesmo em alguns países em desenvolvimento, o declínio das taxas de natalidade começou nos anos 50, tornando-se mais difundido e discernível nos anos 70. Segundo o "Relatório sobre o Estado da População Mundial", porém, esse declínio não deve ser interpretado como sinal de que "o

problema populacional" tenha sido resolvido. Pelo contrário, nos anos vindouros, as pressões geradas pelo aumento das cifras anuais agravarão os problemas ligados ao aumento da população (ver gráfico).

### Um caso singular

Entre os países em desenvolvimento, a Índia representa

terceiro mundo - 67

um caso singular pelo tamanho de uma população caracterizada por extrema heterogeneidade no que tange às condições físicas, econômicas, sociais e culturais. A população indiana, de 685 milhões pelo censo de 1981, responde por cerca de 15% de toda a população do mundo, enquanto a Índia só dispõe de 2,4% da área de terra total do nosso globo. Trata-se do país com a segunda maior população do mundo, mas ocupa somente o sétimo lugar em termos de terra disponível.

Desde sua introdução em 1951, o processo de planejamento familiar da Índia reconhecia o inter-relacionamento entre população e desenvolvimento sócio-econômico, bem antes que o país se tornasse signatário do Plano Internacional de Ação Demográfica em 1974. Após a Conferência de Bucareste, porém, o país vem dedicando atenção muito maior à integração de medidas de caráter demográfico no processo de desenvolvimento. No decorrer das três últimas décadas, a mortalidade diminuiu na Índia em quase 60%, caindo de 27,4 em 1951 para 11,8 por 1.000 habitantes em 1982, ao passo que a probabilidade de vida por ocasião do nascimento aumentou de 32 anos para cerca de 50 anos em 1974 e para mais de 55 anos em 1982. Para o ano 2000, a Índia pretende oferecer métodos eficazes de contracepção a 60% de todos os casais em idade de procriar e atingir uma taxa total de nascimentos de 21 por 1.000, uma taxa total de mortalidade de 9 por 1.000 e uma taxa de mortalidade infantil de menos de 60 por 1.000 crianças nascidas com vida.

B. Shankaranand, ministro da Saúde e do Bem-Estar Familiar da Índia, concedeu entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo. Eminentemente parlamentar e renomado batalhador social, Shankaranand foi eleito quatro vezes para o Parlamento (*Lok*

*Sabha*), ou seja, em 1967, 1971, 1977 e 1980. Desde outubro de 1980, ele vem ocupando a pasta da Saúde e do Bem-Estar Familiar do governo da Índia. Eis o texto da entrevista:

*Quais os pontos principais dos programas de controle de natalidade da Índia, que vêm merecendo aprovação geral e conquistaram para o país um prêmio das Nações Unidas, juntamente com a República Popular da China?*

— Instalamos na Índia uma vasta infra-estrutura para um extenso programa de planejamento familiar. Um grande quadro de pessoal paramédico e de visitantes vem sendo treinado. Temos dado ênfase à assistência de saúde materna e infantil, e conseguimos fazer baixar as taxas de mortalidade materna e infantil. Nosso programa é de natureza inteiramente voluntária. Não há absolutamente qualquer compulsão ou coação. Como disse a sra. Indira Gandhi,<sup>1</sup> primeira-ministra indiana: “O planejamento familiar deve ser um movimento popular, do povo, pelo povo e para o povo. Só assim poderemos transformar nossas esperanças em realidade”.

A disseminação de informações sobre normas para famílias de tamanho reduzido, especialmente nas áreas rurais e nas áreas urbanas pobres, é empreendida em três níveis: 1) comunicação interpessoal; 2) métodos inovadores utilizando meios de comunicação de massa; 3) através da ação de líderes comunitários.

O governo fornecerá apenas os serviços e suprimentos necessários através de vários centros e subcentros de saúde, destinados principalmente a dar cobertura às áreas rurais. A Índia foi

<sup>1</sup>Esta matéria já estava editada quando ocorreu o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi. Mais detalhes do fato na seção “Panorama Tricontinental”.



o primeiro país do mundo a adotar um programa oficial de planejamento familiar, realizado em 1952. De lá para cá, nossos sucessivos Planos Quinquenais têm dado ênfase crescente a esse programa.

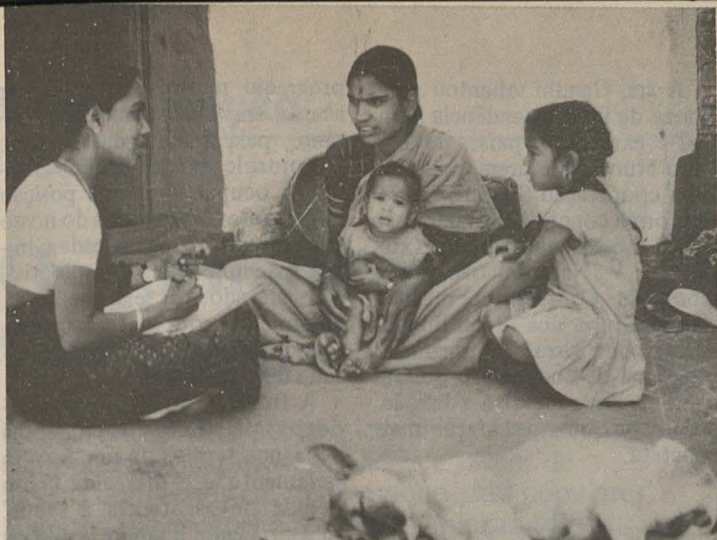
Com o próximo Plano Quinquenal, esperamos dar cobertura a toda a população do país. Nosso objetivo é não só reduzir o tamanho da família ou o número de filhos por família, mas também garantir a existência de um núcleo familiar feliz, sadio e próspero, o que, na situação atual de nosso país, significa uma família pequena.

#### A conferência do México

*\*Quais os principais resultados da recente Conferência do México sobre População?*

— Todos os países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, concordam em que a taxa crescente de aumento populacional não contribui para que a humanidade tenha um futuro melhor. Nos países em desenvolvimento, em particular, deve-se tentar não somente obter o crescimento econômico, mas também dar maior ênfase a questões sociais tais como a eliminação da pobreza maciça, a promoção do nível de emprego e a satisfação das necessidades básicas de todos.





Para o ministro Shankaranand (pág. ao lado), "nosso objetivo não é só reduzir o número de filhos por família, mas também garantir a existência de um núcleo familiar sadio e próspero"

Muitos países manifestaram-se fortemente contra o aumento maciço de armas nucleares, que vem consumindo uma soma fantástica de recursos que, de outra forma, poderiam ter sido aplicados no desenvolvimento sócio-econômico dos países pobres. Há um vínculo evidente entre desarmamento e desenvolvimento; juntos, estes dois poderiam criar condições para melhorar a qualidade de vida e estabilizar a população mundial. O problema, porém, continua sem solução: a corrida armamentista persiste e o desenvolvimento continua prejudicado.

*O senhor já disse várias vezes que há uma íntima correlação entre controle populacional e a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Poderia esclarecer qual é essa correlação?*

— Sem dúvida, as atuais agências monetárias internacionais precisam ser reformadas. Os recursos e fundos de ajuda econômica devem tornar-se disponíveis de modo a não só aliviar a difícil situação do Terceiro Mundo no tocante à dívida externa, mas também contribuir para colocar em ordem suas economias. Seria necessário também criar uma si-

tução política conveniente neste particular, de modo a injetar o espírito de cooperação em todos os países do Norte e do Sul, e não um espírito de confrontação.

*Qual é a sua opinião sobre a situação reinante no Terceiro Mundo, ou seja, menos gastos com educação, saúde pública e maiores gastos com armas e defesa?*

— Nessa área, a atitude do mundo desenvolvido merece críticas. A economia mundial sofreu mudanças enormes nos últimos dez anos. O processo de desenvolvimento nos países mais pobres vem sendo estrangulado. Consequentemente, a pobreza no mundo tornou-se ainda mais aguda e acarreta a questão da sobrevivência de muitas pessoas no mundo em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, aqueles que procuram expandir sua participação no mercado mundial de armamentos, mediante a transferência de armas, tendem a gerar uma grave situação nos países em desenvolvimento. Criam artificialmente a necessidade urgente de defesa nacional, a qual naturalmente desvia seus principais recursos para fins de defesa,



às custas do desenvolvimento sócio-econômico.

### O papel dos Não-Alinhados

*De que forma pode o Movimento Não-Alinhado desempenhar um papel na preservação de uma paz mundial e na construção de uma ordem mundial justa?*

— A humanidade encontra-se hoje numa encruzilhada de desconfiança e hesitação. Toda ela vive hoje sob as nuvens negras de uma confrontação nuclear. Como já disse, a não ser que a diferença crescente entre Leste e Oeste e a situação estagnada entre o Norte e o Sul sejam resolvidas, nenhum esforço que fizermos no sentido de dirigir nossas energias para o bem-estar do planeta trará resultados. Em tais circunstâncias, o Movimento Não-Alinhado oferece o único raio de esperança no sentido de promover um clima internacional de paz duradoura e de segurança e de inverter a tendência na direção de uma contínua corrida às armas que tem levado a um desbaratamento inútil de recursos.

*Que medidas podem tomar os não-alinhados, sob a liderança da Índia, para quebrar o atual*

terceiro mundo - 69

*impasse no diálogo Norte-Sul, e como poderia a cooperação Sul-Sul tornar-se mais eficaz e produtiva?*

— Imediatamente após o encerramento da Sétima Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em Nova Déli em março de 1983, nossa primeira-ministra, sra. Indira Gandhi, tratou de resolver, sem perda de tempo, o impasse entre Norte e Sul. Para esse fim, convocou uma conferência de cúpula entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a ser realizada durante a sessão da Assembléia Geral da ONU em fins daquele ano. As consultas feitas em Nova Iorque salientavam a necessidade de que os países do Norte compreendessem que a solução das dificuldades dos países em desenvolvimento e a criação de melhores condições de comércio e de desenvolvimento para esses últimos interessavam tanto a eles próprios quanto ao Terceiro Mundo.

A sra. Gandhi salientou a natureza da interdependência mundial e exortou os países do Terceiro Mundo a levarem mais a sério a cooperação Sul-Sul, dando-lhe forma concreta. Foi para isso que o nosso ministro do Exterior, P. V. Narasimharao, participou da Conferência ministerial do Grupo dos 77 em Buenos Aires, com vistas a integrar o programa de cooperação Sul-Sul e dar-lhe novo impulso e direção, bem como uma orientação mais concreta.

*Como o senhor vê o fato de os EUA vincularem seus planos de ajuda aos países pobres à adoção, por um lado, de uma economia baseada na livre empresa e, por outro, a não adoção de técnicas de controle da natalidade tais como aborto, preservativos, vasectomia etc.?*

— Falando com base na experiência do meu país, posso afirmar que o planejamento familiar

progrediu muito e promete ser aceito, em futuro não muito distante, pela maioria das pessoas. O controle da natalidade continua a ocupar a mesma posição importante no programa do nosso governo que ocupava desde o início, mas hoje visa a um objetivo mais elevado, ou seja, melhorar, juntamente com outros programas de desenvolvimento, a qualidade de vida do povo.

A Interrupção Médica da Gravidez (IMG) é regulamentada na Índia nos termos de um Ato do Parlamento e é oferecida como medida de assistência à saúde. Só é praticada quando a vida da mãe corre perigo. Nunca recorre-mos à interrupção da gravidez simplesmente como meio de promover a redução da taxa de aumento populacional. Tanto em sua natureza como em sua orientação, nosso programa de planejamento familiar é inteiramente voluntário. Somos totalmente contrários à compulsão ou coação. ●

# BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL  
de difusão  
para o exterior  
da Frente Sandinista  
de Libertação Nacional  
— FSLN



## Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 6.000,00  
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 12.000,00

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

Estou remetendo  vale postal  cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura  trimestral  semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

## Comunicação

Moçambique

# Os jornalistas “descalços”

Um revolucionário projeto jornalístico transforma camponeses, operários, mulheres e jovens de aldeias do interior em “correspondentes populares”, aliando lápis e papel à tecnologia mais moderna

Todos os dias, às cinco horas da manhã, os quase 50 mil moradores do bairro de Huleme são despertados pelos 400 watts de som emitido pelas quatro cornetas de alto-falantes localizadas numa torre de 200 metros de altura. A voz do locutor se espalha por uma área de quase um quilômetro de raio, desejando a todos um bom início de dia. Nem o som das turbinas de um jato no aeroporto de Mavalane, situado a menos de dois quilômetros, consegue sufocar a voz de Ariel Macuacua, um funcionário público que hoje é o morador mais conhecido do bairro habitado por gente pobre na periferia de Maputo.

Ariel é um dos oito animadores do Centro de Comunicação Social de Huleme e um dos primeiros a participar de uma experiência de comunicação de massas inédita em todo o continente africano e talvez no mundo inteiro. É toda uma estrutura que começou a surgir no final dos anos 70, em Moçambique, e que tem como objetivo básico integrar, desde os moradores de longínquas aldeias do interior até a população mais pobre das grandes cidades, no complexo e até sofisticado campo da comunicação social. O ambicioso projeto lançado pelo Gabinete de Co-

municação Social do Ministério da Informação, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), engloba todos os veículos de transmissão de informações, desde o velho quadro negro até o sofisticado sistema de vídeo-cassetes. Tudo operado

Moçambique estão hoje espalhados por 83 centros de comunicação social, notadamente no norte do país, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e no sul do país. Há cinco anos, não existia quase nada disso, mas até o final de 84, já devem estar funcionando 140 unidades iguais à do bairro de Huleme. O Gabinete de Comunicação Social, além de coordenar os centros, tem a responsabilidade pela emissão de um programa diário nacional na Rádio de Moçambique, um jornal semanal impresso em *offset*, audiovisuais para projetor de *slides*, produção de documentários em vídeo e filme para TV, um centro de pesquisa e interpretação da imprensa, cursos de formação, uma emissora independente na província de Xai-Xai, oficinas de reparação e montagem de equipamentos eletrônicos, quatro unidades móveis de alto-falantes montadas em jipes *Toyota* e uma comple-



Um repórter entrevista para o programa “Aldeia Comunal”, em Cabo Delgado

por gente que, na maioria dos casos, mal terminou o curso de alfabetização, nunca frequentou um curso de jornalismo e nem faz idéia do que seja a redação de um jornal.

Os jornalistas “descalços” de

xa rede de quase três mil “correspondentes populares”.

### Utilizar o potencial popular

Os correspondentes são a base de todo o sistema. Eles são

camponeses, operários fabris, funcionários públicos, mulheres, jovens, velhos, soldados e milicianos que, sem abandonar suas tarefas ou seus empregos, escrevem para o Gabinete dando notícias de seu local de trabalho e moradia, fazem sugestões ou críticas, além de darem opiniões sobre os temas da atualidade. "A idéia inicial, que depois veio a dar em tudo isso, foi usar o potencial despertado no momento em que os principais jornais e a revista 'Tempo' passaram a dar espaços crescentes para as cartas de leitores", afirma Juarez Maia, um brasileiro de 40 anos, morando em Moçambique desde 1977 e que é o principal responsável pelo crescimento do Gabinete de Comunicação Social.

Por volta de 1979, jornais como o "Notícias" — o maior de Moçambique — ampliaram de duas colunas para quase duas páginas o espaço dedicado às contribuições de leitores. O fenômeno despertou não só um aumento dos índices de leitura, como também provocou uma verdadeira avalanche de cartas de novos leitores querendo expressar seus pontos de vista, divulgar denúncias ou queixas, ou ainda fazer sugestões. "Nós vimos que havia um enorme potencial não utilizado. Que havia milhares de pessoas que tinham uma grande sede de informação e de participação num processo de comunicação. Era só transformar colaboradores eventuais em correspondentes, que, sem deixarem de exercer suas tarefas normais, passariam a ser o elo de ligação entre a comunidade e os veículos de informação", diz Juarez Maia.

Depois que a Unicef resolveu copatrocinar o programa, os autores de cartas aos jornais e revistas passaram a ser contatados pela equipe do Gabinete de Comunicação que, em resposta, orientava os interessados na escolha dos temas, na abordagem

e também na técnica de redação. Segundo alguns dos dirigentes do organismo, a resposta foi imediata, pois dezenas de colaboradores se sentiram valorizados, e muitos deles passaram a ocupar posições de liderança dentro de suas respectivas comunidades. Mas, o maior problema era o material para escrever. Nas localidades mais afastadas, não havia papel disponível, muito menos envelopes e as canetas ou lápis eram usados até não sobrar mais nada.

"A solução que encontramos foi mandar imprimir milhares de envelopes que, na parte interna, tinham linhas que serviam de orientação para os correspondentes de aldeias. Além disso, em cada envelope, ia anexo um lápis ou caneta esferográfica. Assim, quem recebesse esse material já tinha tudo o que precisava para mandar a sua 'reportagem'. Também não havia necessidade de selo, porque o envelope tinha franquia postal". Juarez explica que o material recebido dos correspondentes começou a chegar em número tão grande que houve necessidade de selecionar as cartas.

### Reforçar a unidade política

Hoje, o sistema evoluiu para a criação de um espaço especial do Gabinete de Comunicação em todos os jornais e revistas de Moçambique, onde são publicadas as cartas mais importantes. Mas essa é apenas uma das atividades do projeto. É a que vem do correspondente ou do repórter "descalço" até a redação. A outra forma é a que leva até as populações do interior as informações necessárias para não só elevar o nível de vida, como principalmente reforçar a unidade política das aldeias.

O projeto de Comunicação Social tem como meta principal as 1.350 aldeias comunais que reúnem uma população de

1.200 mil moçambicanos (12% da população do país). Na fase experimental da implantação, foi dada atenção especial às províncias de Cabo Delgado (onde está a maior concentração de aldeias comunais de Moçambique), Nampula, Niassa, Gaza e Maputo. Na fase de expansão, entre 1979 e 81 foram abandonados os trabalhos em Nampula, devido ao aumento da atividade dos grupos armados apoiados pela África do Sul. Para 1985, está prevista a introdução do sistema em Zambézia e Inhambane.

Na sua fase mais simples, a implantação do projeto usa como elemento básico o *xirico* (rádio de pilha) que recebe as emissões organizadas pelo Gabinete de Comunicação Social na Rádio de Moçambique ou nas estações regionais. Nessas emissões, além de material fornecido pelos diversos correspondentes populares, são incluídas reportagens educativas sobre formas de organização da comunidade, conselhos úteis para a agricultura e atividade doméstica, instruções médicas rudimentares, apoio à campanha de alfabetização, campanhas sanitárias e a mobilização política tanto para o aumento da produção como na defesa contra os ataques de bandos armados. O responsável por um rádio pode ampliar o seu campo de ação através de jornais murais ou da transmissão oral das informações que recebeu.

Quando a implantação atinge um estágio mais elevado, surge o centro de escuta coletiva, através do qual as emissões da rádio são amplificadas e transmitidas pela torre de alto-falantes instalada na aldeia. O sistema de escuta coletiva é composto pelo aparelho receptor, por um gerador elétrico pequeno, um amplificador de 60 watts e pelas cornetas. Mais tarde, o centro pode ser transformado numa unidade de comunicação social quando ao Sistema descrito acima for acrescentado um

microfone e surgir uma equipe de responsáveis que passará a organizar seus próprios programas, além da retransmissão do material divulgado pela Rádio de Moçambique.

#### Vídeo-cassetes e audiovisuais

Nos casos onde o crescimento atingiu níveis ainda mais avançados, existem em funcionamento unidades portáteis de vídeo-cassete ou de projeção de películas cinematográficas. Um outro sistema que teve um grande desenvolvimento foi o do audiovisual com *slides*. Essa modalidade de comunicação oferece a vantagem de o texto poder ser traduzido para qualquer uma das principais línguas regionais de Moçambique, ampliando a área de acesso, já que muitas pessoas, principalmente as mais velhas, têm dificuldade para entender o português. O caso do audiovisual também permite que o narrador improvise em cima das particularidades da aldeia ou em função das preocupações do momento.

Tanto o vídeo como o cinema e o audiovisual são em geral transportados de uma aldeia para outra num jipe Toyota munido de altofalantes e que funciona como uma autêntica unidade móvel do Gabinete de Comunicação Social. Trata-se de um recurso usado para suprir as deficiências de material, uma vez que os equipamentos mais sofisticados são escassos e não podem ficar imobilizados num único local.

O Gabinete já produziu alguns documentários em colaboração com a TV e o Instituto de Cinema de Moçambique, destacando-se entre eles um sobre o *lobolo*<sup>1</sup> e outro sobre a mobilização de populações do



O jornal mural leva as informações necessárias às populações do interior, reforçando a unidade das aldeias

interior contra a ação dos grupos armados. Nos centros de Comunicação Social, as películas e os vídeos são exibidos para a população como parte de discussões políticas organizadas por animadores do Partido Frelimo ou como parte dos projetos de educação desenvolvidos por vários organismos estatais ligados à saúde, agricultura e alfabetização.

“Na verdade, o nosso grande problema é o do pessoal. As atividades estão crescendo rápido demais, apesar da crise por que passa o país e não temos capacidade de atender a todas as frentes de trabalho que se abrem”, afirma Juarez Maia. É por isso que o Gabinete está empenhado em desenvolver cursos de formação para qualificar produtores e comunicadores ou jornalistas, tanto na área de programação como na de manutenção. “Não podemos recorrer a profissionais da imprensa, rádio, TV ou cinema porque em cada um desses setores as carências de pessoal também são enormes. E nós queremos também criar um novo estilo de comunicação, mais ligado diretamente à base social e menos influenciado pelas distorções normais daqueles que tiveram uma formação urbana e, portanto, mais sujeita a condicionamentos do exterior”, con-

tinua Juarez.

Como parte deste projeto, o Gabinete de Comunicação Social começou a produzir, em fevereiro de 84, o jornal “O Campo”, realizado integralmente por pessoal formado dentro do organismo. Trata-se de um verdadeiro jornal-escola, mas que não se limita à circulação interna. É distribuído nos centros de Comunicação e todos os correspondentes populares do sistema participam também com reportagens e colaborações. Em princípio, o jornal é mensal mas pode se tornar mais frequente caso haja disponibilidade de papel.

O Gabinete se lançou também num projeto ainda mais ambicioso, que é o de pesquisar a imprensa convencional de Moçambique para descobrir dentro dela novas tendências. Contando com a assessoria de jornalistas e pesquisadores estrangeiros, o Centro está catalogando todo o material publicado, bem como *scripts* de emissões radiofônicas para pesquisar estilos redacionais, enfoques e tendências. Essa pesquisa serve também como um elemento fundamental na formação dos próprios quadros, já que estes têm a seu dispor material para uma análise mais profunda da atividade jornalística no país. (Carlos Castilho) ●

<sup>1</sup> Forma de casamento usada no interior e originária de costumes tradicionais, onde o pai da noiva “vende” a filha para a família do noivo.

## Notas de Economia

### A IBM PRESSIONA OS MEXICANOS

A transnacional *IBM* está exercendo violentas pressões sobre o governo mexicano para aumentar as suas instalações e dobrar a sua capacidade de produção de equipamentos eletrônicos. A *IBM* exige que as novas instalações sejam financiadas com 100% de capital internacional, contrariando a lei mexicana que estabelece um máximo de 49% de recursos estrangeiros para qualquer firma interessada em se instalar no setor.

Segundo o jornal *Excelsior*, a firma norte-americana está recorrendo inclusive à chantagem ao ameaçar o fechamento de suas instalações atuais se não conseguir o que pretende. O go-



verno mexicano chegou a fazer uma contraproposta concedendo à *IBM* 60% dos novos investimentos, mas a transnacional recusou. A investida dos interesses estrangeiros visa destruir os esforços do governo mexicano para proteger a incipiente indústria informática local, que, nos últimos anos, investiu cerca de 20 milhões de dólares em equipamentos de microcomputação.

74 - terceiro mundo

### BRASIL E EQUADOR AUMENTAM PRODUÇÃO DE PETRÓLEO



O Brasil e o Equador foram os dois únicos países latino-americanos que, no ano passado, registraram aumentos consideráveis de sua produção petrolífera. A produção brasileira cresceu em 21,1%, enquanto a equatoriana subiu em 12,1%, segundo os dados divulgados pela Organização Latino-Americana de Energia (Olade). México e Venezuela, os dois maiores produtores do continente, diminuíram o ritmo de extração de hidrocarbonetos, como parte dos planos da Opep para manter a produção do cartel em torno dos 18 milhões de toneladas diárias de petróleo.

No conjunto, os países latino-americanos baixaram a sua produção anual, em 83, num percentual negativo de 2,1. Ainda segundo a Olade, o consumo de gás na América Latina cresceu apenas 1,2%, contra a taxa média de 10% registrada entre 1973 e 1982. A produção regional de carvão cresceu 4,4% no ano passado, mas mesmo assim continua a representar apenas 0,6% da produção mundial. O ritmo de crescimento do consumo da energia elétrica no continente se manteve estável em 83, com um acréscimo de 3,3%, o mesmo índice dos últimos dez anos.

### MÉXICO: ESCÂNDALO NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS

O sindicato dos trabalhadores nas indústrias petrolíferas do México vendeu resíduos de petróleo conhecidos pelo nome técnico de *slop oil* por 12 dólares o barril a uma empresa norte-americana que, depois, os repassou por 18,5 dólares com um lucro de 6,50 dólares. A transação denunciada pela revista *Proceso* é ilegal segundo a Constituição mexicana, que atribuiu o monopólio de todas as operações envolvendo combustíveis fósseis à empresa estatal *Pemex*.

Segundo a revista, as vendas de *slop oil* pelo sindicato começaram em abril de 83, fornecendo ganhos da ordem de até 2,4 milhões de dólares mensais. A empresa compradora é a *BMR Enterprises* que recebeu cerca de 150 a 200 mil barris mensais de resíduos de petróleo recolhidos no fundo de tanques, filtros, reservatórios de oxidação e derrames acidentais. A *BMR*, por seu lado, vendia o *slop oil* à *Texas Oil*, de Houston.

A *Pemex* disse que não tinha conhecimento do contrato, apesar da denúncia formulada por *Proceso* ter sido baseada em documentos e testemunhas. A revista afirma que o produto vendido pelo sindicato dos petroleiros representa apenas uma parte insignificante dos quase 25,2 milhões de barris diários de petróleo que são comercializados pelo mercado livre de Roterdã, mais conhecido como *spot*.

### A RECUPERAÇÃO DOS RICOS NÃO BENEFICIA O TERCEIRO MUNDO

Um grupo de especialistas de alto nível reunidos recentemente em Londres pela transnacional *Unilever* (anglo-holandesa), a fim de analisarem o comportamento

da economia mundial nos próximos anos, chegou a conclusões opostas às estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo os "cérebros" reunidos pela *Unilever*, a recuperação econômica registrada nos países ricos a partir de 1983 se esgotará antes que seus benefícios possam alcançar as economias do Terceiro Mundo.

As projeções do FMI afirmam que o crescimento do ritmo de atividade industrial nos Estados Unidos deverá provocar um aumento das importações de matérias-primas da África, Ásia e América Latina, que, assim, poderiam aumentar as suas receitas e ter melhores condições para também voltarem a crescer. Em 82, os técnicos do FMI já haviam previsto que as economias subdesenvolvidas cresceriam em torno de 3%, mas na realidade houve um acréscimo de apenas 1%.



Por isso, os especialistas da *Unilever* acham que a previsão de 4,5% em 85 é exagerada e irrealista. Eles afirmam que o crescimento da economia norte-americana em 83 e 84 não teve reflexos imediatos no Terceiro Mundo porque foi feito em grande parte sem grandes importações. Este é o principal motivo pelo qual a reunião de Londres explicou os fracos índices de

crescimento registrados na África, Ásia e América Latina em 83 e 84, o que não daria base para nenhum tipo de otimismo em relação a 85.

### ÁFRICA DO SUL IMITA PLANO ECONÔMICO DE REAGAN



O ministro das Finanças da África do Sul, Barend Du Plessis, acaba de anunciar que o seu governo vai seguir "ao pé da letra" o programa econômico adotado por Ronald Reagan nos Estados Unidos e pela primeira-ministra Margaret Thatcher na Inglaterra. O anúncio de Du Plessis foi feito no momento em que o governo sul-africano enfrenta a pior crise financeira desde 1976, devido à queda dos preços do ouro e pelo aumento das despesas militares.

A dívida externa sul-africana já sobe a 17 bilhões de dólares. O desemprego está calculado em 27% da força de trabalho. A taxa de juros alcançou o nível asfixiante de 25%, enquanto a inflação já ultrapassou os 13% anuais. O *rand*, moeda nacional, perdeu 1/3 de seu valor nos últimos 12 meses e os rendimentos com a exportação de ouro caíram em 50% desde 1979. Simultaneamente, as despesas militares com a guerra na Namíbia subiram para quase um bi-

lhão e meio de dólares ao ano.

Ao tentar imitar a política econômica norte-americana, o ministro sul-africano das finanças pretende, basicamente, recompor o poder de compra das grandes indústrias, ao mesmo tempo em que reduz drasticamente todas as despesas com salários e assistência social. Isso significa o aumento da taxa de exploração dos trabalhadores, principalmente os negros, que recentemente desafiaram o governo através da primeira greve legal de 60 mil mineiros. O plano do ministro recebeu fortes críticas tanto dos movimentos anti-racistas como até mesmo dos brancos liberais, para quem o plano não dará resultados.

### LATINO-AMERICANOS AJUDAM A NICARÁGUA

Dezesseite países latino-americanos forneceram, nos últimos cinco anos, cerca de 815 milhões de dólares em ajuda econômica ao governo sandinista da Nicarágua. Essa ajuda foi canalizada através do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), que criou um Comitê de Ação para orientar o fornecimento de créditos, doações e acordos técnicos.

O total da ajuda canalizada pelo Sela representa 42% de todas as doações recebidas pela Nicarágua desde 1979, e 20% dos empréstimos ou linhas de crédito recebidas pelo governo revolucionário de Manágua. A cooperação econômica se concentrou nos campos da agricultura, pesca, comércio exterior, habitação, transporte, educação, finanças, cultura, turismo e relações internacionais.

*Material elaborado com base no serviço econômico da agência IPS*

# Literatura angolana ontem e hoje

Uma visão retrospectiva da criação literária em Angola desde o século 19 e a sua influência na luta de libertação nacional

Jofre Rocha\*

*“Não é apenas na literatura que devemos combater o que é mecânico, a rotina, o formalismo; devemos combater na literatura e também na vida, sobretudo na vida; porque é da vida que tudo isso vem. Dizer aos políticos ‘Não toquem na literatura’ é ridículo; mas dizer à literatura ‘É proibido tocar na política’ é inconcebível.”*

Bertolt Brecht, in “Les Arts et la Révolution”

Através da história, o desabrochar da consciência dos povos foi geralmente acompanhado por um florescimento da sua vocação literária e musical. Por essa razão, em todas as revoluções, ao lado dos políticos e ideólogos, marcharam com a pujança da sua

\* Jofre Rocha é o pseudônimo de Roberto Victor Francisco de Almeida, o secretário de Informação e diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do MPLA-Partido do Trabalho. O pseudônimo nasceu em 1961, quando Roberto de Almeida estava preso por motivos políticos e não podia usar o seu nome verdadeiro. Esteve sete anos preso. Jofre Rocha tem quatro livros editados: “Tempo de Ciclo” (poesia, 1972), “Estórias do Musseque” (contos, 1979), “Assim se fez a Madrugada” (poesia, 1981) e “Histórias de Kapangombe” (contos, 1983).

76 - terceiro mundo

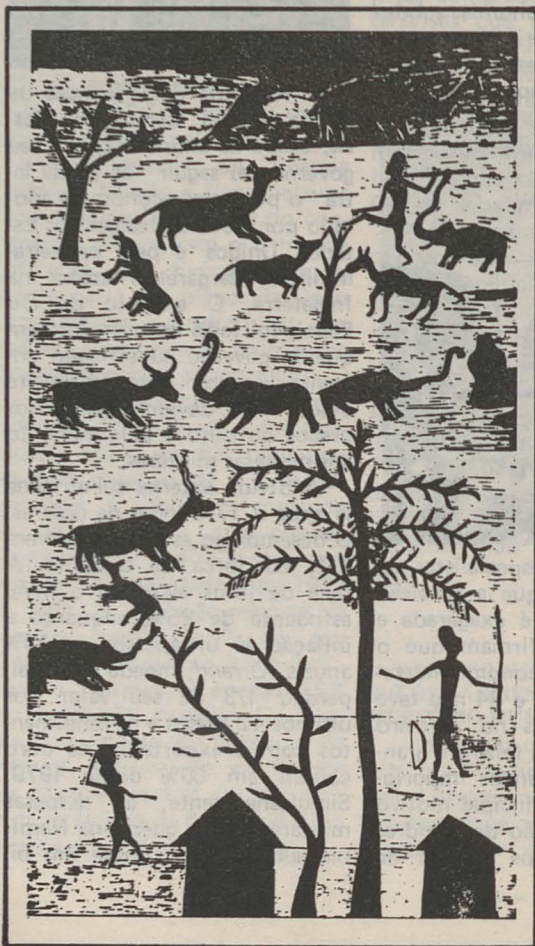
Angola, território submetido à dominação colonial portuguesa, não constituiu exceção a essa regra. E é entre um punhado de angolanos, conscientes da sua condição de colonizados, completamente à margem de uma sociedade onde eram bem demarcadas as relações entre explorador e explorado, que começaram a despontar os primeiros valores da incipiente pequena-burguesia angolana, que através das folhas dos poucos jardins, procuram fazer ouvir a voz da reivindicação social, reclamando mais escolas e melhores condições de vida para os angolanos.

Deve entender-se que a colonização portuguesa, como todas as outras, mais do que a exploração e o saque econômico, visava ao extermínio do próprio homem, destruindo as suas origens, a sua história, as suas raízes culturais, de forma a levá-lo a negar-se a si próprio, transformando-se assim num alienado, num estrangeiro na sua própria terra.

Em consequência da abolição oficial — mas não de fato — da escravatura em 1836, forma-se uma pequena elite de intelectuais e uma escola de jornalistas, muitos deles auto-didatas, ansiosos por romper os grilhões que os amarram a uma

Toda literatura é memória de um povo

veia artística, os poetas, os compositores, os músicos e aqueles que anteviam e anunciavam com esperança o futuro próximo.





vida de escravidão e ensaiam-se passos tímidos na imprensa escrita, fundando-se em 1861 *O Echo de Angola*, cujo objetivo, como era anunciado no cabeçalho, consistia em "advogar a causa e velar pelos interesses de Angola".

Seguem na sua esteira *O Futuro de Angola*, fundado em 1882, *O Pharol do Povo* (1883), *O Arauto Africano* (1889), *Muen' exi* (1889), *O Desastre* (1889) e *O Policia Africano* (1890).

Pontificam nesse jornalismo nomes como os de Arantes Braga, Fontes Pereira, Castro Fracina, Cordeiro da Mata, Silvério Ferreira, Ribeiro Castelbranco, Paixão Franco e Apolinário Vandunem.

Deve-se destacar, contudo, que essa plêiade de percursores do jornalismo angolano, alguns dos quais se lançam depois na literatura, não defendia propriamente os verdadeiros interesses do povo mas refletia fundamentalmente o crescente descontentamento que os assolava por verem perigar os seus privilégios de natureza econômica e social.

A consciência da situação colonial então vivida era ainda ténue e qualquer atitude assumida era em função da situação de classe e dos respectivos compromissos com o sistema político vigente.

É um período histórico em que se vive numa atmosfera de certa euforia depois da implantação da República Portuguesa em 1910, que viria a ser esmagada pelo golpe fascista que levou à instauração do chamado "Estado Novo" em 1926 e, posteriormente, ao salazarismo de triste memória.

O início do século 19 caracteriza-se por uma marcada penetração capitalista mais acentuada na colônia de Angola. Em 1906, foi criado o imposto de trabalho, que veio tornar mais difícil a vida dos camponeses, forçando-os a assalariar-se.

Por outro lado, para que os monopólios pudessem assumir integralmente a sua atividade de exploração dos recursos de Angola e assegurar os interesses de Portugal, o governo colonial tomou medidas tendentes a eliminar a burguesia local, afastando-a também dos postos da administração e da economia.

Essa conjuntura política provocou a agudização da luta entre o colonizado e o colonizador, refletindo-se também na imprensa. Origina-se aqui um protesto coletivo de intelectuais angolanos contra um artigo ultra-reacionário publicado na *Gazeta de Loanda*, em 1901. Esse protesto intitulado "A voz de Angola clamando no deserto" assume um

caráter combativo e constitui um libelo polémico e bem documentado a favor da situação do colonizado, onde já se verifica uma tomada de posição nacionalista e a aspiração pela dignificação do homem angolano.

### Os primeiros textos literários

Os primeiros textos de poesia angolana que se conhecem abordam a temática lírico-sentimental, tecendo loas sobretudo à terra e à beleza da mulher africana.

E é justamente dentro desse gênero literário que poderemos apontar ainda no século 19 a atividade poética de José da Silva Maia Ferreira, autor de "Espontaneidades da minha alma" (1849) e de Joaquim Dias Cordeiro da Mata, autor de "Delírios". Este último publica no *Almanaque de Lembranças* no ano de 1884, o poema "Negra". (ver p. 79)

Cordeiro da Mata (1857-1894) foi autodidata, prodigioso impulsionador da consciência angolana, desenvolvendo atividades como historiador, poeta, etnógrafo, filólogo, tendo escrito uma obra intitulada "Filosofia Popular em Provérbios Angolenses", além de uma gramática *kimbundo* e um dicionário *kimbundo-português*.



## BREVES NOTAS ACERCA DE "ESTÓRIAS DO MUSSEQUE"

□ *Isseke* ou *Issekele* é o termo em língua nacional *kimbundo* para designar "lugares de areia" ou "areais".

Assim, a palavra *musseque* corresponde à corruptela portuguesa para designar o subúrbio para além da fronteira do asfalto, o bairro periférico com caminhos de areia, componente que demarcava o contraste entre dois mundos: a cidade dos prédios e a cidade dos barracos, a cidade da luz e a cidade das trevas.



Reprodução da  
capa da  
edição  
portuguesa do  
livro de Jofre  
Rocha

Mas o *musseque*, na sua intrincada vastidão, era fator de união e fraternidade entre os seus habitantes: lado a lado no mesmo combate, vivia aí a massa de proletários — os operários, os camponeses arrastados pelo êxodo em busca de nova vida na cidade, os marginais à espreita de cada oportunidade, os garotos forçados a entrar na luta pela vida desde tenra idade, os desempregados — enfim, a massa humana que se identificava e se reconhecia no cotidiano comum em confronto permanente com um meio hostil e opressivo.

A luta pela vida desenhada em todos os seus contornos é o traço dominante que une a comunidade neste mundo complexo mas real, caracterizado pela habitação insalubre, a promiscuidade, a falta de água, de energia elétrica, de esgotos.

Mas neste mundo de pesadelo manifesta-se estreita solidariedade nos dramas de cada dia, nas desgraças que atingem toda a gente através de cada um, contribuindo para se formar pouco a pouco uma consciência de classe e um sentido profundo da necessidade de uma força que só a unidade pode caldear.

"Estórias do Musseque" é assim um retrato do

real quotidiano, onde se focam aspectos intrínsecos de uma existência submetida a poderosos fatores externos e subordinada às regras injustas e desumanas de uma sociedade em que o preconceito e o direito do mais forte ganham caráter de lei.

Em "Monandengues", a inocência das crianças desperta desde cedo para a multiplicidade de situações aberrantes que defronta o dia-a-dia dos colonizados e deles faz, desde nascença, marginais em potencial: a discriminação, a arbitrariedade, a arrogância e a prepotência, os inúmeros problemas da cidade em crescimento com seus falsos encantos.

"Vavó Tuturi" reproduz o drama da velhice desamparada, obrigada a lutar sem meios pela própria subsistência, contra a solidão, a fome, a degradação, agitando uma luz de esperança na solidariedade incipiente ainda, como gesto isolado numa comunidade não totalmente consciente da sua força mas já trazendo em si o germe da unidade indispensável para as batalhas do amanhã.

A abordagem dos conflitos que os preconceitos geram numa tal sociedade constitui o pano de fundo de "Palassa diá Mbaxi", onde o relacionamento familiar entre representantes da comunidade europeia e da comunidade africana sujeito a tensões de toda a espécie, dá origem a traumas, complexos e dramas íntimos com profundo reflexo na personalidade dos envolvidos.

O fim de Lucas Manuel é apenas um dentre tantos outros epílogos trágicos que aconteceram nas vidas de personagens como esses. Com efeito, o aguçamento do conflito entre colonizados e colonizadores em consequência de um crescendo de repressão e da aplicação prática de uma política de genocídio, que continha em si os próprios focos da revolta, mostrou aos cérebros do regime colonial português que este se aproximava do abismo. Daí a introdução de medidas reformistas de última hora, na tentativa de evitar o irremediável, o desencadear da guerra de libertação nacional pelo caminho da luta armada.

São os caminhos da liberdade que se traçam já na dimensão de um sentir coletivo, criando uma certeza e uma força nova na alma do povo, que nem a violência, as falsas promessas e até a própria morte conseguem mais refrear.

São estes os caminhos da liberdade que o Povo Angolano ousou empreender na madrugada de fevereiro de 1961, ao empunhar as armas para lutar pelo reencontro do Homem Angolano, pela reconquista da sua identidade e cultura própria, pela reconquista ansiada da dignidade que lhe foi negada ao longo de quase cinco séculos. (Jofre Rocha)

É de absoluta justiça mencionar-se da mesma forma a revista literária *Luz e Crença* fundada em 1902 por Pedro da Paixão Franco, da qual foram publicados apenas dois números e que marca já um certo declínio nessa atividade. Encontramos aí uma produção literária embebida nos ideais da Revolução Francesa, de que serve como exemplo típico o poema de Lourenço do Carmo Ferreira que diz:

*Vi então Angola das vascas/  
da agonia  
ergue-se esplendorosa à luz/  
d'um novo dia.  
Porém, quando acordei, a negra/  
realidade  
mostrou-se bem crua:  
nula era a Igualdade  
utopia o Direito  
e zero a Liberdade!*

#### Saudosismo e paternalismo

Mas esses exemplos foram fugazes e, com o advento da colonização em massa, a literatura angolana passou a ser manipulada por europeus com vivência africana ou africanos assimilados à cultura europeia, como é o caso de Tomás Vieira da Cruz (1900-1960) e Geraldo Bessa Victor (nascido em 1917) que imprimem na sua produção a exaltação do exotismo da mulher negra ou um sentimento de ne-

gritude luso-tropicalista que desemboca num saudosismo algumas vezes mesclado de paternalismo.

#### Negra

*Negra! negra! como a noite  
d'uma horrível tempestade  
mas, linda, mimosa e bela  
como a mais gentil beldade!  
Negra! negra! como a asa  
do corvo mais negro e escuro  
mas, tendo nos claros olhos,  
o olhar mais límpido e puro!*

.....  
*Negra! negra! como o ébano,  
sedutora como Phedra,  
possuindo as celsas formas,  
em que a boa graça medra!  
Negra! negra!... mas tão linda  
co'os seus dentes de marfim  
que quando os lábios entreabre  
não sei o que sinto em mim!...*

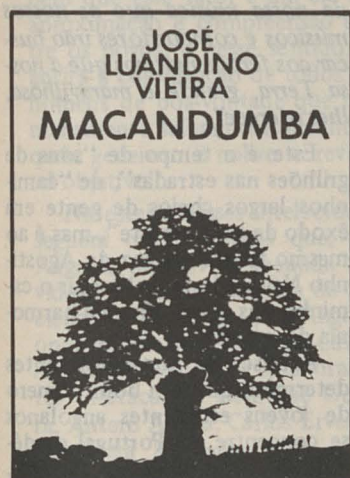
**Joaquim Dias Cordeiro da Mata (1884)**

Com o advento do século 20 e em consequência do reforço de colonização, surge uma viva oposição das autoridades à imprensa liberal dos colonos, verificando-se casos de medidas de retaliação a jornalistas como as que são impostas a Urbano de Castro, colaborador de *O Cruzeiro do Sul*, o mais progressista dos jornais dos

colonos, sobre quem recai a proibição de escrever.

A história da colonização registra então uma evolução que em Angola dá origem a medidas extremamente repressivas contra o colonizado, por parte sobretudo de alto-comissários como Norton de Matos e Vicente Ferreira, a que Salazar imprime um caráter mais demolidor de toda a intelectualidade angolana, com a implantação do "Estado Novo".

Segue-se então um período em que floresce a "literatura colonial" produzida por europeus com algum nível de instrução, conhecedores da máquina administrativa colonial e que se caracteriza pela visão e tratamento dos temas africanos de fora para dentro, servindo de suporte à "missão civilizadora de Portugal", com raras exceções. No leque de exceções, é justo fazer sobressair o nome de Castro Soromenho (1910-1968), que na sua obra denunciou os males do colonialismo. Surge ainda Óscar Ribas com uma produção de grande valor etnográfico, eminentemente voltada para os dramas das gentes, os usos, as crenças e os costumes, os problemas vividos pelo povo, sobretudo das áreas de Luanda e Malanje. Porém, a trajetória da literatura angolana só experimenta um impulso inovador, de característi-



1984 - Novembro - no. 72

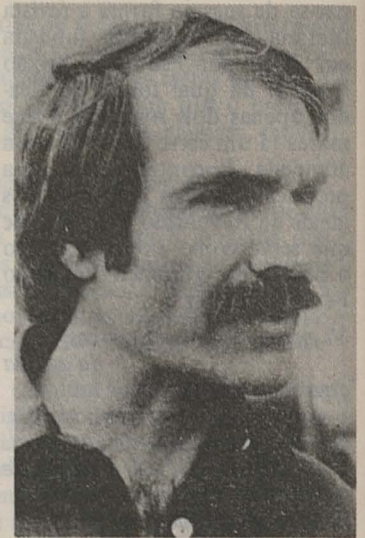




Castro Soromenho



Agostinho Neto



Luandino Vieira

cas fortemente nacionalistas, quando, em 1948, um grupo de jovens estudantes e intelectuais constituem o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola e agita o ambiente cultural sob o lema "Vamos descobrir Angola".

Pela mão de um desses jovens intelectuais, os objetivos de tal movimento receberam mais tarde esta explicação:

*"O Movimento deveria retomar, mas sobretudo com outros métodos, o espírito combativo dos escritores africanos dos fins do século XIX e dos princípios do atual. Esse movimento combatia o respeito exagerado pelos valores culturais do Ocidente (muitos dos quais caducos); incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através dum trabalho colectivo e organizado; exortava a produzir-se para o povo; solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas com o fim de repensar e nacionalizar as suas criações positivas e válidas; exigir a expressão dos interesses populares e de autêntica natureza africana, mas sem que se fizesse nenhuma concessão à sede de exotismo colonia-*

*lista. Tudo deveria basear-se no senso estético, na inteligência, na vontade e na razão africanas".*

Cabe registrar que esse movimento surge logo depois do pós-guerra, quando ganhavam terreno os ideais favoráveis à concessão do direito aos povos de determinarem o seu próprio destino. No seu seio sobressaíam nomes como os de António Jacinto, Agostinho Neto e Viriato da Cruz, que viriam mais tarde a conquistar lugar proeminente na história do movimento de libertação de Angola.

Como consequência lógica do movimento, é fundada em julho de 1951, em Luanda, a revista *Mensagem*, que no seu primeiro número, proclama:

*"Mensagem será — nós o queremos! — o marco iniciador de uma Cultura Nova, de Angola e por Angola, fundamentalmente angolana, que os jovens da nossa Terra estão construindo".*

E mais adiante, dizia:

*"E a Cultura de Angola, somatório dos nossos esforços; e Cultura de Angola forte como é forte o nosso desejo de vencer; verdadeira, como a verdade do*

*nosso Querer; pujante, como a pujança da nossa Mocidade; humana como a humanidade que lhe imprimirá a auscultação dos nossos problemas, a compreensão do nosso Povo e a vontade que a todos nos irmanará, de nos compreendermos e sermos compreendidos, impor-se-á na ampliação de nossos horizontes.*

*"Urge criar e levar a Cultura de Angola além-fronteiras, na voz altissonante dos nossos poetas e escritores; na paleta e no cinzel seguro dos nossos artistas plásticos; ao som dos acordes triunfais da nossa música que os nossos músicos e compositores irão buscar aos férteis motivos que a nossa Terra, grande e maravilhosa, lhes oferece".*

Este é o tempo de "sons de grilhões nas estradas", de "caminhos largos cheios de gente em êxodo de toda a parte", mas é ao mesmo tempo na voz de Agostinho Neto, a hora de "seguir o caminho das estrelas para a harmonia do mundo".

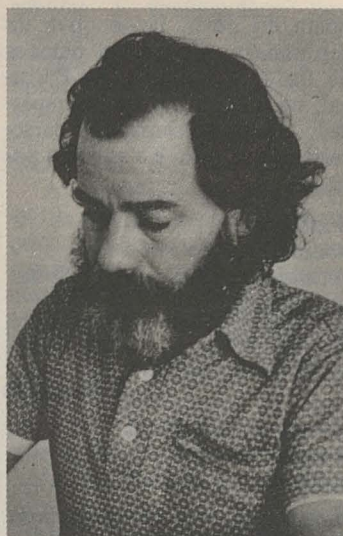
A busca de novos horizontes determina que um bom número de jovens estudantes angolanos se concentre em Portugal na década de 50 e início dos anos 60, onde se organizam fundando a



Pepetela



Manuel Pacavira



António Cardoso

“Casa dos Estudantes do Império”, em conjunto com estudantes dos restantes territórios sob dominação colonial portuguesa (S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde).

Inicia-se então a publicação de um boletim, também denominado *Mensagem*, além de outras iniciativas como a publicação de folhetos e brochuras semi-clandestinas, de autores angolanos ou não, pois como se diria numa das edições, “*Mensagem* não esquecerá ainda a comunhão universal das culturas, pois sabe bem que esse fator é um elo de aproximação e compreensão entre os povos; e nesse sentido se abrirá à colonização de todos os homens de boa-vontade que humanamente saibam compreender quão generoso e nobre se revela tal objetivo”.

Na esteira desses intelectuais, seguem outros jovens que, em Angola, promovem fecunda atividade literária à sombra da Sociedade Cultural de Angola, onde publicam o boletim *Cultura* (1957). Dentre os colaboradores, destacamos Henrique Guerra, Antero Abreu, Carlos Ervedosa, Costa Andrade, João Abel, Luandino Vieira e António Car-



doso, que em seus versos grita inconformado:

*“Que cada um de nós  
lance a lenha que tiver,  
mas que não chore  
embora tenha frio.  
Se choramos aceitamos, é/  
preciso não aceitar.*

O ano de 1956 irrompe e com ele o caldeamento de uma nova esperança na fundação do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), força que virá congregar as ânsias de todo o povo, rasgando um caminho novo para a sua libertação.

E a voz de Agostinho Neto, o

poeta do povo, faz-se ouvir da profundidade das quatro paredes da Cadeia do Aljube, em Portugal, num grito de certeza repassado do humanismo que caracteriza a sua obra e a sua vida política:

*Violência  
vozes de aço ao sol  
incendeiam a paisagem já quente.*

*E os sonhos  
se desfazem  
contra uma muralha/  
de baionetas*

*Nova onda se levanta  
e os anseios se desfazem  
sobre corpos insepultos*

*E nova onda se levanta para a luta  
e ainda outra e outra  
até que da violência  
apenas reste o nosso perdão.*

A luta armada não calou a voz dos poetas e contistas, antes pelo contrário, no próprio calor dos combates se forjaram novos escritores, aqueles que ao som das metralhadoras foram compondo cânticos de vida e de esperança, no dia-a-dia da revolução.

Ao lado dos nomes já consagrados de Agostinho Neto, António Jacinto, Arnaldo Santos, Costa Andrade e outros, surgem as vozes de Emanuel Corgo (Eurico Gonçalves), Sá Cortez, Pedro Van-Dúnem, Gasmin Rodrigues, Pepetela, Helder Neto, Deolinda Rodrigues.

São vozes harmoniosas que em nome da sagrada esperança da libertação, conclamam os homens à luta e fazem convergir todos os esforços na mesma direção.

São vozes profundas que ressoam na noite secular, lançando centelhas de vida e esperança, insuflando aos homens coragem na luta e confiança na vitória.

São as vozes da Revolução, carregadas de certeza, que compõem versos como estes:

*Kaianga foi na guerra Kaianga/  
foi na guerra*

*não sei se vai voltar.*

*O povo foi na guerra o povo/  
foi na guerra  
eu sei: o povo vai voltar.*

(António Jacinto)

E, realmente, após longa luta o povo "voltou à Angola libertada, Angola independente", vindo da guerrilha, das trevas das masmorras, do exílio em países distantes, do degredo nas ilhas da solidão, da vida tormentosa na clandestinidade.

O povo voltou à vida pela via do combate libertador e a 11 de novembro de 1975, pela voz do seu guia, proclamou perante a África e o mundo, a independência e a constituição do país em República Popular de Angola.

Nova responsabilidade iria recair sobre os escritores da jovem pátria independente, em meio às convulsões sociais que a guerra inevitavelmente acarreta.

Assim, a sua capacidade de criação, a veia artística de raízes mergulhadas no povo, ganhou novo ímpeto e apenas um mês depois da data da independência, precisamente a 10 de dezembro de 1975 é fundada a "União dos Escritores Angolanos", cujo primeiro presidente é o fundador da nação e eminente homem de letras, o dr. Agostinho Neto. Nessa ocasião, afirmou ele:

"Não é por acaso que todos os escritores de Angola estão no MPLA. Esse fato é significativo, porque a literatura em Angola, esteve sempre a serviço da Revolução.

"Tenho a esperança de ver esta União dos Escritores Angolanos funcionar numa maneira bastante dinâmica, para que a cultura do nosso povo, a cultura do povo angolano, seja conhecida do nosso próprio povo e também seja conhecida pelo mundo inteiro, que deseja a todo o preço conhecer a alma deste País".

A literatura angolana, forjada na guerra, estava pronta a trilhar novos caminhos. No entan-

to, novas obrigações se apresentavam diante dos escritores angolanos que, antes de escritores, são militantes revolucionários. Os contistas como Uanhanga Xitu, Luandino Vieira, Manuel Rui, Pepetela, Manuel Pacavira, Boaventura Cardoso e outros, narram as suas experiências, a sua vivência no *maquis* ou na clandestinidade do meio colonial, no entrecchoque das culturas, e também a vontade de construir um país novo, a vontade inabalável de reafirmar a sua própria identidade, reivindicando a dignidade longamente espezinhada.

Conquistado irreversivelmente o direito de fazer ouvir no mundo a sua "voz livre e igual", a literatura angolana já adulta preocupou-se em cantar a determinação dos operários e camponeses na batalha pela reconstrução nacional, os feitos das crianças combatentes nascidas no fogo da guerra, a luta contra o analfabetismo e outras sequelas do colonialismo.

E, em julho de 1980, é proclamada a "Brigada Jovem de Literatura" que entre outros objetivos, se propõe "criar e expandir a consciência (...) através da ação propriamente cultural, esclarecida pelas opções ideológicas (...) da necessidade de transformar a realidade na perspectiva revolucionária, utilizando a energia, a força criadora e inovadora dos jovens".

Hoje, a literatura angolana continua a prestar a sua modesta contribuição, dando a conhecer a alma de Angola ao mundo e lançando novas pontes entre os povos.

Esse é o desejo dos escritores na República Popular de Angola que, ombro a ombro com o povo, no meio do luto e da alegria, do trabalho e da dor, do canto e da euforia, prosseguem no mesmo combate, para conquistarem uma paz justa, colocando pedras nos alicerces do progresso do mundo e da cultura universal. ●

## Cultura

1.º Simpósio Nacional de Cultura

# A Cultura angolana é africana

“A Cultura Como Arma de Combate: Forma de Consciência Nacionalista e Revolucionária” foi o lema que orientou os trabalhos do 1º Simpósio Nacional de Cultura, que se realizou de 1º a 6 do mês de outubro passado, em Luanda.

No Documento Orientador, de responsabilidade do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, considerava-se a necessidade de um desenvolvimento cultural integrado e integrador, preconizando, para isso, um programa cultural nacional que observasse uma série de princípios, dos quais se destacam: a erradicação do analfabetismo como condição primeira para o desenvolvimento; considerar as línguas nacionais como constituindo o veículo indispensável para o desenvolvimento da cultura e da arte no país; levar a todos o conhecimento do marxismo-leninismo; dirigir esforços no sentido de um rigoroso trabalho de pesquisa; defender prioritariamente o patrimônio cultural; fortalecer as instituições culturais, sociais e de massas, em relação aos conhecimentos ideológicos, políticos, artísticos e técnicos; criar instituições de ensino especializadas.

Sem contestação, o Simpósio viria a concretizar um pouco o Documento Orientador, aprofundando-o e adotando-o.

Na sessão de encerramento foram aprovados quatro relatórios, ou seja: sobre patrimônio

cultural; pesquisa científica; criação artística e literária; e massificação cultural.

Segundo as conclusões, o Simpósio realçou a preocupação de que a cultura angolana se desenvolvesse de acordo com as ricas tradições populares, vinculando-se ao desenvolvimento sócio-eco-



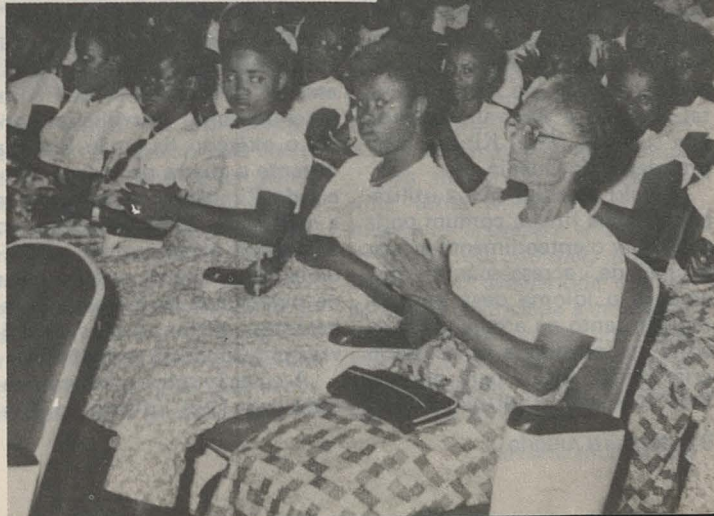
nômico e projetando-se num contexto universal. Para concretização desse objetivo foi considerada a necessidade de levar a cabo um trabalho de sensibilização com vistas à integração e participação ativa de todos.

A necessidade de elevar o nível de conhecimento de todo o povo, levando-o a participar nas conquistas da revolução técnico-científica, da erradicação do analfabetismo, do abandono das idéias obscurantistas e retrógradas e do conseqüente fortalecimento da consciência de classe por parte do operariado e seus aliados, foram algumas considerações de relevante importância, feitas pelo Simpósio.

Os participantes da iniciativa sugeriram ainda a oportunidade de prosseguir o debate iniciado, de forma organizada e orientada.

O discurso de encerramento, que, como o de abertura, coube ao secretário de Estado da Cultura, Boaventura Cardoso, saudou os resultados deste encontro, tendo alertado para a importância da sua efetiva concretização e para a preservação do patrimônio cultural nacional. ●

Boaventura Cardoso (ao lado), no Simpósio: “a cultura angolana deve se desenvolver segundo as ricas tradições nacionais”



## Notas de Cultura

### QUÊNIA: ENSINO OBRIGATÓRIO DO "KISWAHILI"



O idioma *kiswahili* será matéria obrigatória de estudo nos centros de ensino secundário, segundo declaração feita pelo ministro de Educação queniano, Jonathan Ngeno, durante a 2ª Conferência Internacional sobre o *kiswahili* realizada em Nairóbi recentemente.

O *kiswahili* se desenvolveu consideravelmente nos países da África Oriental desde a independência na década de 60 e é utilizado atualmente como meio de comunicação, não só nos centros de ensino, como também nos campos da economia e da política.

O estabelecimento da Zona Preferencial de Comércio (PTA) este ano faz com que o *kiswahili* seja um importante instrumento para o comércio entre os 14 estados membros da África Oriental, Central e Austral, observou por sua vez Mwai Kibaki, vice-presidente do Quênia.

Kibaki acredita que a utilização de uma língua comum pode promover o entendimento e criar a unidade, acrescentando que, embora o idioma deva ser estimulado tanto na escola primária como na secundária, é necessário criar outros meios para sua melhor utilização. Exortou ainda os

especialistas na linguagem *kiswahili* a criar o vocabulário que deve ser acrescentado, na medida em que o idioma alcançar maior reconhecimento nacional e internacional.

### ZIMBÁBUE: AS MULHERES COMEÇAM A ESCREVER E A PUBLICAR

A Casa Editora do Zimbábue acaba de lançar uma série de livros sobre mulheres escritos por mulheres, que, segundo os editores, poderá atrair novos manuscritos de autoras do país e do resto da África do Sul e, eventualmente, de todo o continente.

Annie Holmes e Jester Tshuma, duas editoras da Casa Editora do Zimbábue, responsáveis pela série intitulada "Mulheres da África", dizem que a coleção recém-lançada servirá "para canalizar a voz das mulheres africanas". Dedicadas ao exame de vários novos manuscritos, as editoras se preparam para lançar mais dois títulos no mercado: "Os problemas das mulheres" e "As jovens na luta de libertação", ambos de autoria de Kathy Bond-Stewart.

"Os problemas das mulheres" aborda questões que as mulheres enfrentam em seus trabalhos domésticos e cuidados da família. "As jovens na luta de libertação" é uma coleção de poemas, relatos curtos e testemunhos pessoais escritos por mulheres que combateram como guerrilheiras contra o exército da então Rodésia durante a guerra de independência do Zimbábue. A autora, que a partir de 1980 trabalhou no Zimbábue dando cursos para líderes de mulheres rurais e aulas de inglês para mulheres ex-combatentes, afirma que os dois livros provêm dessa experiência.

A coleção sobre mulheres lançada pela Casa Editora do Zim-

bábue está dividida em três assuntos: auto-ajuda, escrita criativa e teoria e pesquisa. (Richard Wicksteed)

### CUBA: 1º FESTIVAL DE ARTISTAS JOVENS



O 1º Festival de Jovens Escritores e Artistas da América Latina e do Caribe se realizará em Havana em abril do próximo ano, sob os auspícios do Movimento da Nova Trova e da brigada "Hermanos Saiz". A convocação para esse encontro, que espera reunir um grande número de jovens criadores do continente, foi anunciada em uma entrevista coletiva realizada na "Casa de las Américas" e presidida pelo ministro da Cultura cubano, Armando Hart.

Inspirado na frase: "A vida é um dever" do patriota cubano José Martí, o festival compreende uma programação aberta aos mais variados temas, que inclui exposições, apresentações teatrais e de dança, concertos, leituras de textos, mostras cinematográficas e oficinas de criação. Além disso, segundo informou o presidente da comissão organizadora, Silvio Rodríguez, haverá uma conferência sobre o papel dos jovens intelectuais da área do Caribe na luta pela soberania do continente, contra a penetração cultural dos Estados Unidos e pelo resgate e revalorização da identidade latino-americana.



### CHILE: NOTÁVEL ÊXITO DE LIVRO DE UM JORNALISTA EX-PRESO POLÍTICO

O jornalista Alberto Gamboa, um ex-presos político do regime militar do Chile, declarou-se satisfeito pelo êxito obtido por seu livro *Un viaje por el infierno*, editado em quatro volumes de bolso pelo semanário independente *Hoy*.

Em linguagem direta, no estilo de uma reportagem jornalística, o profissional, a quem seus colegas chamam "Gato Gamboa", relatou no primeiro volume sua dramática estadia, junto a centenas de presos políticos de esquerda, no Estádio Nacional de Santiago. Esse campo esportivo foi transformado em prisão imediatamente após o golpe militar que, a 11 de setembro de 1973, derrubou o falecido presidente socialista, Salvador Allende.

O jornalista-editor, Mauricio Carvalho, comentou que tendo se esgotado rapidamente a edição do primeiro volume, foi preciso lançar uma segunda edição superando os 100 mil exemplares.

### ROMULO GALLEGOS NASCEU HÁ 100 ANOS

A Venezuela comemorou este ano o centésimo aniversário do nascimento do escritor, filósofo e político Romulo Gallegos, cuja obra mais conhecida é *Doña Bárbara*.

Filho de um pequeno comerciante de Caracas, Romulo Gallegos nasceu em agosto de 1884, tendo publicado o seu primeiro livro aos 17 anos. Preocupado com a realidade do seu país, cedo iniciou igualmente a sua atividade como militante político, tendo chegado a ser presidente constitucional da Venezuela, em 1947. No entanto,

pouco tempo manteria o cargo, pois alguns meses após a tomada de posse era derrubado por um golpe militar que o enviaria para o exílio, pela segunda vez. A primeira ocorreu em 1931, na sequência de uma renúncia de Gallegos ao cargo de senador, e levou o escritor até Madri, onde residiu durante cinco anos e publicou dois romances: *Cantaclato* e *Canaima*. O segundo exílio, vivido em Havana e Miami, durou dez anos, tendo terminado com o retorno da Venezuela à normalidade democrática. Romulo Gallegos viria a falecer em Altamira, Caracas, em abril de 1969.

A Venezuela instituiu, recentemente, o prêmio literário "Romulo Gallegos", já atribuído ao escritor peruano Vargas Llosa e ao colombiano García Márquez.

### MÉXICO: PROTESTO CONTRA A INCLUSÃO DE MISSIONÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS



Um grupo de antropólogos mexicanos protestou pela inclusão como professores na principal universidade do país de três missionários do controverso *Summer Institute of Linguistics* (Instituto Linguístico de Verão), acusado reiteradamente de práticas lesivas contra os indígenas. Andrés Medina, um dos mais destacados antropólogos mexicanos, declarou que o protesto, que in-

cluiu um pedido para proibir a presença desses missionários na Universidade Nacional Autónoma do México (Unam) foi entregue em abril passado ao reitor Octavio Rivero, não tendo sido respondido até então. Acrescentou que os especialistas locais se pronunciaram também contra um doutorado em Antropologia que está em vias de ser iniciado na Unam sob a coordenação do especialista norte-americano Norman MacQuan, membro do discutido Instituto.

O *Summer*, que atua no México desde 1935 com autorização governamental, tem sido objeto de uma antiga e persistente campanha de protestos promovida por cientistas e líderes indígenas, sindicais e políticos, que solicitaram reiteradamente sua expulsão do país. O Instituto é acusado de desenvolver uma vasta e intensa campanha proselitista de tipo religioso que provoca divisões e choques violentos entre as comunidades indígenas de Oaxaca e Chiapas, no sul do país. Organizações indígenas o acusaram também de esterilizar mulheres, experimentar novos medicamentos nas comunidades e testar novos pesticidas em seus cultivos com prejuízos irreversíveis.

"É sabido que os missionários do *Summer* são representantes da seita professada pela nova direita norte-americana, o protecionismo fundamentalista, que tem nexos comprovados com a Agência Central de Inteligência (CIA)", afirmou Andrés Medina.

Em março do ano passado, uma fonte oficial do governo mexicano anunciara a expulsão definitiva do *Summer*, mas em seguida foi desmentida essa resolução e anunciada a criação de uma comissão especial que determinaria o destino do Instituto. Esta, contudo, ainda não apresentou sua conclusão.

# Você precisa de um almanaque que não veja o mundo com os olhos dos países ricos



Mapas e dados atualizados da política, economia, história e geografia de todos os países do mundo

**ENTREGA IMEDIATA**

Desejo receber ..... Guia(s) do Terceiro Mundo 84/85 (Cr\$ 25.000,00 o exemplar). Estou efetuando meu pedido por:

- Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
- Reembolso Postal (o porte será pago pelo destinatário).

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: ..... Cidade: .....

Estado: ..... CEP: ..... Profissão: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória 122 - grupos 105/106  
Rio de Janeiro — RJ — CEP.: 20241 — Tel.: 242-1957

## Especial/seita Moon

Uruguai

# O império imobiliário da seita Moon

Depois de investir maciçamente na imprensa, bancos e gráficas, a seita anticomunista do reverendo Moon aplica seus lucros, milionários em edifícios e terrenos

Eduardo Varela

“Quero que o Uruguai seja um modelo para o resto do mundo. Creio que o Unificacionismo pode produzir neste país líderes dinâmicos e devotos, que ajudem o mundo a livrar-se do imperialismo comunista”.

Assim, o coronel sul-coreano Bo Hi Pak, braço direito de Moon, definia os objetivos da seita para essa área do Cone Sul, durante um congresso realizado em Montevideu em abril de 1981. Escutando o coronel Pak, encontravam-se as mais altas hierarquias políticas e militares uruguaias: entre outros, o então presidente Aparicio Méndez, o comandante-em-chefe do exército, tenente-general Luis V. Queirolo e vários ministros do regime. O discurso de Pak, na íntegra, foi reproduzido posteriormente na edição da revista *El Soldado*, publicação teórica de circulação interna nas forças armadas uruguaias.

Depois de oito anos do ingresso no Uruguai dos primeiros representantes da Igreja da Unificação, fica claro que os objetivos da seita Moon nesse país estão centrados em aspectos políticos e econômicos. “Causa Internacional” — o braço político do multifacetado grupo liderado por Sun Myung Moon — foi criada nos Estados Unidos em princípios desta década com o objetivo de opor uma nova ideologia para enfrentar o marxismo. No Uruguai, a filial de “Causa Internacional” tem como vice-presidente, Segundo Flores, sogro do atual presidente da República, tenente-general Gregorio Alvarez. À frente da organização, figura Julián Sa-



Uma manifestação de moonies em Nova Iorque: a partir dessa cidade a seita do “reverendo” Moon amplia sua ação para todos os continentes

fi, proprietário de um grupo editorial e diretor do diário *Ultimas Noticias*. Importantes personalidades do âmbito político e privado não escondem sua vinculação à seita: tanto é assim que participam dos quadros da “Causa” os dirigentes do Partido Colorado, Julio Tealdi, Wilson Elutchanz e Juan Rodríguez; do Partido Nacional, Miguel Butin; o professor universitário Raúl Vignale e os jornalistas José Gálvez, Manuel Flores Mora e Hugo Rodríguez Vera, presidente do Círculo de Jornalistas.

“Paraguai, Uruguai e Bolívia dão as boas-vindas à ‘Causa’. A América do Sul se prepara para uma

nova era de liderança”: este foi o *slogan* lançado no primeiro número da revista “Causa” editada pela seita, e que orientou uma excursão dos líderes da seita pelos três países da área, começando no Instituto de Educação Superior, de Assunção (Paraguai), com a presença do indispensável coronel Pak, e das autoridades máximas do regime paraguaio. Na oportunidade de uma entrevista que manteve com o ditador desse país, o coronel sul-coreano fez o seguinte comentário a respeito de Alfredo Stroessner:



Fachada do Hotel Victoria Plaza, em Montevidéu, comprado pela “Causa”

“Impressionou-me profundamente. Creio que é um homem especial, escolhido por Deus para dirigir o seu país”. Depois de sua passagem pelo Uruguai, a excursão do moonismo se estendeu à Bolívia onde os delegados foram recebidos pelo então presidente golpista, general Luis García Meza, em um almoço oferecido em honra da “Causa” no Hotel Sheraton, de La Paz. O encarregado de abrir as sessões da conferência foi o então chefe do estado-maior do exército boliviano, general Jorge Aguila, o qual no fim do “seminário” fez a entrega a Moon (em sua ausência) do bastão de comando, emblema de autoridade e liderança.

#### Por que o Uruguai?

A escolha do Uruguai como base de operações políticas da seita, assim como a concentração de fortes investimentos financeiros em Montevidéu, obedece a um objetivo estratégico bem definido. Historicamente classificado como “Estado também” entre a Argentina e o Brasil mas, ao mesmo tempo, ponte entre ambas as potências do Cone Sul, entre as quais balança ciclicamente, e cami-

nho de entrada e saída para a mediterraneidade do Paraguai e da Bolívia, o Uruguai reúne além disso outras particularidades que o tornavam especialmente propício para converter-se em um reduto anticomunista: o duro regime autoritário inaugurado em 1973 que encontrou, com a subida ao poder do tenente-general Gregorio Alvarez, em 1981, um governante com pretensões de perpetuidade. O próprio Alvarez se incumbiu de destacar suas coincidências com os objetivos do Unificacionismo, quando declarou no mesmo dia em que tomou posse do governo: “É uma seita religiosa baseada fundamentalmente na sua luta contra o comunismo, que aspira a fazer investimentos no nosso país no campo da construção e na área da imprensa. A propósito, devo dizer-lhes que, como seita ou grupo religioso, a Constituição no Uruguai prevê ou permite a liberdade de culto. A respeito da luta contra o comunismo, é óbvio dizer que pensamos igual”.

“Causa Internacional” não demorou em tirar partido dessas coincidências, sobretudo tendo o sogro do primeiro mandatário uruguaio como vice-presidente da filial local. Apenas 18 dias depois, aparecia em Montevidéu o primeiro número do diário *Ultimas Noticias*, editado na Imprensa Polo que a seita adquiriu a um custo de 10 milhões de dólares. Nesse mesmo ano, 50 milhões de dólares ingressavam no Banco de Crédito para ajudar na construção de um complexo hoteleiro promovido pelo governo, projeto no qual o grupo Moon se havia interessado. Quando o tempo passou e o chamado a investidores interessados no projeto não se concretizava, os representantes da seita, encabeçados por Julián Safi, proprietário da Imprensa Polo, decidiram a compra do Victoria Plaza Hotel (uma torre em frente à Casa de Governo, em pleno coração de Montevidéu) a um custo de oito milhões e meio de dólares, mais quatro milhões, que foi quanto custou a sua remodelação. Não contente com isso, Safi cruzou a Plaza Independencia para pedir ao presidente Alvarez que lhe vendesse o quarteirão situado atrás do hotel, que pertencia ao Estado. Como as leis uruguaias não permitem a venda a particulares de um bem público, a seita adquiriu um edifício que era propriedade de outro grupo jornalístico e o trocou com o governo pelo local situado atrás do hotel. Nele, atualmente em etapa de demolição, se projeta levantar uma torre de 35 andares — o edifício mais alto do país — que será conectada ao Victoria Plaza através de uma ponte elevada. O investimento previsto chegaria a 30 milhões de dólares. Para isso, a seita conseguiu do governo uruguaio que o projeto fosse considerado “de interesse nacional”. Por esse motivo a obra ficou isenta de todo tipo de imposto obrigatório, tanto na sua construção como na compra de equipamentos, durante nove anos.

## O controle do Banco de Crédito

No dia 5 de novembro de 1981, o maior acionista do Banco de Crédito vendeu 28% de sua carteira de ações por uma quantia estimada em dois milhões e meio de dólares. Os compradores, representantes da Igreja da Unificação, designaram "funcionários técnicos" para substituir, na diretoria do banco, os dois cargos que o grupo vendedor ocupava. Com o controle dessas ações assegurado, a seita acelerou as negociações para o controle total do banco, que se concretizaram no último dia de fevereiro de 1982. Nesse dia informou-se oficialmente que o Banco de Crédito passava a ser controlado pela Igreja da Unificação. O então presidente da poderosa Associação de Bancos do Uruguai, Pedro Sánchez Varela, foi designado vice-presidente da instituição financeira pela seita. No *ranking* bancário do Uruguai, levando em conta o passivo exigível mais o patrimônio, o Banco de Crédito figura como o terceiro em importância no país. Para compreender a importância desse dado, cabe lembrar que no Uruguai operam atualmente 24 bancos. O Banco de Crédito, com mais de 75 anos de existência no país, tem 13 sucursais no interior, 16 agências em Montevideu e um quadro de funcionários que ultrapassa 600 pessoas. A compra do Banco de Crédito por parte dos representantes do reverendo Moon e sua igreja-empresa, se reali-

zou sem inconvenientes por parte do Banco Central, a máxima autoridade financeira oficial.

Nesse banco, a Igreja da Unificação manipula uma conta corrente que, segundo fontes financeiras, não é inferior aos 70 milhões de dólares. Essa conta é diversificada: a que se movimenta em dólares está posta sob o nome de "Um", "Dois", "Três" e assim sucessivamente; a conta em moeda nacional, que movimenta um equivalente a quatro milhões e meio de dólares, está sob o nome de "coronel Bo Hi Pak e senhora".

Os investimentos da seita se estenderam, além disso, à compra de terras na faixa costeira do rio Uruguai. Um relatório recente da agência *Noticias Argentinas* informou que a Polícia Nacional desse país, grupo encarregado da segurança fronteira, havia solicitado ao Ministério de Relações Exteriores argentino informações sobre a situação da Igreja da Unificação diante da inquietação que a compra de grandes extensões de terras pelo grupo Moon na fronteira margem uruguiaia provocava.

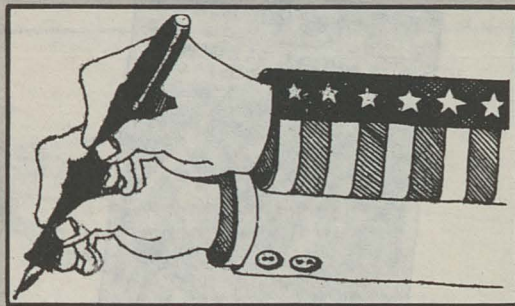
Também haveria relação entre os representantes do grupo Moon e os construtores de um grande *shopping center* que está sendo levantado em um bairro residencial de Montevideu. Punta del Este não poderia escapar dos investimentos *moonies*. Foi assim que, recentemente, foi adquirido o edifício Santos Dumont no centro do principal balneário do Cone Sul, a respeito do qual disse o coronel Pak: "É um céu sob o sol".

## A seita e a CIA

Embora com seu líder máximo preso (por dívidas ao fisco norte-americano, num total de 162 mil dólares), a seita do reverendo Moon continua ampliando seu campo de ação.

A última informação sobre as finanças da seita, publicada recentemente pelo *The Washington Post*, diz que o dinheiro que os *moonies* arrecadam com negócios em várias partes do planeta é mandado para financiar a intolerância e o obscurantismo nos Estados Unidos. Ainda segundo essa fonte, 800 milhões de dólares foram enviados para os EUA, num pequeno espaço de tempo, sendo 500 milhões do total canalizados para causas conservadoras, principalmente a reeleição de Reagan.

O responsável pelo sucesso da empreitada é o coronel Bo Hi Pak, o todo-poderoso chefe da organização "Causa Internacional", braço político da seita. O coronel Bo Hi Pak pertenceu aos quadros da KCIA, o serviço secreto sul-coreano, considerado um dos mais brutais da Ásia.



O conhecido jornalista norte-americano Jack Anderson denunciou também o papel da seita Moon dentro da CIA, nas operações contra o regime sandinista da Nicarágua. Seu principal objetivo, segundo Anderson, é abastecer os contrarrevolucionários que operam a partir do território hondurenho.

Ainda segundo esse colunista, a Casa Branca recebe um memorando de um analista do Pentágono na Coreia do Sul, expressando preocupação pela "conexão CIA-seita Moon" e advertindo para os eventuais danos políticos à reeleição de Reagan.

## Seita religiosa ou grupo político?

□ A Igreja da Unificação do reverendo Moon está desenvolvendo uma campanha agressiva – tanto na esfera política e econômica quanto no proselitismo – para ampliar sua influência na América Latina.

No Brasil, onde a seita se instalou em meados da década passada, um dos seus mais difundidos meios de penetração entre os jovens (os mais visados) é o jornal quinzenal “Tribuna Universitária”, editado na capital paulista pela Associação Internacional para a Paz e a Liberdade (AILPA). No seu expediente, o jornal aparece com uma tiragem nacional de cem mil exemplares, vendidos nas principais universidades do país a um preço acessível aos bolsos dos jovens brasileiros de classe média.

Bem diagramado e de boa qualidade gráfica, o “Tribuna Universitária” veicula uma ideologia violentamente anticomunista e de extrema direita. O editor responsável, César Zadusky, é o líder da seita no Brasil.



Reprodução da 1ª página da “Tribuna”, abril/84

Dizendo demonstrar “a falsidade do marxismo muito facilmente”, os adeptos do “santo” coreano propõem, através das páginas do jornal, uma perspectiva diferente: a cosmovisão unificacionista, uma “nova” compreensão da história.

Vale destacar que os argumentos mais utilizados são aqueles que semeiam o terror, o medo, tendo o castigo como expiação das “culpas hu-

manas”. Um bom exemplo disso é a matéria “Mensagens de Fátima: seus segredos incompletos”, publicada na edição nº 14 (maio/84) e assinada por Osmar Valentim (p. 5), na qual uma reprodução da imagem da Virgem de Fátima é acompanhada da seguinte legenda: “A mensagem de Fátima rejeita frontalmente a ideologia anticristã do comunismo e exorta todos os cristãos ao arrependimento, à oração e ao sacrifício”.



Reprodução da 1ª página da “Tribuna”, maio/84

Na mesma edição do “Tribuna Universitária”, no conto (ficção) “A República dos Bananeiros e os seus cidadãos greveiros” (p. 4), a solução encontrada para as questões trabalhistas e o direito de greve é a seguinte: “Todos os industriais devem unir-se e, em conjunto, tão logo se inicie a greve, comecem a demitir sistematicamente os trabalhadores. Hoje, 50 de cada empresa. Amanhã, 100. Depois de amanhã, 120... E assim sucessivamente”. Como se pode notar, uma posição altamente “cristã”...

### Apoio a Maluf

Aliás, em agosto passado, a imprensa brasileira noticiou a denúncia feita por alguns jovens universitários de uma tentativa de aliciamento de 70 estudantes, num encontro em Teresópolis da União Estudantil para o Estudo dos Princípios (Uneesp), entidade patrocinada pela seita. O destaque ficou para a mensagem (religiosa?) de um dos conferencistas desse encontro, o professor Jorge Boaventura (que, segundo relato de um dos jovens envolvidos, se apresentou como jornalista e estagiário da Escola Superior de Guerra-ESG): “A única pessoa que poderia salvar o Brasil da atual crise seria Paulo Maluf”.

## Especial/seita Moon

Sun Myung Moon

# Uma vida “exemplar”

A seita Moon louva o seu fundador, enquanto se dedica ao combate do que chama de “ateísmo marxista”

Gregorio Selser

A Assembléia Episcopal da igreja católica panamenha acaba de denunciar, em um documento público, que a seita do coreano Sun Myung Moon e o chamado “Movimento de Unificação”, assim como a organização “Causa Internacional”, constituem um “perigo para a fé e a pessoa humana”. Além disso, qualificou esse grupo e todos os outros do gênero de “anticristãos”.

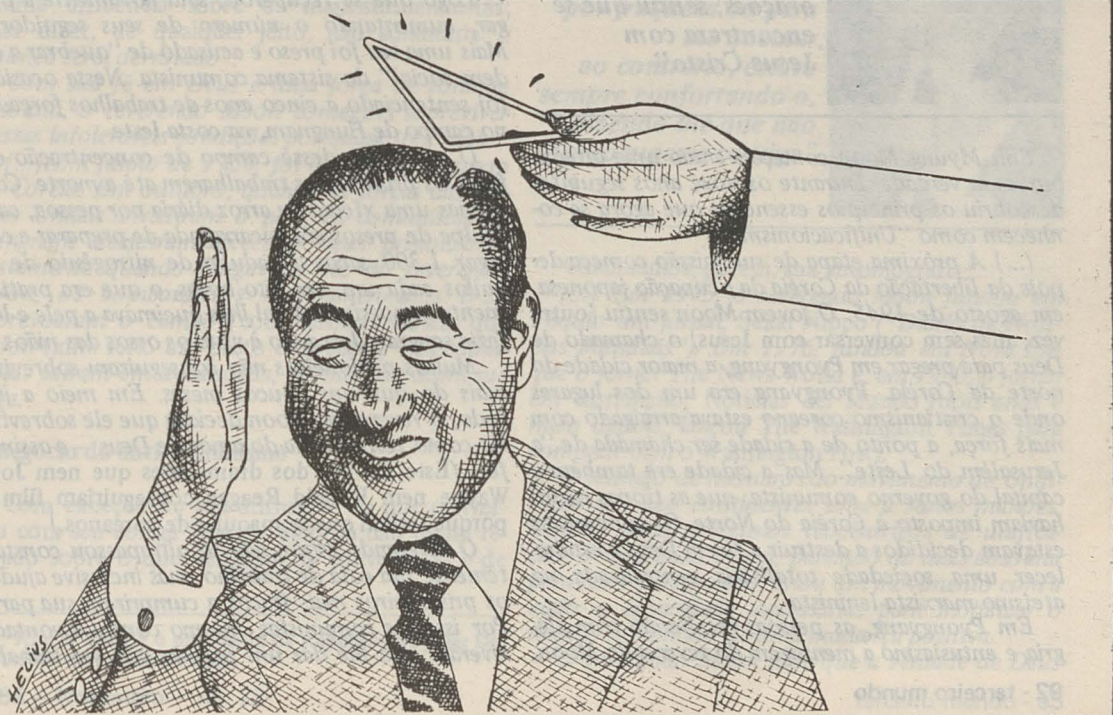
A condenação soa forte, levando-se em conta — como em geral se pensa — que os moonies são poucos, pouco influentes, pouco captadores de

adeptos e, em geral, gente pouco séria. Mas a circunstância de que várias centenas de milhões de dólares ingressam em seus cofres procedentes de seus negócios lícitos, e dos outros, assim como o fato de que esses vultuosos fundos são manejados quase sem controle, torna-os muito mais dignos de serem analisados com cuidado, do que de serem tomados como um bando de inocentes lunáticos.

Por isso, seria interessante conhecer a forma como o chamado “reverendo” Moon e sua principal organização capitalista-ideológica-militar, a “Causa Internacional”, se vêem a si próprios. Os trechos a seguir foram retirados, literalmente, de uma publicação dessa seita, que começa com a seguinte descrição do “santo” sul-coreano<sup>1</sup>:

*A vida de Sun Myung Moon é uma dessas vidas extraordinárias em que a mão de Deus se faz claramente visível, e onde se encontra para todos um grande exemplo de visão, fé e amor. O reverendo Moon tem dedicado toda a sua vida ao estabelecimento de um mundo de paz, unidade e harmonia sob a fé em Deus e a erradicação do comunismo, que é a ameaça mais terrível contra a paz, a liberdade e a religião.*

<sup>1</sup>“Sun Myung Moon: Sua obra e sua visão”; publicado por “Causa Internacional”, *Confederation of the Associations for the Unification of the Societies of the Americas*, N. Y.; 1981.



Sun Myung Moon nasceu no seio de uma família rural em um povoado do noroeste da Coreia em 1920, sendo o quinto de um total de oito filhos. Foi educado em um ambiente virtuoso e cristão, o que permitiu que o jovem estudasse a Bíblia e estabelecesse uma forte relação pessoal com Deus (o que lhe permitiria chamá-lo de "você").

(...) Ao chegar à idade adulta, sua fé tomou uma dimensão especial (a dos negócios empresariais e o anticomunismo profissional).

Com 16 anos, Sun Myung Moon sentiu o chamado de sua vocação como líder religioso. No domingo de Páscoa de 1936, quando estava profundamente mergulhado em suas orações, sentiu que se encontrara com Jesus Cristo. A partir de então, o adolescente coreano compreendeu que o seu desafio era, como o de Jesus Cristo, levar a cabo a tarefa de realizar o reino de Deus na terra. Quando, depois de muitas discussões internas e lutas, decidiu aceitar semelhante missão (por que tanta discussão e luta se seu compadre Jesus já lhe havia falado sobre sua missão e no próprio idioma coreano?), sua vida começou a tomar um rumo definido.



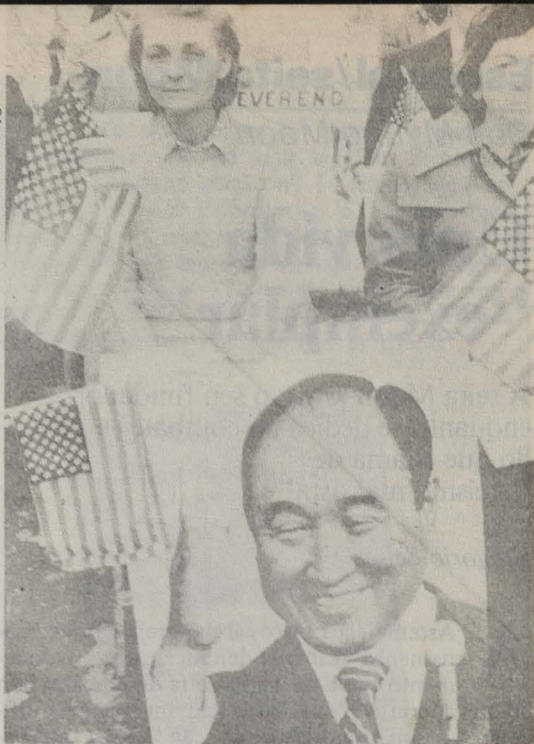
**"Em 1936, aos 16 anos, quando Sun Myung Moon estava profundamente mergulhado em suas orações, sentiu que se encontrara com Jesus Cristo"**

Sun Myung Moon começou então uma intensa busca da verdade. Durante os nove anos seguintes descobriu os princípios essenciais que agora se conhecem como "Unificacionismo".

(...) A próxima etapa de sua missão começa depois da libertação da Coreia da ocupação japonesa, em agosto de 1945. O jovem Moon sentiu (outra vez, mas sem conversar com Jesus) o chamado de Deus para pregar em Pyongyang, a maior cidade do norte da Coreia. Pyongyang era um dos lugares onde o cristianismo coreano estava arraigado com mais força, a ponto de a cidade ser chamada de "a Jerusalém do Leste". Mas a cidade era também a capital do governo comunista, que as tropas russas haviam imposto à Coreia do Norte. Os comunistas estavam decididos a destruir a fé em Deus e estabelecer uma sociedade totalitária centralizada no ateísmo marxista-leninista.

Em Pyongyang, as pessoas receberam com alegria e entusiasmo a mensagem do reverendo Moon,

Owen Franken/Sygnia



**O clero panamenho considerou a seita como "um perigo para a fé e a pessoa humana"**

e logo muitas começaram a segui-lo. Seu êxito chamou a atenção das autoridades comunistas, que o prenderam e torturaram barbaramente. Dado por morto, foi jogado na neve (...).

Logo que se recuperou, saiu novamente a pregar, aumentando o número de seus seguidores. Mais uma vez foi preso e acusado de "quebrar a ordem social" do sistema comunista. Nesta ocasião, foi sentenciado a cinco anos de trabalhos forçados no campo de Hungnam, na costa leste.

O propósito desse campo de concentração era fazer os prisioneiros trabalharem até a morte. Com apenas uma xícara de arroz diária por pessoa, cada equipe de presos era encarregada de preparar e carregar 1.300 sacos de adubo de nitrogênio de 40 quilos cada um, em oito horas, o que era praticamente impossível. A cal lhes queimava a pele e lhes fazia sangrar, deixando à vista os ossos das mãos.

Muitos prisioneiros não conseguiram sobreviver mais do que uns poucos meses. Em meio a isso tudo, o reverendo Moon decidiu que ele sobreviveria como testemunha do amor de Deus — e assim o fez. (Este foi um dos dramalhões que nem John Wayne nem Ronald Reagan conseguiriam filmar, porque teriam que se maquiarem de coreanos.)

O reverendo Moon não só ultrapassou constantemente sua cota de trabalho, mas inclusive ajudou os prisioneiros mais fracos a cumprirem sua parte. Por isso, os comunistas, mesmo contra a vontade, tiveram que lhe dar um prêmio por seu trabalho



**Saiba se defender contra o comunismo**  
Não deixe de ler



**COMUNISMO**  
Crítica e  
Contra-proposta

de André Wilson

COMUNISMO - CRÍTICA E CONTRA-PROPOSTA (Conteúdo atualizado) Para uma melhor compreensão, a obra contém a obra crítica do autor sobre o comunismo em cobalto. Contém também um novo sistema de pensamento que está sendo todo o mundo livre. Excelente para leitura em sala, para qualquer nível. 122 págs. preço: \$ 2.000,00.



**COMUNISMO**  
crítica e  
contra-proposta

de André Wilson

COMUNISMO - CRÍTICA E CONTRA-PROPOSTA. Pelo presente livro, uma completa análise e uma profunda crítica à teoria marxista é apresentada de tal modo que dá ao leitor um conhecimento claro e correto de sua abstrata doutrina materialista. 122 págs. preço: \$ 2.000,00.



**UNIFICACIONISMO**

de André Wilson

UNIFICACIONISMO. O Unificacionismo é uma doutrina filosófica, espiritual, científica e humanista baseada na harmonia e no Universo, que oferece uma profunda alternativa à ideologia marxista. Mostra científicamente que a cooperação e a harmonia são a verdadeira e a única maneira de alcançar a felicidade e o bem-estar que determinam o progresso humano. Apresenta a realidade do núcleo familiar centrado em Deus, amor e entrega desinteressada de uma revolução moral capaz de criar um verdadeiro mundo de harmonia. 122 págs. preço: \$ 2.000,00.

Estes livros poderão ser adquiridos através de pedidos à Caixa Postal n.º 15.123 mediante cheque nominal à AILPA.



Os serviços de reembolso postal, veiculando livros anticomunistas, também fazem parte da ação moonie entre os jovens universitários

(com certeza, a Medalha ao Mérito Camarada Kim Il Sung<sup>2</sup>). Durante os três primeiros meses de prisão, o reverendo Moon comia somente a metade de sua escassa ração, oferecendo o resto aos outros prisioneiros.

O reverendo Moon mais tarde comentou: "Nunca orei por fraqueza ou para me queixar; tampouco pedi ajuda a Deus. Em vez disso, estava sempre confortando-o, dizendo-lhe que não se preocupasse comigo. Já que Deus conhecia bem o meu sofrimento, não queria ficar lhe lembrando e causar-lhe ainda mais dor. Simplesmente lhe disse ("Olha, deusinho, você sabe que meia xícara de arroz por dia é uma porcaria, mas eu não te falo nada porque você já sabe, e além disso, você não tem nenhuma influência sobre os marxistas-leninistas; quer dizer, de qualquer jeito, não adiantaria"): "Nunca serei derrotado".

Com sua fé em Deus e uma força de vontade absoluta, o reverendo Moon conseguiu sobreviver a essas intoleráveis condições por quase três anos.

(...) Em junho de 1950, foi deflagrada a guerra da Coreia. Em outubro, quando as forças das Nações Unidas invadiram o país, os comunistas de Hungnam decidiram executar seus prisioneiros. Justamente quando chegava a vez do reverendo Moon, os bombardeiros norte-americanos B-29 sobrevoaram o campo (com certeza, sabiam que Moon tinha feito um pacto com Jesus) e os comunistas saíram em debandada, permitindo assim sua fuga.

### O negócio do anti-comunismo

Com exceção de sua afirmação de que converso com seu colega Jesus — embora não tenha revelado sobre o que versaram as conversas — e de

<sup>2</sup>Kim Il Sung é o presidente da República Popular Democrática da Coreia (Norte).

que algum tipo de "espírito santo" baixou sobre ele para lhe ordenar que se dedicasse ao negócio do anticomunismo profissional — no qual os lucros têm sido excelentes, apesar de que Moon, modestamente, se recusa a nos informar a quantas centenas de milhões de dólares chega atualmente sua fortuna — no mais, sua estória não tem nada de excepcional. Qualquer guru dos milhares que andam à solta na Califórnia e ultimamente, em Oregon, poderia ser mais interessante no relato de suas glórias e façanhas.

**"Nunca orei a Deus por fraqueza ou para me queixar; ao contrário, estava sempre confortando-o, dizendo-lhe que não se preocupasse comigo"**



Concluamos, porém, sua autobiografia:

(...) Em 1975, o reverendo Moon fundou em Tóquio um jornal, Sekai Nippo ("Diário de Notícias Mundiais"). Em 1976, fundou em Nova Iorque o jornal The News World e, em 1980, o jornal em castelhano, Noticias del Mundo (dois anos e meio depois, lançou The Washington Times para competir com o Washington Post).

O número de membros do movimento de Unificação nos seis continentes sobe a vários milhões. Guiado pelos princípios teocêntricos de unificação, o reverendo Moon, partindo da mais absoluta pobreza e perseguição, criou um movimento com a visão e capacidade necessárias para mobilizar o mundo no sentido de uma mudança positiva.

O reverendo Moon sabe que a verdade de Deus



Moon e sua quarta esposa: o histrionismo e o jogo de cena a serviço da "Causa"

*está destinada a prevalecer sobre o comunismo ateu. Atualmente, o mundo comunista mostra claros sinais de decadência. Sua gente está cansada do jugo comunista e anseia a liberdade e a prosperidade (esta última palavra mágica sempre está no discurso do guru coreano) que lhe são negadas. Especialmente a juventude dos países comunistas procura a verdade, está sedenta de conhecimentos sobre Deus. O reverendo Moon tem a convicção de que o Unificacionismo é a arma final para derrotar o comunismo. Diante de uma ideologia centralizada em Deus, que esclarece com lógica contundente profundas verdades e oferece nova esperança, o comunismo deve sucumbir inevitavelmente. Com esta ideologia, devemos estabelecer um mundo de paz e harmonia, tal como Deus e o homem têm sonhado: o reino de Deus na Terra.*

#### Moon, o "esquecido"

*"Sob o estandarte do Unificacionismo e a união de todas as nações livres do mundo, o reverendo Moon declara que o comunismo desaparecerá e um novo mundo emergirá, antes que esse século chegue ao fim."*

O Unificacionismo como "arma final para derrotar o comunismo" não conseguiu fazer o reverendo se livrar dos 18 meses de prisão no presídio

de Danbury, Connecticut, onde está cumprindo pena atualmente. Levado pela sua missão "fervorosamente evangelizadora", Moon se esqueceu de pagar alguns impostos ao fisco norte-americano, que em matéria de dinheiro não tolera embromações nem desculpas como a de que a seita Moon seria uma igreja, e como tal, isenta de pagar impostos.



**"O reverendo Moon declara que o comunismo desaparecerá e um novo mundo emergirá, antes que este século chegue ao fim: será o reino de Deus na Terra"**

O presidente Reagan talvez nem tenha tomado conhecimento de que o dono da "arma final para derrotar o comunismo" está ali, perto dele, sofrendo na prisão quem sabe os mesmos horrores que Moon diz que sofreu no campo de concentração da Coreia do Norte. Dispondo dessa arma secreta, para quê os Estados Unidos iam querer gastar tantas centenas de bilhões de dólares em bombas de nêutrons, armas espaciais e todo o resto de parafernália? Mistérios de deuses e enviados terrestres incompreendidos, talvez, aos quais o próprio Jesus Cristo já nem sequer cumprimenta, como acontecia antes.

#### As denúncias

Para completar esse "mar de incompreensões", a igreja católica panamenha vem outra vez jogar lenha na fogueira, como em julho passado, quando lançou críticas contra Moon e sua pregação, seguindo o exemplo das denúncias que, no mesmo tom, a igreja hondurenha havia feito. O já citado documento da Assembléia Episcopal do Panamá denunciou essa seita e o Movimento de Unificação como "um perigo para a fé e a pessoa humana", além de ser um grupo "anticristão", e, no mínimo, "não cristão", apesar de tudo que o "santo" sul-coreano afirma sobre suas conversas privadas com Jesus. Ao que parece, suas relações com o nascido em Belém estão deterioradas, porque — segundo os panamenhos — Moon teria afirmado que ele recebe instruções diretas de Deus, "já que Cristo não foi mais do que um fracassado na missão que lhe havia sido encomendada".

Os bispos panamenhos asseguram que os moonies e a sua seita "utilizam métodos duvidosos de penetração entre os jovens, o que é um gra-



Estudantes brasileiros que denunciaram tentativa de aliciamento, juntamente com a freira católica, irmã Ana, que testemunhou o fato

ve perigo para seu equilíbrio psicológico e mental, assim como para sua adaptação e integração social e familiar". Acrescentam os bispos que a suposta religião unificacionista "se fundamenta em um sincretismo baseado numa mescla de elementos da Bíblia, com idéias do budismo, do confucionismo e do taoísmo", uma "salada", em síntese, "contrária ao Novo Testamento e à teologia católica".

Afirmam também que sob o pretexto da "unificação do catolicismo mundial", Moon utiliza organismos como a "Causa Internacional", uma "Academia de Professores para a Paz Mundial" e uma "Conferência Mundial de Comunicações", entre outras de caráter pseudo-científico, como embasamento para se proclamar em algo assim como um novo Messias, com um objetivo mais ideológico do que religioso, e que pretende "dar solução a todos os problemas da vida, tanto a nível político, quanto econômico, social e familiar".

#### "Uma interpretação tendenciosa da Bíblia"

Os bispos panamenhos advertem também em seu documento contra "os perigos que representa o unificacionismo e sua ideologia, que conduz a um sistema global e absoluto, a uma nova forma de autoritarismo, o qual acaba destruindo os valores humanos que a seita Moon diz defender". Afirmam ainda que "ao se apresentar como um movimento anticomunista, representa um forte atrativo para muitos cristãos".

E vão mais além: "A igreja católica não pode estar de acordo com o marxismo, nem enquanto ideologia nem enquanto doutrina, por se basear em uma filosofia atéia e por absolutizar suas posturas ideológicas e promover métodos contrários à moral cristã. Contudo, as críticas legítimas da igreja ao marxismo não podem ser confundidas com o estranho anticomunismo (*sic*) da seita Moon, baseado num messianismo religioso que não tem nada a ver

com o Evangelho. (...) Essa pretensa missão da seita não é mais do que uma ideologia, que inclui uma geopolítica encoberta com um manto de conceitos religiosos e uma interpretação tendenciosa da Bíblia".

*"O Unificacionismo é uma ideologia centralizada em Deus, que esclarece com lógica contundente profundas verdades e oferece novas esperanças"*



Ao contrário do que postula Moon — acrescentam — a posição da igreja católica "frente aos grandes problemas da miséria, da fome e do desemprego que afetam os nossos povos, é diferente". (...) No documento de Puebla, a igreja menciona as estruturas injustas (mas os cardeais Ratzinger e López Trujillo, e mesmo o papa Wojtyła, assumem o papel de inquisidores contra os Boff e Gutiérrez da América Latina quando eles levam a sério os documentos de Medellín e Puebla e desejam aplicá-los através da "Teologia da Libertação") e assinala que, no fundo dessa injustiça, existe uma situação de pecado, que ocorre quando a pessoa humana, chamada a domesticar a natureza, impregna os mecanismos da sociedade de valores materiais".

Moon e sua seita incorrem nesses excessos e abusos materiais. Os bispos panamenhos estão assustados com o crescimento dessas seitas, mas a melhor maneira de combatê-las com êxito seria lembrando que Puebla é mais do que um simples e burocrático documento eclesiástico. ●

## Humor

ESSE É O NOSSO  
RELATÓRIO SOBRE A  
INFLUÊNCIA SUBVERSIVA  
DA NICARÁGUA NO RESTO  
DA AMÉRICA CENTRAL



ESTÁ CHEIO DE ACUSAÇÕES,  
DENÚNCIAS...



CONDENAÇÕES, RECRIMINAÇÕES,  
E TEATRALISMO



E DEPOIS DE TUDO ISSO,  
VOCÊS AINDA QUEREM  
PROVAS ?!



WASSERMAN

Angola,  
terra da liberdade.



**TAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se  
pensa em banco  
no Estado do  
Rio de Janeiro,  
tem um que está  
na cabeça de  
todo mundo.**



**BANERJ  
NA CABEÇA**

**BANERJ**

**As coisas estão mudando.**